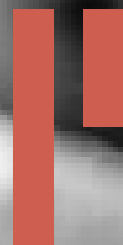


Ministério do Desenvolvimento Social



20
18

RELATÓRIO DE GESTÃO

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

Brasília-DF

2019

Sumário

1.
Elementos pré-textuais12

2.
Mensagem do dirigente máximo da unidade20

3.
Visão Geral Organizacional
e Ambiente Externo28

Visão Organizacional do Ministério do Desenvolvimento Social 28

4.
Planejamento Estratégico
e Governança do MDS.....34

Governança do MDS..... 38

5.
Política de Gestão de Riscos do MDS42

6.
Resultados da Gestão.....50

Declaração da Secretária Executiva, Tatiana Alvarenga 52

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) 56

Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) 66

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) 80

Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH) 90

Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (SISP) 98

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)..... 106

7.
Conformidade e eficiência da gestão 120

Declaração do Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Ayrton Galiciani Martinello 122

Declaração do Subsecretário de Assuntos Administrativos – Paulo Roberto de Mendonça e Paula 124

Gestão Orçamentária e Financeira 126

Execução Orçamentária 127

Execução Financeira 127

Alocação Orçamentária 128

Programas de Governo 128

Despesas do Ministério do Desenvolvimento Social (R\$1,1 bilhão)..... 129

Principais desafios e ações futuras 139

Gestão de pessoas..... 140

Licitações e contratos..... 152

Gestão de TI 155

Objetivos Estratégicos de TI 155

Infraestrutura e Gestão Patrimonial 162

Sustentabilidade Ambiental 165

Relacionamento com a sociedade 168

Desafios e riscos 176

8. Demonstrações contábeis 178

Declaração do Contador, Hudson Rezende	180
Balanço Patrimonial	183
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	184
Balanço Orçamentário	185
Receitas	186
Despesas.....	186
Balanço Financeiro	187
Demonstrações dos Fluxos de caixa	188
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	189
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	189
Notas explicativas das Demonstrações Contábeis	190

9. Outras Informações Relevantes..... 192

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	194
Tratamento de Recomendações da CGU	197
Desafios.....	199
Anexo.....	200

10. Anexo 202

Declaração de Integridade do Relato Integrado.....	204
--	-----

FIGURAS

Figura 1.....	30
Figura 2.....	36
Figura 3.....	37
Figura 4.....	38
Figura 5.....	44
Figura 6.....	57
Figura 7.....	58
Figura 8.....	61
Figura 9.....	62
Figura 10.....	67
Figura 11.....	83
Figura 12.....	86
Figura 13.....	100
Figura 14.....	107
Figura 15.....	108
Figura 16.....	112
Figura 17.....	126
Figura 18.....	128
Figura 19.....	141
Figura 20.....	145
Figura 21.....	165
Figura 22.....	197

GRÁFICOS

Gráfico 1.....	59
Gráfico 2.....	63
Gráfico 3.....	63
Gráfico 4.....	68
Gráfico 5.....	70
Gráfico 6.....	70
Gráfico 7.....	85
Gráfico 8.....	87
Gráfico 9.....	127
Gráfico 10.....	129
Gráfico 11.....	130
Gráfico 12.....	131
Gráfico 13.....	132
Gráfico 14.....	133

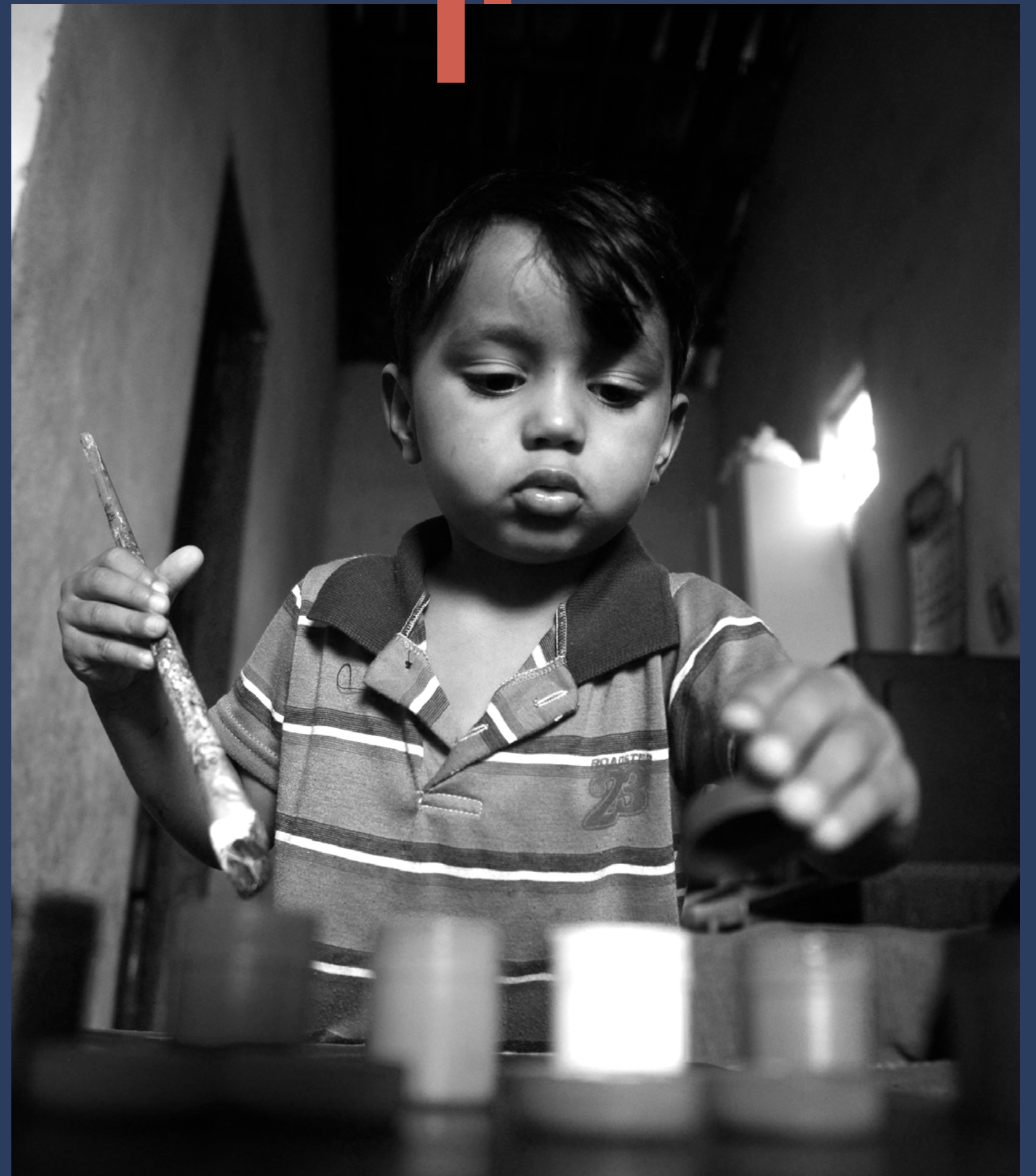
Gráfico 15.....	134
Gráfico 16.....	134
Gráfico 17.....	136
Gráfico 18.....	138
Gráfico 19.....	142
Gráfico 20.....	142
Gráfico 21.....	143
Gráfico 22.....	143
Gráfico 23.....	144
Gráfico 24.....	146
Gráfico 25.....	146
Gráfico 26.....	152
Gráfico 27.....	152
Gráfico 28.....	153
Gráfico 29.....	154
Gráfico 30.....	157
Gráfico 31.....	158
Gráfico 32.....	158
Gráfico 33.....	159
Gráfico 34.....	160
Gráfico 35.....	162
Gráfico 36.....	163
Gráfico 37.....	164
Gráfico 38.....	166
Gráfico 39.....	167
Gráfico 40.....	167
Gráfico 41.....	170
Gráfico 42.....	170
Gráfico 43.....	170
Gráfico 44.....	172
Gráfico 45.....	172
Gráfico 46.....	173
Gráfico 47.....	173
Gráfico 48.....	174
Gráfico 49.....	175
Gráfico 50.....	175
Gráfico 51.....	194

TABELAS

Tabela 1.....	69
Tabela 2.....	71
Tabela 3.....	72
Tabela 4.....	72
Tabela 5.....	73
Tabela 6.....	77
Tabela 7.....	113
Tabela 8.....	114
Tabela 9.....	115
Tabela 10.....	117
Tabela 11.....	130
Tabela 12.....	131
Tabela 13.....	132
Tabela 14.....	135
Tabela 15.....	136
Tabela 16.....	136
Tabela 17.....	137
Tabela 18.....	138
Tabela 19.....	141
Tabela 20.....	144
Tabela 21.....	152
Tabela 22.....	153
Tabela 23.....	156
Tabela 24.....	159
Tabela 25.....	175
Tabela 26.....	183
Tabela 27.....	183
Tabela 28.....	184
Tabela 29.....	185
Tabela 30.....	185
Tabela 31.....	186
Tabela 32.....	186
Tabela 33.....	187
Tabela 34.....	188
Tabela 35.....	189
Tabela 36.....	195
Tabela 37.....	198
Tabela 38.....	200

1

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS



LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AECI – Assessoria Especial de Controle Interno
 AGU – Advocacia-Geral da União
 ASCOM – Assessoria de Comunicação
 Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
 BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
 BSM – Plano Brasil Sem Miséria
 Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
 Caisan – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
 CAIXA – Caixa Econômica Federal
 CapacitaSUAS – Programa Nacional de Capacitação do SUAS
 CCLIC – Coordenação de Compras e Licitações – CCLIC
 CCONT – Coordenação de Contratos
 Centro Pop – Centros de Referência para População em Situação de Rua
 CEOF – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
 CGBD – Coordenação-Geral de Banco de Dados
 CGCR – Coordenação-Geral da Central de Relacionamento
 CGLA – Coordenação-Geral de Logística e Administração
 CGLC – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
 CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
 CGOI – Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional
 CGPA – Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação
 CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
 CGSS – Coordenação-Geral de Sustentação e Segurança
 CGTI – Comitê Gestor de Tecnologia e Informação
 CGU — Controladoria-Geral da União

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola
 CIISC – Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica e Social dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis
 CIT – Comissão Intergestores Tripartite
 CITI – Comissão Intergestores Tripartite
 CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
 CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
 CODEP – Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas
 COGEP – Coordenação de Gestão de Pessoas
 CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
 Congemas – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
 CONJUR – Consultoria Jurídica
 CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
 CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
 CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
 CPMF – Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
 CRAS – Centros de Referência da Assistência Social
 CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social
 CRPS – Conselho de Recursos da Previdência Social
 CRSS – Conselho de Recursos do Seguro Social
 CSIC – Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
 DDG – Discagem Gratuita
 Decau – Departamento do Cadastro Único
 DHAA – Direito Humano a Alimentação Adequada
 DICDP – Divisão de Concessão de Diárias e Passagens
 DN – Decisão Normativa
 DOU – Diário Oficial da União
 DPI – Diretoria de Projetos Internacionais
 DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
 ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
 ESAF – Escola de Administração Fazendária

e-SIC – Sistema de suporte à Lei de Acesso à Informação do MDSA
 ETIR – Equipe de Tratamento de Incidentes de Segurança
 ExecPrev – Plano Executivo Federal
 FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization*)
 FCEP – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
 FCP – Fundação Cultural Palmares
 FLBA – Legião Brasileira de Assistência
 FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
 FRGPS – Fundo do Regime Geral de Previdência Social
 FUNAI – Fundação Nacional do Índio
 Funpresp-Exe – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
 GDF – Governo do Distrito Federal
 GECC – Gratificação por Encargos de Curso e Concurso
 GGPP – Grupo Gestor do Plano Progrederir
 GIC – Gestão da Informação Corporativa
 GM – Gabinete do Ministro
 GPTEs – Grupos Populacionais Tradicionais ou Específicos
 GSISTE – Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
 HFA – Hospital das Forças Armadas
 ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
 IDCras – Índice de Desenvolvimento dos Cras
 IGDSuas – Índice de Gestão do Suas
 IN – Instrução Normativa
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
 LAI – Lei de Acesso à Informação
 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
 LOA – Lei Orçamentária Anual
 LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
 MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
 MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
 MEC – Ministério da Educação
 MESA – Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
 MinC – Ministério da Cultura
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
 MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
 MPF – Ministério Público da União
 MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
 MS – Ministério da Saúde
 MTb – Ministério do Trabalho
 MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social
 OUGPS – Ouvidoria Geral da Previdência Social
 PAA Leite – Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite
 PAC – Plano Anual de Capacitação
 PAC – Plano Anual de Capacitação
 PAD – Processo Administrativo Disciplinar
 Paif – Proteção e Atendimento Integral à Família
 PAR – Processo Administrativo de Responsabilização
 PCT – Povos e Comunidades Tradicionais
 PDRS Xingu – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PES – Projeto Esplanada Sustentável
 PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
 Planapo – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
 PLDO – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
 PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PLS – Compras e Licitações Sustentáveis e o Plano de Logística Sustentável

PNA – Plano Nacional de Educação

Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDP – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PRONATEC Catadores – Educação Profissional e Tecnológica para Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

SAA – Subsecretaria de Assuntos Administrativos

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SE – Secretaria-Executiva

SEI – Sistema Eletrônico de Informação

SENAES/MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SESAN – Segurança Alimentar

SISP- Secretaria de Inclusão Social e Produtiva

SESSAS – Serviço de Saúde e Seguridade Social – SESSAS

SGD – Sistema de Gestão de Demandas

SG-PR – Secretaria Geral da Presidência da República

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

Sicon – Sistema de Condicionalidades MDSA

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais

SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISG – Sistema de Pessoal, de Administração de Serviços Gerais

SISGR – Cadastro Único através do Sistema Integrado de Segurança

SISP – Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo Federal

SisPAA – Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos

SISPRENATAL – Sistema de Acompanhamento da Gestante

SNAS – Assistência Social

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado

STI – Secretaria de Tecnologia da Informação

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCE – Tomada de Contas Especiais

TCQC – Taxa de Cobertura Qualificada do Cadastro

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*)

UO – Unidade Orçamentária

2

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

Carta do Ministro do Desenvolvimento Social,
ALBERTO BELTRAME



Em 2016 a equipe do Ministério do Desenvolvimento Social do Presidente Michel Temer encontrou o **Programa Bolsa Família**, um dos mais relevantes programas de transferência de renda do mundo, há muito tempo sem reajuste. Além disso, existia ainda uma grande e longa lista de espera, com pessoas que satisfaziam aos critérios aguardando anos para entrar no programa, enquanto outras que não faziam jus recebiam o benefício sem a devida fiscalização.

Durante os dois anos do governo Temer, foram feitos 2 reajustes (12,5% em 2016 e 5,7% em 2018), proporcionando ao beneficiário alcançar o maior poder de compra de alimentos de sua história. Além disso, promovemos a melhoria da governança do programa por meio da realização de uma operação “Pente Fino”, através de cruzamentos mensais de dados com outros bancos de dados governamentais de forma a potencializar a focalização do programa nos mais pobres. Em razão dessa melhoria de governança a fila de espera foi zerada, o que proporcionou acesso mais rápido ao programa para aqueles que realmente necessitam.

Problema semelhante ocorria com os benefícios do **Auxílio Doença e da Aposentadoria por Invalidez** do INSS, ambos com mais de 1,3 milhão de beneficiários há mais de 2 anos sem qualquer revisão. A efetivação da revisão periódica dos benefícios foi essencial para permitir maior focalização do programa, mantendo apenas aquelas pessoas que realmente fazem jus ao benefício. Nesse sentido, pode-se dizer que foi implementado o maior programa de revisão de benefício por incapacidade já feito no país, estancando irregularidades que oneravam os cofres da previdência. Com esse trabalho, a folha de pagamentos do Auxílio Doença caiu de R\$ 28 bilhões para R\$ 21 bilhões e a economia gerada até final de 2018 foi de R\$ 15,7 bilhões. Ademais, o tempo médio de espera de atendimento para perícia no INSS obteve uma queda de 50%, passando de 42 dias para 21 dias.

No que tange ao **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, que atende a aproximadamente 4,6 milhões de pessoas, deficientes ou idosos sem renda, 60% delas se encontravam fora do Cadastro Único. O sistema é o maior instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda do Estado Brasileiro, sendo assim, a principal forma de conhecer os beneficiários e de prover-lhes acesso a outros programas sociais. O trabalho no BPC se concentrou na inclusão dessas pessoas no referido cadastro, de forma a possibilitar ganhos de escala na implementação de programas sociais e melhoria na sua qualidade de vida. Além disso, foi publicado o Decreto nº 9.462/2018, que simplificou os processos para notificação de beneficiários com indícios de irregularidades e definiu regras mais

claras, a fim de otimizar a gestão do programa e diminuir a concessão indevida de benefícios. Foram identificadas irregularidades, tais como: 9 mil beneficiários com registro de óbito e 151 mil beneficiários que não preenchiam os requisitos exigidos. Irregularidades que poderiam gerar economias de até R\$ 1,5 bilhão por ano se confirmadas.

O **Programa Criança Feliz** atende ao chamado para que os programas sociais sejam de fato libertadores. Ou seja, para que sejam criadas alternativas efetivas para quebrar a transmissão intergeracional da pobreza e suas consequências nefastas.

Com o objetivo de potencializar o desenvolvimento neurocognitivo de recém-nascidos até crianças que atinjam os 1.000 dias de vida, o Programa Criança Feliz contou com a participação de 2.678 municípios brasileiros até o final de 2018. Foram 352 mil crianças e 64 mil gestantes já tinham sido visitadas, totalizando 416 mil pessoas beneficiadas. O Criança Feliz tem mais de 13 mil visitantes e 3 mil supervisores capacitados nas metodologias definidas pelo Programa.

Seguindo a lógica da necessidade de libertação do ciclo da pobreza, o **Plano Progredir** busca promover a autonomia das pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A articulação é feita entre 3 eixos executados pela União, com a colaboração por adesão dos estados, do Distrito Federal, dos municípios, da sociedade civil e dirigido para a população prioritariamente com renda de até meio salário mínimo per capita.

O eixo de qualificação profissional e tecnológica do programa busca a preparação para o mundo do trabalho e ofertou, somente em 2018, mais de 30 mil vagas presenciais e 1 milhão de vagas à distância. Além disso, no eixo de empreendedorismo foi disponibilizado microcrédito, representando aquela pequena alavanca para o indivíduo buscar sua independência. Foram concedidos R\$ 3,35 bilhões para mais de 1,15 milhão de tomadores do Cadastro Único, sendo 66% deles beneficiários do Programa Bolsa Família.

O eixo da intermediação de mão de obra visa aproximar ofertantes e demandantes por meio da aproximação de pessoas do Cadastro Único que buscam emprego e empresas parceiras, logrando o fato de 68 mil pessoas do Cadastro Único terem conseguido emprego formal.

A **Agricultura familiar** é responsável por 70% dos alimentos que estão na mesa do brasileiro e, dessa forma, as compras institucionais representam o mais novo avanço no campo das compras públicas ao permitir que a União, estados e municípios realizem a aquisição de alimentos com dispensa de licitação, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O Programa de Acesso à Alimentação (PAA) é uma forma de aquisição direta dos alimentos dos agricultores familiares e, passou de R\$ 40 milhões em compras (2015) para R\$ 300 milhões (2018), com distribuição para as forças armadas, Apaes, Cras e Creches.

Um grande número de famílias residentes no meio rural brasileiro ainda apresenta dificuldades para acessar recursos essenciais à saúde, como água e alimentos em quantidade e qualidade suficientes. Nesse contexto o **Programa Cisternas** promove o acesso à água para o consumo e para a produção sendo que, a partir de 2016, o MDS expandiu o Programa para outras regiões além do Semiárido. O Programa atingiu localidades cuja população rural de baixa renda

também enfrenta dificuldades de acesso à água potável. Apenas entre 2016 e 2018, o MDS entregou 155,7 mil cisternas e beneficiando 151,6 mil famílias no período.

O **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** gera valor para a sociedade ao fortalecer o convívio familiar e comunitário por meio de serviços que contribuem para a prevenção e atenção a situações de violência, isolamento e exclusão social, bem como promovem o acesso a políticas públicas sociais por meio do Cadastro Único. Nos últimos anos o MDS quitou os pagamentos da Assistência Social que estavam atrasados desde 2014, realizando a maior transferência de recursos da história do SUAS, R\$ 2,8 bilhões a estados e municípios. Em 2018, em decorrência de edição da Lei nº 13.633 as transferências ganharam reforço de R\$ 400 milhões para superar dificuldades financeiras, em especial os serviços e gestão do SUAS.

Por meio da criação do **MOB SUAS**, foi possível dotar o SUAS com os meios de transporte necessários (micro-ônibus, veículos de passeio e até voadeiras) para ampliar a mobilidade e acessibilidade da população mais vulnerável e das equipes multidisciplinares que estão na linha de frente da batalha contra a pobreza. Em 2018, foram doados 529 veículos a municípios, dos quais 321 são veículos de passeio e 208 são micro-ônibus.

Por fim, o aumento da **imigração venezuelana** e as situações de vulnerabilidade e de emergência humanitária registradas em Roraima colocaram em evidência a importância de o governo realizar ações ágeis e articuladas para garantir os direitos dos imigrantes em território brasileiro. Sua inserção econômica se deu pelo processo de interiorização para outros estados brasileiros, o que também teve por objetivo reduzir a pressão sobre os serviços públicos de Roraima. Até final de 2018, foram interiorizados 2.768 imigrantes venezuelanos, sendo que aproximadamente 50% dos adultos já estão inseridos no mercado de trabalho. Além disso, os abrigos em Roraima receberam 40 toneladas de leite em pó do Programa de Acesso à Alimentação, apoiado pelo Exército Brasileiro.

3

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



Visão Organizacional do Ministério do Desenvolvimento Social

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o Órgão do governo federal responsável pelas políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania no país.

O órgão foi criado pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, por meio do qual foram incorporados ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome as estruturas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e do Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS.

Posteriormente, por intermédio do Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário foi subordinada ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, deixando de compor, dessa forma, o Órgão. Tendo em vista a complexidade das alterações institucionais que foram realizadas, somente ao final daquele ano foi publicado o Decreto 8.949, de 29 de dezembro de 2016, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para vigorar a partir de 17 de janeiro de 2017.

O Inciso II do art. 75 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, convertida na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, voltou a transformar o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário em Ministério do Desenvolvimento Social.

Em sua função institucional, de acordo com as atribuições definidas no Regimento Interno do MDS, o planejamento das diretrizes, objetivos e metas do órgão são orientadas para a realização dos objetivos sob a sua responsabilidade no Plano Plurianual – PPA 2016-2019 (PPA), intitulado “Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão social”, contribuindo mais diretamente para um dos quatro Eixos Estratégicos do Plano: “Inclusão social e redução de desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade.”

Assim, os Programas Temáticos aos quais estão alocados os objetivos de responsabilidade do MDS contribuem para a superação de três desafios fundamentais compreendidos no Eixo mencionado, representados pelas seguintes diretrizes estratégicas, que norteiam as principais agendas de desenvolvimento social:

- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade;
- Garantia de acesso com qualidade aos serviços de assistência social, por meio da consolidação do sistema único de Assistência social SUAS;
- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

Para atender à essas diretrizes, a estrutura organizacional do Ministério, até o nível das diretorias das Secretarias Finalísticas, que vigorou em 2018 está representada na figura seguinte.

Ministério do Desenvolvimento Social

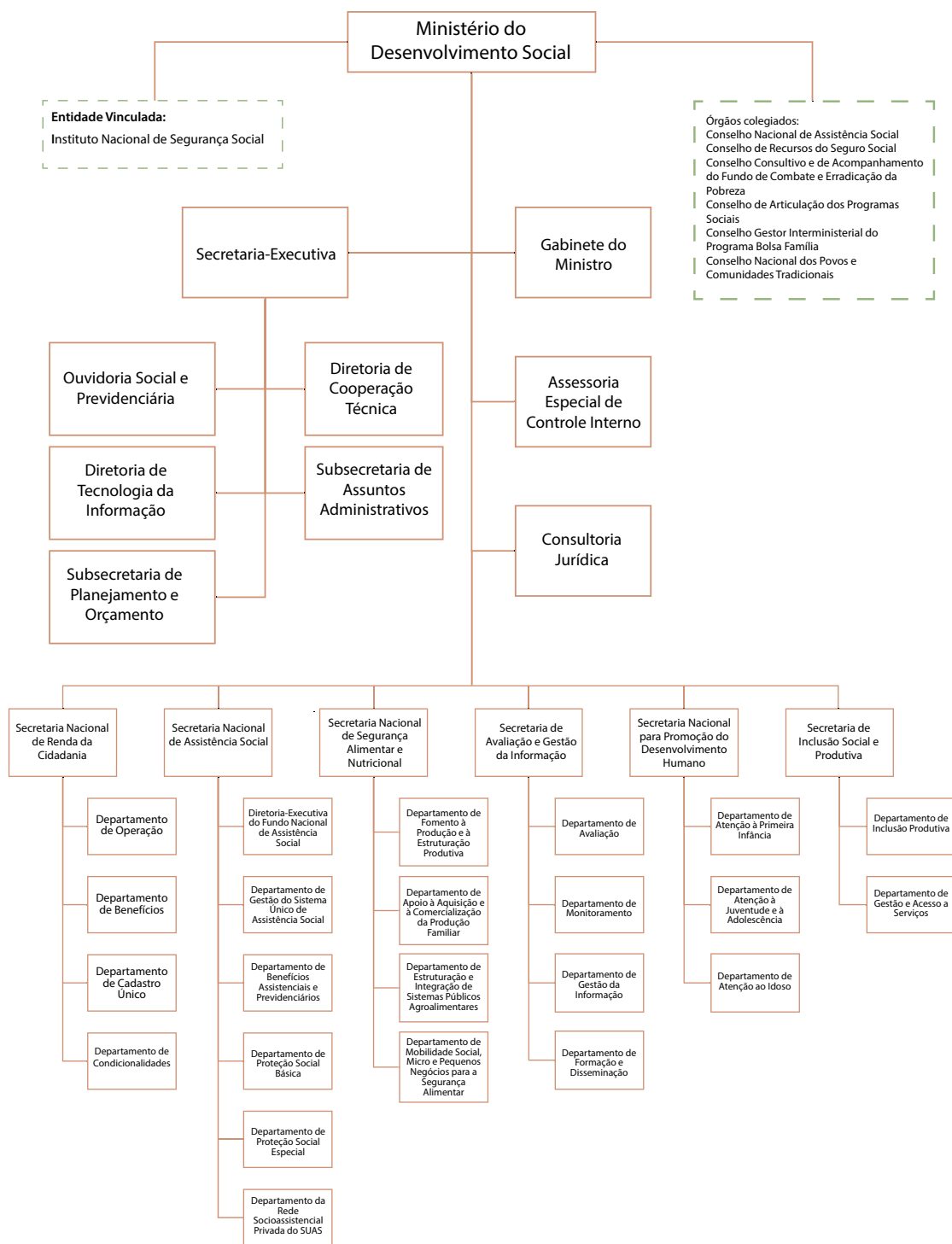


Figura 1

Dessa maneira, competem às Secretarias Finalísticas mais diretamente a execução dos Programas e objetivos de responsabilidade do MDS.

A **Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)** é diretamente responsável pela política nacional de renda de cidadania, em que se insere o Programa Bolsa Família, responsável por beneficiar milhões de famílias em todo o país por meio de transferência direta de renda, além de reforçar o acesso dos beneficiários a direitos de educação e à saúde. O programa tem ainda capacidade de integrar e articular várias políticas sociais no intuito de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

A Secretaria é responsável também pelo o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais.

A **Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)** a principal instância responsável pela política nacional de assistência social, que integra a seguridade, junto à Saúde e Previdência Social, sendo definida na Constituição de 1988 como um direito universal, destinado a todos os cidadãos que dela necessitarem, independentemente de contribuições à seguridade social. O Sistema Único de Assistência Social (Suas), cuja coordenação federativa é realizada pela Secretaria, é responsável reorganizar os serviços, programas, projetos e benefícios relativos à proteção social considerando os cidadãos que dela necessitam, tendo a centralidade na família e base no território, ou seja, o espaço social onde seus usuários vivem.

A **Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)** do Ministério do Desenvolvimento Social é responsável por programas que apoiam a produção e a venda de alimentos pelos agricultores familiares e também o consumo de alimentos saudáveis pela população. A construção de cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA são algumas das ações da SESAN que buscam garantir a segurança alimentar e nutricional da população. É a principal responsável pelo desenvolvimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) desde sua criação em 2006.

A **Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH)** desenvolve ações voltadas para o desenvolvimento das pessoas nas diferentes fases do ciclo de vida (infância, adolescência e juventude e idosos). Dentre as iniciativas de sua responsabilidade, se destaca o programa Criança Feliz, que consiste numa importante medida para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a elas ferramentas para promover seu desenvolvimento integral. Trata-se de uma estratégia alinhada ao Marco legal da Primeira Infância que traz diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil.

A **Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (SISP)** foi criada em 2017 com a missão institucional de promover oportunidades emancipatórias e autonomia socioeconômica para as pessoas de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para tal, foi lançado o Plano Progredir, que é um conjunto articulado de ações de inclusão produtiva, nos eixos de apoio ao

empreendedorismo, da qualificação profissional e da intermediação de mão de obra.

O Progredir se destina a pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com a colaboração, por adesão, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil e dirigido, prioritariamente, para a população com renda de até meio salário mínimo per capita.

Por fim, a **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)** possibilita aos gestores o acompanhamento da execução das políticas públicas: fornecendo subsídios para a sua avaliação e o seu aprimoramento, com transparência, objetividade e foco na qualidade de produção de informações, por meio de indicadores sociais, estudos técnicos e compreensão e reprodução das metodologias de cálculos de indicadores internos e externos, bem como a capacitação continuada de agentes públicos e sociais em todas as esferas de governo relacionadas às ações do MDS, permitindo o aperfeiçoamento contínuo do monitoramento e avaliação de todas as políticas desenvolvidas pelo Órgão.

Ambiente Externo

As atividades do Ministério do Desenvolvimento Social foram afetadas por desafios no ambiente externo. Ainda que em 2017 o país já houvesse iniciado a superação de uma das mais profundas crises econômicas que o Brasil já enfrentou, seus impactos ainda se fizeram sentir em 2018, tendo em vista a piora das condições de vida de expressiva parcela da população durante a crise e a continuidade do desafio fiscal enfrentado pelo Governo Federal, que tornou indispensável um esforço adicional de racionalização dos gastos públicos a partir da criação do Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, responsável por limitar o crescimento das despesas primárias.

Mesmo enfrentando esse contexto mais restritivo do ponto de vista da alocação de recursos para o Governo Federal, o MDS conseguiu dar continuidade a sua agenda de proteção e promoção social às famílias mais vulneráveis do Brasil. Foi assim que, mesmo enfrentando sacrifícios na quantidade de recursos destinados a diversas atividades que nos últimos dois anos o MDS quitou os pagamentos da Assistência Social, que estavam atrasados desde 2014, tendo encerrado o exercício anterior com um repasse de mais de R\$ 2,8 bilhões para estados e

municípios – a maior transferência de recursos da história do SUAS, possibilitando reforçar os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social que obtiveram em 2018 a autorização para o repasse aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios, o valor de R\$ 400 milhões, com o objetivo de superar dificuldades financeiras na área de assistência social, em especial os serviços e gestão do SUAS. Isso foi possível por meio da abertura de crédito especial, em decorrência da edição da Lei nº 13.633/2018.

O ano de 2018 foi marcado também pelo agravamento da crise migratória venezuelana e as situações de vulnerabilidade e de emergência humanitária registradas em Roraima colocaram em evidência a importância de o governo realizar ações ágeis e articuladas para garantir os direitos dos imigrantes em território brasileiro. Sua inserção econômica se deu pelo processo de interiorização para outros estados brasileiros, o que também teve por objetivo reduzir a pressão sobre os serviços públicos de Roraima. O MDS coordena o Subcomitê de Interiorização em parceria com o Ministério da Justiça. A função primordial do MDS é articular ações entre governo federal, gestões locais dos municípios de destino, agências das Nações Unidas e entidades da sociedade civil.

Em 2018 foi iniciado um processo de interiorização dos migrantes para outros estados, visando oferecer-lhes mais oportunidades de inserção socioeconômica e reduzir a demanda sobre os serviços daquelas localidades. De abril a dezembro/2018 foram realizadas 21 etapas, que envolveram a interiorização de aproximadamente 4 mil imigrantes. Além disso, outros 6 mil imigrantes se encontravam em acolhimentos em Roraima.

O MDS também realiza atividades in loco, no município de Boa Vista, nas datas que antecedem as etapas de interiorização, participando de processos de seleção de imigrantes, regularização documental, entre outros. Além disso, o Ministério também acompanha os imigrantes durante o deslocamento de Roraima até os abrigos em outras unidades da federação.

Por fim, foi dada continuidade aos esforços voltados para a reparação dos danos causados pela tragédia ocorrida com rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG) em 2015. Entre os anos de 2017 e 2018 a Câmara Técnica de Organização Social (CTOS), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, buscou um diálogo construtivo resultando em importantes conquistas no âmbito dessa difícil missão e tem responsabilidade pelo monitoramento de cinco dos mais de quarenta programas implementados pela Fundação Renova, entidade responsável pela execução das atividades reparatórias: Cadastro, Auxílio Financeiro Emergencial, Indenização Mediada, Proteção Social e Assistência aos Animais. A CTOS conta com servidores das 3 esferas de governo, das consultorias acreditadas EY e Ramboll e da Defensoria Pública, que assumirá a coordenação a partir de 2019.

No capítulo 6, que trata de dos resultados da gestão, são apresentados em maior profundidade as principais realizações no âmbito de atuação das Secretarias do MDS para o alcance dos objetivos de responsabilidade do Órgão.

4

**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA DO MDS**

A função planejamento orientou as realizações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no último ano, buscando concentrar os esforços das diversas áreas do órgão na geração de valor público para a sociedade. O foco da atuação do Ministério esteve, durante o ano de 2018, no aperfeiçoamento das entregas de bens e serviços para a população ao mesmo tempo em que importantes ajustes eram feitos na condução das políticas no intuito de aumentar sua eficiência.

A Agenda Estratégica do MDS, elaborada após a transição de governo em 2016, teve por objetivos orientar as ações prioritárias desenvolvidas no período 2016-2018, e também desempenhar as funções de um planejamento estratégico institucional, com as restrições impostas pelo cenário político.



Figura 2

Construída a partir da análise da situação do Estado, as políticas públicas escolhidas como prioritárias visaram enfrentar as demandas imediatas de curto prazo, definidas como estratégicas na atual gestão tanto no âmbito da Presidência da República quanto no âmbito interno do Ministério. A Agenda observou como diretrizes o diálogo com o Plano Plurianual de 2016 – 2019, as necessidades de criação de novas frentes de atuação dentro da missão institucional do órgão e a necessidade de um planejamento mais criterioso no que tange, sobretudo, o bom uso dos recursos públicos.

A forma de atuação escolhida incluiu a análise de processos de trabalho que impactavam diretamente os resultados das políticas públicas. Toda a cadeia de atividades do MDS foi considerada como passível de melhoria na busca pela qualificação dos produtos entregues. A concepção centrada na necessidade de geração de valor público agiu como um orientador de esforços, auxiliando na lembrança constante da finalidade da atuação do órgão e combatendo o autorreferenciamento das rotinas de trabalho.



Figura 3

A Agenda Estratégica está estruturada em 5 eixos com 13 Ações Prioritárias:

- ✓ **Primeira Infância:**
 - Criança feliz
- ✓ **Garantia de Renda**
 - Bolsa Família
 - BPC
- ✓ **Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional**
 - PAA
 - Cisternas
 - Microcrédito
 - ATER/Fomento
- ✓ **Serviços da Assistência Social**
 - PAIF
 - PAEFI
 - Abordagem Social
 - Acolhimento
- ✓ **Gestão**
 - Cadastro Único
 - Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade – PRBI

Para cada uma das ações foram desenvolvidas linhas de ação específicas, que poderão ser vistas no próximo capítulo que trata dos resultados da gestão. Todas as ações desenvolvidas são objeto de monitoramento contínuo das áreas responsáveis, e seguem a lógica de funcionamento da figura abaixo.

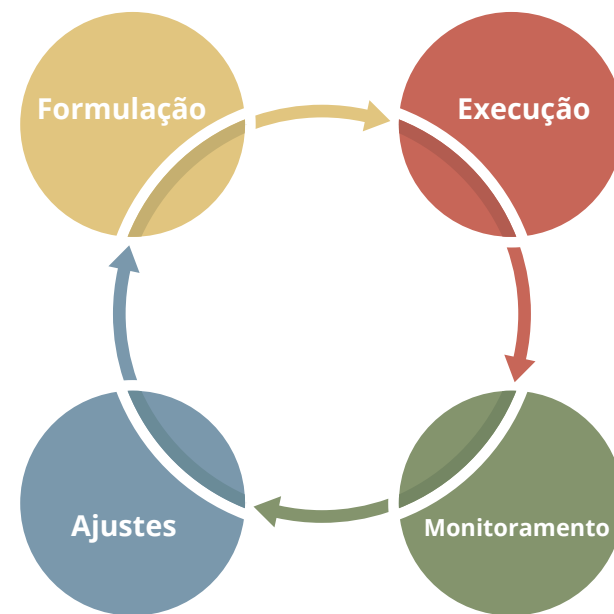


Figura 4

Dessa forma, houve em 2018 a continuidade da implantação da agenda construída em 2016, ao mesmo tempo em que as equipes responsáveis aprofundavam as reflexões e investiam em capacitação para coordenar o processo de planejamento estratégico do órgão em 2019.

Governança do MDS

Uma das diretrizes da governança pública prevista no Decreto nº 9.203/2017 é manter o processo decisório orientado por evidências. Por esse motivo, para subsidiar a construção de sua política de governança, o Ministério do Desenvolvimento Social optou por realizar um diagnóstico compreensivo do atual estágio dos pilares sobre os quais se baseia a governança.

Para a estruturação do processo de diagnóstico, foi solicitado apoio técnico ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por intermédio da Diretoria de Estudos e Políticas de Estados, das Instituições e da Democracia, e com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por meio da Diretoria de Inovação.

A abertura do processo de diagnóstico foi realizada pelo seminário “Governança Pública para o Desenvolvimento Social”, que foi um evento aberto para todos os servidores do Ministério.

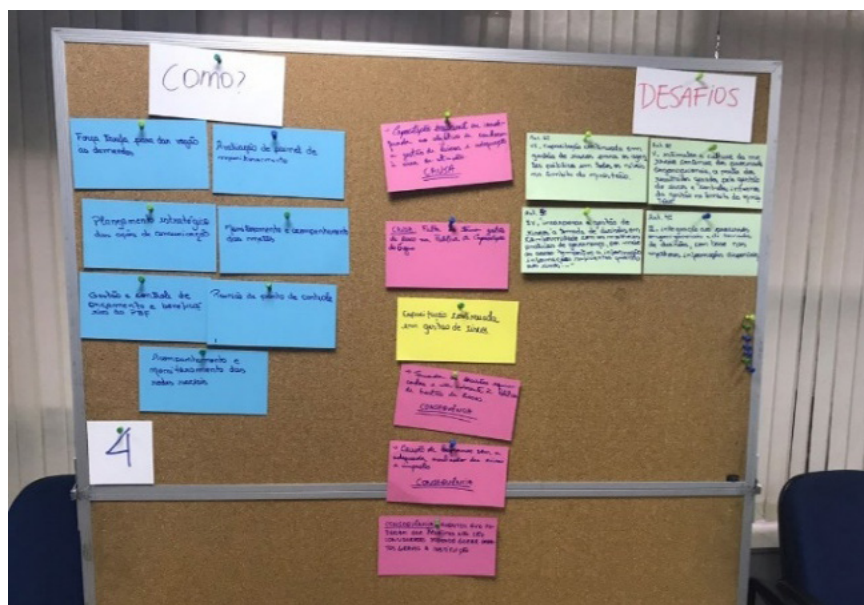
Em seguida, deu-se início à realização das oficinas, cujos temas foram definidos com base na experiência do diagnóstico de governança da Justiça Federal, dos referenciais teóricos e questionários do Gespublica e do Tribunal de Contas da União (TCU), além das diretrizes do Decreto nº 9.203/2017:

- Planejamento (art. 5º, II);
- Gestão de Pessoas (art. 5º, I);
- Gestão do Conhecimento e da Informação (art. 5º, VIII);
- Desburocratização (art. 5º, I e II);
- Gestão de Riscos (art. 5º, VI, IX e art. 17);
- Integridade (art. 3º, II);
- Participação Social, Transparência e *Accountability* (art. 5º, VIII e XI); e
- Monitoramento e Avaliação (art. 5º, III e VII).

Para cada oficina foram convidados aproximadamente 30 servidores, sendo que o quantitativo de vagas alocadas para cada unidade do Ministério variou de acordo com o tema, mas buscou-se assegurar sempre que todas as unidades tivessem representantes presentes nas oficinas.

A estrutura geral das oficinas comportou dois momentos. Pelas manhãs foram realizadas palestras com especialista sobre o tema da respectiva oficina. Para essas palestras foi solicitado ao especialista um panorama sobre o tema e a problematização do assunto na perspectiva da administração pública. Essa palestra tinha dois objetivos principais: primeiro promover um alinhamento sobre o tema entre os participantes do evento; e levantar problemas e desafios a serem enfrentados e respondidos pelos participantes, no âmbito de sua atuação.

No segundo momento das oficinas, realizado no turno da tarde, utilizaram-se técnicas participativas, conduzidas por facilitadores, que buscaram incentivar os participantes a construir um diagnóstico coletivo sobre a relação do tema em debate com a governança do MDS. Para isso, dois exercícios foram realizados pelos participantes. O primeiro foi a construção de um painel de interrelações entre o tema do dia e os demais pilares que fazem parte do diagnóstico de governança. Dois resultados foram obtidos com essa atividade, em primeiro lugar estimular os participantes a conectar essas diversas dimensões, em segundo lugar, levantar possíveis lacunas e desafios para a conexão dessas dimensões na construção da política de governança. O passo seguinte, que buscou refinar o processo de diagnóstico, foi a utilização desses grandes temas como referência para a construção de árvores de problemas que pudessem explicar as causas e consequências relacionadas ao tema. Todo processo de produção de diagnóstico ocorreu com criação de grupos de trabalho no momento da oficina.



Nesse sentido, as oficinas buscaram propiciar a um conjunto de servidores do Ministério uma visão integrada do que é governança e como os seus pilares se relacionam com questões práticas e, ao mesmo tempo, oferecer um espaço para que os próprios servidores expressem suas visões e percepções, de forma a que se possa aferir o clima da organização e calibrar os desafios com base na receptividade, no grau de compreensão e na viabilidade de se abrir ou rever determinadas frentes de atuação. Espera-se, assim, que os elementos coletados nas oficinas, em conjunto com outros subsídios, que incluem entrevistas e questionários, sirvam de base para a construção da política de governança do MDS em 2019.

5

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DO MDS



Em 2017, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) instituiu a Política de Gestão de Riscos (PGR)¹ com o intuito de ampliar o alcance dos objetivos estratégicos e as entregas de serviços ao cidadão. Para cumprir o prazo de 60 meses para implantação da Política no Ministério, foram criadas três instâncias de governança, responsáveis pelo nível estratégico, tático e operacional, conforme segue:

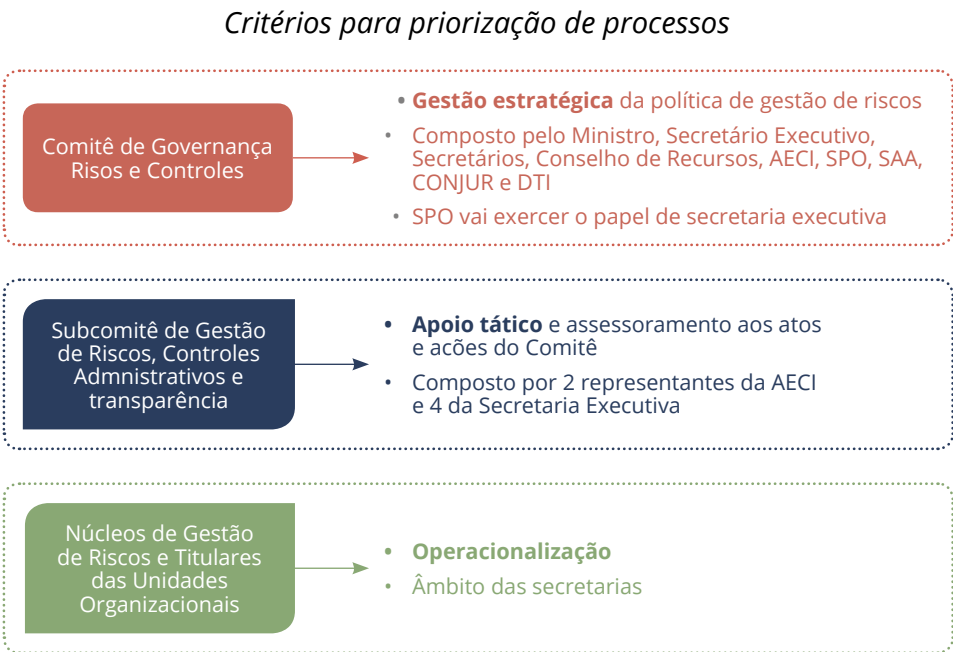


Figura 5

A responsabilidade pela gestão estratégica da Política é do Comitê de Governança, Riscos e Controles, que tem como uma das suas competências “aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão”². A finalidade do método é o de permitir ao órgão priorizar seus processos mais relevantes por meio da aplicação de critérios e ponderações comuns a todas as unidades.

Nesse sentido, o Subcomitê de Riscos, Controles Administrativos e Transparência, instância tática da Política de Gestão de Riscos, promoveu encontro com representantes indicados por cada uma das

¹ Portaria MDS nº 174, de 11 de maio de 2017.
Portaria MDS nº 187, e 16 de maio de 2017.

² Portaria MDS nº 174, de 11 de maio de 2017, art. 3º, inciso XI

unidades que compõem o Comitê para construir os parâmetros comuns que irão balizar a elaboração dos planos de trabalho da Política do MDS.

Na primeira parte do encontro, foi explicado o significado de “critérios de priorização” por meio de uma dinâmica em que os participantes deveriam escolher, em grupos, um conjunto de critérios para escolher uma praia para visitar nas próximas férias. A dinâmica incluiu a apresentação de uma ferramenta baseada no método *Analytic Hierarchy Process* (AHP)³, modelo matemático de comparações pareadas para apoio à tomada de decisões complexas e com múltiplos critérios.



Oficina de arquitetura de processo - SENARC

Agosto/2018

Na segunda parte da oficina, os participantes, em grupos, por meio da técnica de *brainstorming*, sugeriram critérios para a priorização dos processos do Ministério no âmbito da Política de Gestão de Riscos. Após essa etapa, os critérios passaram a ser agrupados por similaridade em um debate que envolveu todos os participantes. Finalmente, a escolha dos critérios foi feita por consenso, em um processo que durou até o fim do encontro.

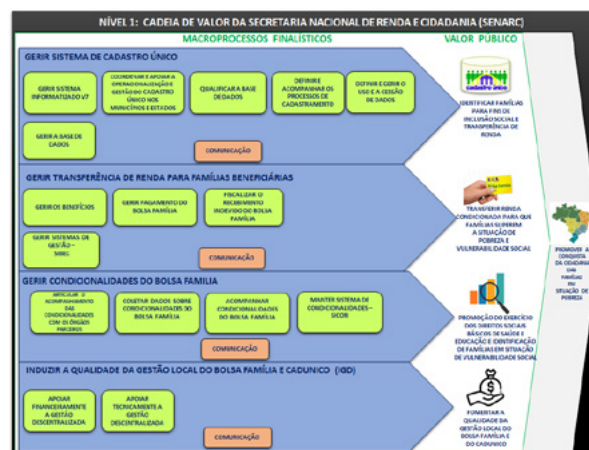
A próxima etapa do processo da metodologia consistiu na construção de pesos para cada um dos critérios escolhidos. Para isso, cada participante construiu um ranking de preferências dos critérios por meio de uma ferramenta eletrônica com o método *Analytic Hierarchy Process*

³ O modelo AHP que será utilizado na oficina será o desenvolvido por Goepel, Klaus D., modelo BPMSG AHP Excel, disponível em <http://bpmsg.com>.

(AHP). Por fim, o Subcomitê sugeriu uma série de orientações para a aplicação prática dos critérios, que foi comentada e aprovada por todos os participantes da oficina.

Arquitetura de processos e projetos-piloto

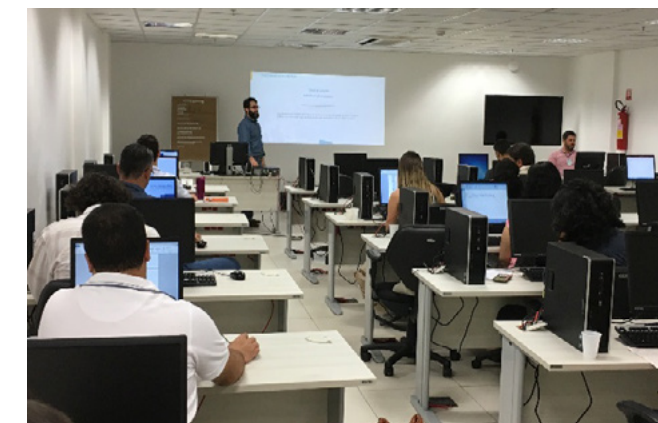
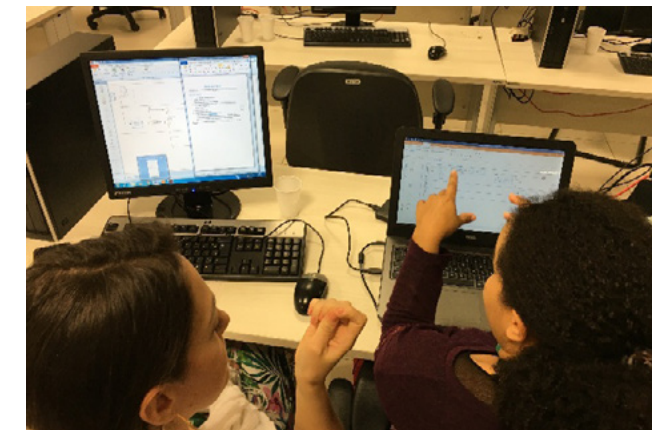
Além da elaboração da metodologia de priorização de processos, outras etapas do processo de implantação da Política de Gestão de Riscos do MDS foram cumpridas. Com o intuito de subsidiar a construção dos Planos de Trabalho, o Subcomitê de Riscos e os núcleos de gestão de riscos, instâncias responsáveis pela gestão de riscos no âmbito das Secretarias, elaboraram as arquiteturas de processos das unidades finalísticas e das Subsecretarias de Planejamento e Orçamento e de Assuntos Administrativos e da Diretoria de Tecnologia da Informação:



Oficina de arquitetura de processo – SENARC

Agosto/2018

Além da construção das arquiteturas de processos, cada núcleo de gestão de riscos escolheu um processo como projeto-piloto, que será mapeado e aplicado a metodologia de gestão de riscos. Para isso, foi oferecido curso de mapeamento de processos em agosto e setembro de 2018, que será seguido por um curso de atualização em gestão de riscos em fevereiro de 2019, quando se pretende finalizar todos os projetos-pilotos.



Curso de mapeamento de processos – MDS

Agosto/2018

Desafios para 2019

Para o ano de 2019, os desafios postos são a continuidade dos processos em curso, a fim de consolidar a nova cultura organizacional do MDS que valoriza o planejamento, a inovação e a melhoria contínua de seus processos de trabalho, sempre com o objetivo de gerar valor público para a sociedade.

Espera-se que, ainda no primeiro semestre, seja elaborado o planejamento estratégico do Ministério. A equipe está capacitada, as etapas preparatórias foram cumpridas e toda a organização compreende essa necessidade e apoia sua realização.

A política de gestão de riscos está em andamento. Pode-se dizer que sua implantação decorre de profundas mudanças no comportamento dos servidores, e que está sendo possível graças ao cuidadoso planejamento que tomou por base a colaboração entre as áreas do Ministério para a gestão das iniciativas. Estabeleceu-se uma relação de confiança e cooperação que tornou possível o diálogo, tendo como consequência direta a compreensão da utilidade da adoção da política de gestão de riscos para o melhor funcionamento do órgão. Em 2019 os processos de trabalhos serão continuamente mapeados e avaliados quanto à sua validade, adequação e riscos, dando prosseguimento à adoção das medidas mitigadoras e levando à consolidação da política no MDS.

Por sua vez, as reflexões sobre governança pública que conduziram as oficinas descritas acima trazem para o portfólio de compromissos assumidos a implementação do plano de governança baseado no diagnóstico feito, também de forma colaborativa, pelas diversas áreas do Ministério. Trata-se de um processo complexo e transversal, que vem sendo conduzido de uma maneira inovadora e aplicada. Para o próximo ano impõe-se a adoção de medidas corretivas das carências apontadas, o investimento continuado em capacitação, a definição clara de competências coerentes com os meios disponibilizados e a orientação coordenada e consistente de todos os esforços da instituição para a qualificação das entregas de bens e serviços para a população.

6

RESULTADOS DA GESTÃO



Declaração

da Secretária Executiva

TATIANA ALVARENGA



A Secretaria Executiva, **órgão de assistência direta e imediata do Ministro**, exerceu, em 2018, suas atribuições de supervisão e coordenação das atividades das demais unidades integrantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e atuou ativamente no planejamento e na execução das diversas ações implementadas pelas Secretarias do Ministério, no sentido de potencializá-las e favorecer o alcance dos resultados desejados. Dessa forma, tem procurado fortalecer espaços de coordenação interna, por meio da realização de reuniões de alinhamento e articulação, criação de grupos de trabalho e comitês internos, priorizando a otimização da implementação de políticas públicas, gestão das áreas administrativas, operacionais e de tecnologia da informação.

Em um contexto de restrição fiscal, a gestão estratégica corporativa representa um instrumento fundamental para a implementação do planejamento organizacional. Nesse sentido, a Secretaria Executiva buscou **fortalecer a governança** da Pasta por meio dos Comitês de Governança; de Riscos e Controles; de Governança Digital; e de Desburocratização. Em decorrência, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, a governança é exercida por meio da liderança, do planejamento, da gestão estratégica e do controle institucional, norteando e monitorando a atuação das entidades e órgãos da Pasta.

Quanto aos controles internos, a Secretaria Executiva é apoiada pela Assessoria Especial de Controle interno (AECI), que estimula, no

âmbito do MDS, a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à integridade. A AECI coordena o Comitê de Gestão de Riscos, Controle e Integridade (CGRCI), que tem a competência para formular as políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos.

Instâncias colegiadas participam ativamente do ciclo de tomada de decisão e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento social, como o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Neste particular de avaliação de políticas públicas é importante mencionar o trabalho exercido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), que possui grande capacidade institucional e instrumental para entregar análises relacionais de causa-efeito na implementação das políticas públicas a cargo do ministério.

Tendo em vista os macroprocessos, a SE exerce função central no MDS nas atividades de formulação de estratégias e colaboração com organismos internacionais, na supervisão de atividades disciplinares e correição, como canal de participação e diálogo com o cidadão (por meio da Ouvidoria e da Central de Relacionamento). Atua, ainda, como órgão setorial dos Sistemas de Pessoal, de Administração de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento

e Orçamento Federal, de contabilidade Federal da Administração Federal, de Administração de Recursos Humanos e Informática (SISP) e de Organização e Inovação Institucional (SIORG).

Uma das principais realizações da UPC (Unidade Prestadora de Contas), foi intermediar junto às áreas finalísticas da Pasta e a área econômica do governo, a gestão do contingenciamento orçamentário e da programação financeira estabelecida em 2018, minimizando, assim, seus efeitos sobre as políticas públicas de responsabilidade do Ministério.

Também merece menção, o esforço despendido no pagamento e saneamento de Restos a Pagar (RAP) de exercícios anteriores que, há anos, estavam contabilizados na Pasta. Dessa forma, foi possível ajustar as contas atrasadas e equalizar o orçamento sem deixar RAP significativos para os próximos exercícios. Ademais, a Secretaria Executiva, juntamente com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, monitora a execução do Programa Bolsa Família e conseguiu, assim, elaborar os pressupostos que possibilitaram o aumento do referido benefício em 5,7% em 2018.

Outro destaque foi o esforço dedicado pela SE no sentido de promover a melhoria da governança dos benefícios assistenciais na operação “Pente-Fino”. Através de cruzamentos mensais de dados com outros bancos de dados governamentais, foi possível potencializar a focalização do programa nos mais pobres, o que gerou economia nas contas públicas da ordem de R\$ 15,7 bilhões.

Papel relevante prestou a Secretaria Executiva na execução de licitação de veículos, utilizando emendas parlamentares, que culminou na implementação do **MOB SUAS**. Logo, foi possível doar veículos de transporte para ampliar a mobilidade e acessibilidade da população mais vulnerável e das equipes multidisciplinares que fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

É importante, ainda, mencionar a articulação realizada pela SE no âmbito do Grupo de Trabalho, coordenado pela SAGI (Decreto nº 9.642, de 08 de agosto de 2018), que alterou o regulamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como dispôs sobre o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. Nesse sentido, foi possível alterar os procedimentos de revisão do BPC, tornando-os mais céleres e efetivos e resultando na constatação de mais de 9 mil beneficiários com registros de óbito e 151 mil que não preenchiam os requisitos. Se confirmadas essas constatações, poderão ser geradas economias de até R\$ 1,5 bilhão por ano a partir de 2019.

No que tange à agenda relacionada à **imigração venezuelana**, a Secretaria Executiva teve papel preponderante no processo de interiorização e inserção econômica dessa população, inclusive atuando diretamente no território afetado.

Por fim, o Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Executiva, coordenou entre 2017 e 2018 a Câmara Técnica de Organização Social, com o objetivo de buscar reparar os danos sofridos pela comunidade atingida **pelo desastre da Barragem de Fundão, em Mariana**. Nesse período, a Câmara logrou orientar o pagamento de mais de R\$ 258 milhões em indenizações a aproximadamente 8 mil atingidos, além de auxílio financeiro emergencial para mais de 25 mil pessoas.

Convém destacar a articulação estratégica promovida pela Secretaria Executiva com os demais órgãos federais e nas três esferas de governo, quando necessário, integrando o esforço do Governo Federal em prol do fortalecimento de ações intersetoriais de desenvolvimento social.

Este Relatório apresenta os atos relevantes de gestão praticados pela Secretaria Executiva. Nele, foram consideradas as informações sobre a gestão das demais unidades da estrutura do Ministério, contendo as principais realizações de gestão e as principais dificuldades encontradas pela UPC para a realização dos objetivos no exercício de referência e outras informações úteis.

Ante o exposto, e consubstanciado pelas declarações de conformidade dos gestores responsáveis pelas unidades do Ministério do Desenvolvimento Social, DECLARO o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos, a efetividade e a economicidade da gestão dos órgãos integrantes do Ministério do Desenvolvimento Social para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos de gestão pública em alinhamento com o plano estratégico institucional.

Senarc

Secretaria Nacional de Renda de Cidadania



Secretário Tiago Falcão

1. Apresentação do Bolsa Família e do Cadastro Único

Desde a Constituição Federal de 1988, o Sistema de Proteção Social brasileiro vem sendo construído de forma gradual e integrada. Nos últimos quinze anos, o fortalecimento do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) foram conquistas fundamentais para a redução da pobreza e desenvolvimento mais inclusivo da sociedade brasileira, bem como a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua rede de serviços voltada à garantia de direitos socioassistenciais. Os avanços sociais do Brasil na última década são evidentes e os índices de pobreza e extrema pobreza caíram significativamente.

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres, a fim de aliviar a pobreza extrema, e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio dos compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público. A figura abaixo apresenta o desenho operacional e as características do PBF.

Programa Bolsa Família



Figura 6

Desde sua criação, o Programa cresceu significativamente, atendendo aproximadamente 13,9 milhões de famílias beneficiárias por mês em 2018. O benefício nesse ano apresentou o valor médio de R\$ 186,86 no mês de outubro. Os recursos alocados para o PBF, e que estão sendo executados, são da ordem de 29,9 bilhões de reais, distribuído conforme a figura abaixo.

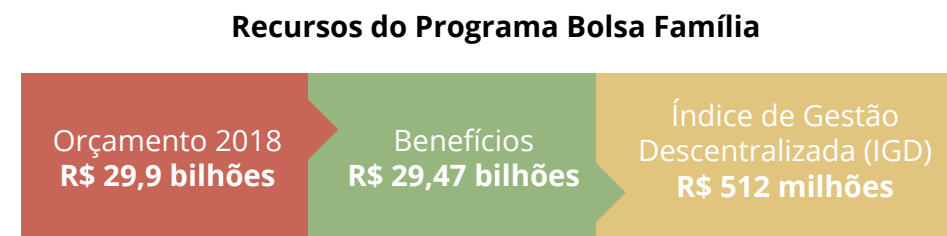


Figura 7

Com relação às condicionalidades de saúde e educação do PBF, foram alcançados recordes de acompanhamento. No período de outubro e novembro de 2018, 93,8% dos mais de 14 milhões de beneficiários público da condicionalidade de educação tiveram sua frequência acompanhada, o que representa a melhor cobertura já alcançada nacionalmente, desde 2006. Do total de alunos acompanhados, 95% cumpriram a condicionalidade. Na área da saúde, no primeiro semestre de 2018, o acompanhamento foi de 77,2% das famílias, com cumprimento de vacinação e registro de informação nutricional por, respectivamente, 98,8% e 80,1% das crianças acompanhadas e com cumprimento do pré-natal por 99,6% das gestantes identificadas.

O Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 24 de junho de 2007, é o maior instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda do Estado Brasileiro. Atualmente há aproximadamente 27 milhões de famílias de baixa renda cadastradas, correspondendo a quase 74 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 37% da população brasileira – a parcela mais pobre da população.

Outro ponto importante a se destacar é a consolidação do modelo de gestão federativa do PBF e do Cadastro Único. O Programa Bolsa Família e o Cadastro Único foram estruturados com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o Governo Federal e os entes federados no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Participam dessa gestão, além do Governo Federal, a totalidade dos 5.570 municípios brasileiros, bem como os

26 Estados e o Distrito Federal. Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados pela gestão do Programa e do Cadastro Único nos municípios e estados.

2. Benefícios do Bolsa Família

A cobertura do Programa Bolsa Família atende aproximadamente 13,9 milhões de famílias com um orçamento que totaliza R\$ 29,9 bilhões neste ano. O valor médio do benefício ao longo deste ano atingiu seu mais alto patamar de toda a série histórica, tendo alcançado o valor de R\$ 186,86 em outubro/18, após o processo de recomposição do valor do benefício pelo Governo Federal ao conceder o reajuste de 4,71%, sobre o valor do benefício médio, em maio com efeito a partir do mês de julho, ante uma inflação acumulada nos 12 meses anteriores de apenas 2,86% medida pelo IPCA, conforme se observa na figura a seguir.

Evolução do valor médio do benefício do PBF, em reais (R\$) – Brasil, dez/2003 a out/2018

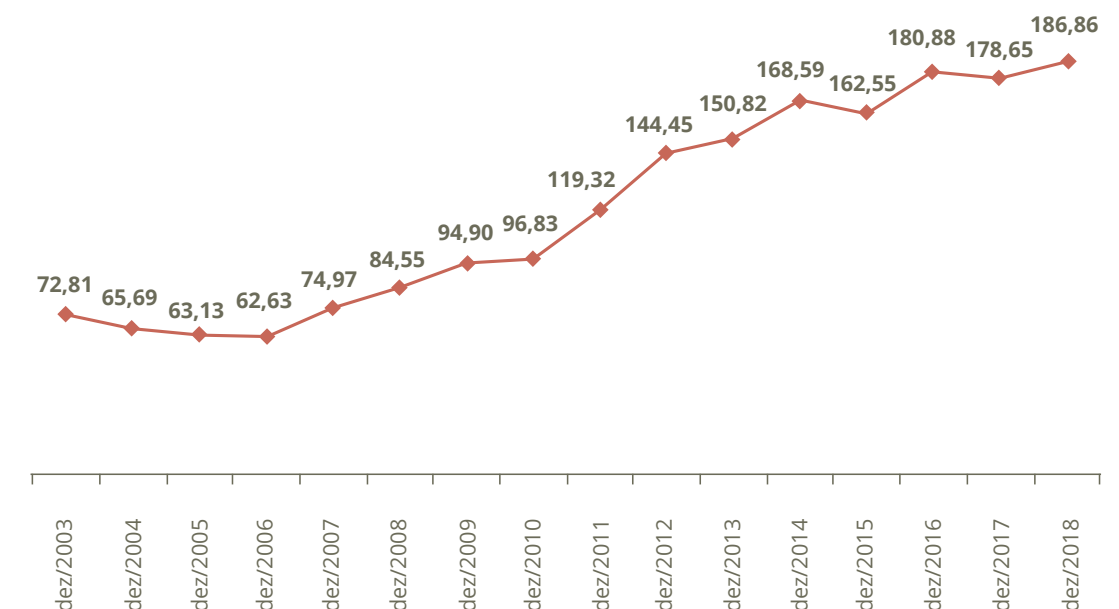


Gráfico 1

Ao intensificar os processos de batimentos de dados, pela inclusão de um maior número de bases administrativas, e de aprimorar os mecanismos de controle por meio dos processos de Revisão e Averiguação Cadastral, o MDS conseguiu ampliar a focalização do programa ao mesmo tempo que manteve zerada a fila de habilitados a ingressarem no programa ao longo de todo ano. Como

exemplo, a implementação do cruzamento mensal a partir de 2017 de informações da renda declarada de pessoas do Cadastro Único com a renda declarada na RAIS, no CAGED, além de informações de óbitos do SISOBI, tornando inelegíveis ao PBF as famílias que apresentem divergências. Estudos mostram que 62,1% dos beneficiários PBF se concentram entre os 20% mais pobres⁴.

3. Condicionalidade do Programa Bolsa Família e Acesso a Serviços

Por se tratar de um programa de transferência de renda com condicionalidades de educação e saúde, o PBF busca por essa via estimular o acesso a políticas de saúde, educação e assistência social ao mesmo tempo que busca identificar vulnerabilidades que afetam o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos, de forma a contribuir para a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. Em novembro de 2018, 13,1 milhões de estudantes foram acompanhados, sendo que 95% cumpriram com a condicionalidade de educação. Com relação à saúde, no primeiro semestre de 2018, 5,7 milhões de crianças foram acompanhadas, sendo que destas, 99% se apresentaram com vacinação em dia e 80% tiveram os dados nutricionais coletados. Além disso, no período, foram identificadas 366 mil beneficiárias gestantes. A figura a seguir detalha as condicionalidades e seus resultados.

⁴ Fonte: ASPIRE/Banco Mundial e PNAD Contínua Anual, 1ª Entrevista, 2016/IBGE. Elaboração: SENARC/MDS.

Condicionalidades do Bolsa Família

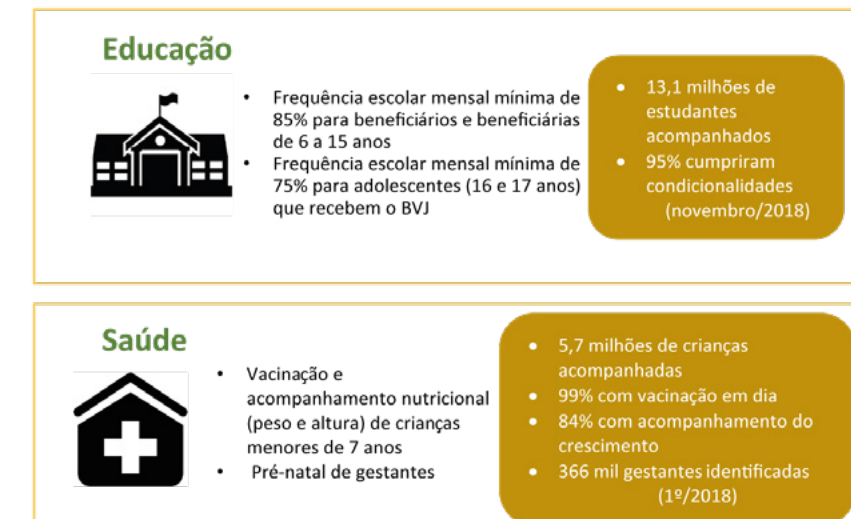


Figura 8

4. Cadastro Único para Programas Sociais

As informações do Cadastro Único contribuem para a formulação e a implantação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida, uma vez que propicia a identificação, a localização e o mapeamento das necessidades das famílias de baixa renda. Nesse sentido, o Cadastro Único configura-se como a porta de entrada para que as famílias mais vulneráveis, incluindo os Grupos Tradicionais e Específicos (indígenas, ciganos, moradores de rua, etc.), possam ter as suas necessidades conhecidas e atendidas pelo poder público.

Como é mostrado na figura abaixo, atualmente há aproximadamente 27 milhões de famílias de baixa renda cadastradas, correspondendo a quase 74 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 37% da população brasileira. O compartilhamento das informações das famílias se dá por meio da Rede do Cadastro Único, que reúne as gestões dos mais de 20 programas usuários do Cadastro no nível federal, tendo como objetivo promover o aperfeiçoamento do uso dos dados do Cadastro Único e ações de integração entre esses programas.

Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal



Figura 9

5. Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais

A Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único é feita de forma descentralizada por todos os entes da federação, o que envolve os 5.570 municípios, os 26 Estados e o Distrito Federal, sob a coordenação do MDS. Como apoio a essa gestão e em reconhecimento aos resultados alcançados, o Governo Federal repassou recursos da ordem de R\$ 512 milhões de reais até dezembro/2018, sendo R\$ 505,93 milhões para os municípios e R\$ 6,99 milhões para os estados, para que os estes entes façam frente aos gastos incorridos na melhoria da gestão local do Programa. O valor repassado é proporcional ao desempenho do ente federado dado pelo Índice de Gestão Descentralizado (IGD), que envolve os indicadores de acompanhamento de atualização

cadastral, de acompanhamento das condicionalidades na educação e de acompanhamento das condicionalidades na saúde, sendo a sua periodicidade de cálculo e de repasse de verbas feita mensalmente.

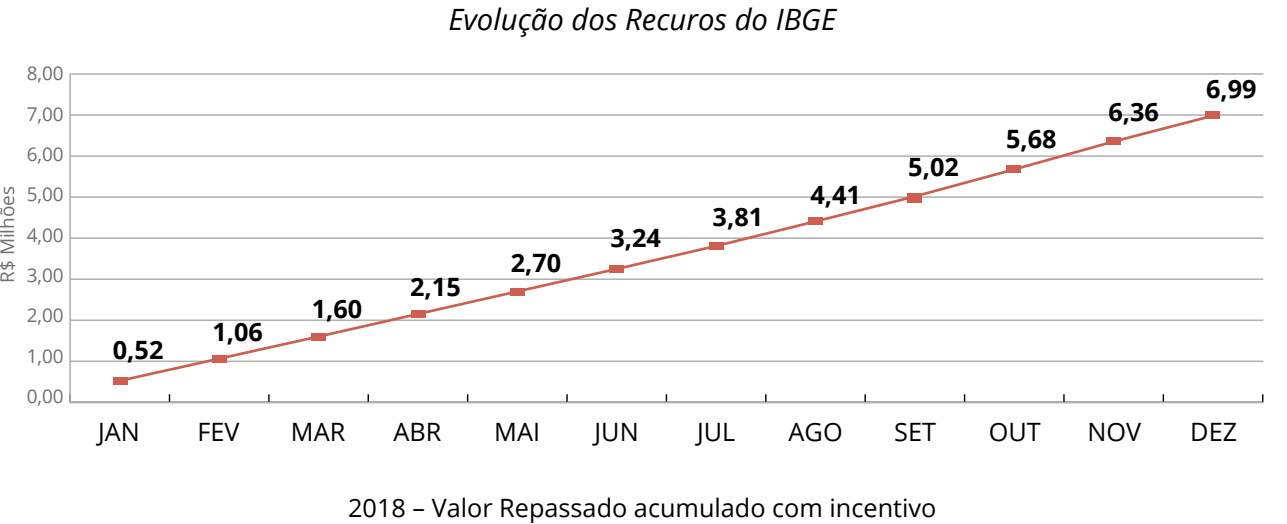


Gráfico 2

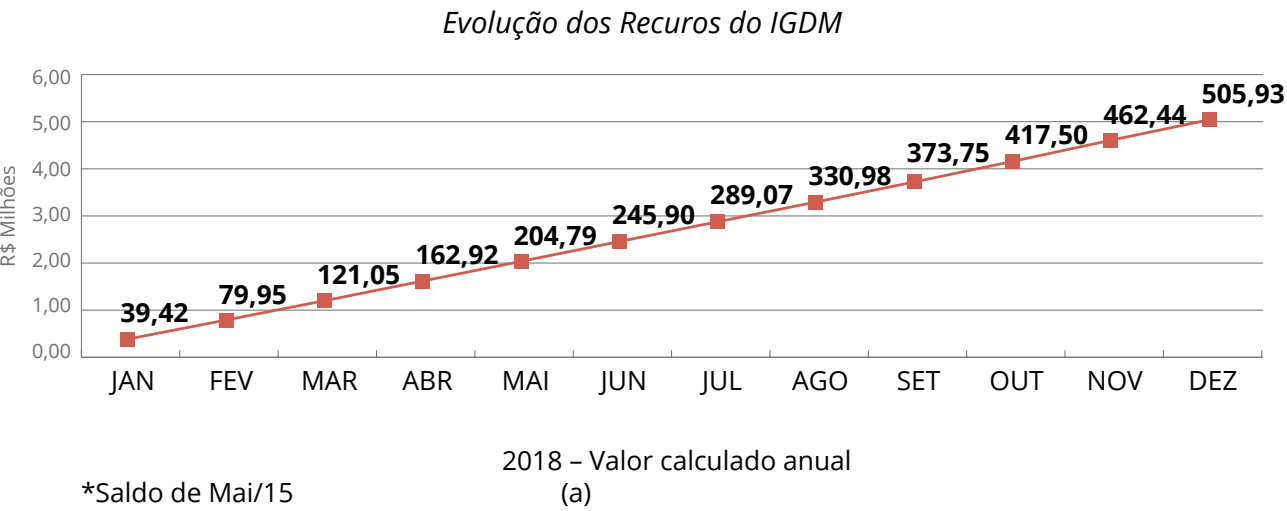


Gráfico 3

6. Desafios para 2019

Considerando-se a importância da autonomia dos entes federados na execução do Programa, o desafio para os próximos anos é o reforço do modelo de gestão do PBF e do Cadastro Único por meio do crescente fortalecimento das gestões locais, elevando a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos beneficiários de programas sociais.

Esse importante conjunto de conquistas alcançadas deve ser levado em conta nos próximos anos para que o Programa Bolsa Família continue apresentando resultados expressivos na estratégia de erradicação da extrema pobreza e leve uma rede de serviços básicos e políticas públicas para a população mais vulnerável do país. Trata-se de fortalecer alicerces para que, em longo prazo, o Estado brasileiro possa reduzir ainda mais a pobreza e a desigualdade.

SNAS

Secretaria Nacional de Assistência Social



Secretária Maria do Carmo Brant

A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) é responsável pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Assistência Social integra a seguridade, junto à Saúde e Previdência Social, sendo definida na Constituição de 1988 como um direito universal, destinado a todos os cidadãos que dela necessitarem, independentemente de contribuições à seguridade social.

A implementação do SUAS demanda a oferta de serviços e benefícios que visam reduzir a pobreza, as vulnerabilidades e riscos sociais, promovendo a inclusão socioeconômica de parcelas significativas da população. Essas ações são organizadas por nível de complexidade: a Proteção Social Básica tem um papel preventivo, atuando em situações de vulnerabilidade, enquanto a Proteção Social Especial atua nas situações de riscos e violações de direitos.

Além disso, por meio dos benefícios, garante-se renda às pessoas idosas ou com deficiência que não dispõem de meios de prover sua manutenção.

Em síntese, o SUAS gera valor para a sociedade ao enfrentar a pobreza, por meio da transferência de renda, e fortalecer o convívio familiar e comunitário, por meio de serviços que contribuem para a prevenção e atenção a situações de violência, isolamento e exclusão social.

A SNAS desempenha o papel de coordenação federativa do SUAS, que conta com a adesão de todos os estados, o Distrito Federal e quase a totalidade dos municípios do País. As unidades onde são ofertados os serviços são públicas, sob gestão dos entes parceiros, ou entidades não estatais, que atuam em parceria com os entes públicos.

Gestão do SUAS

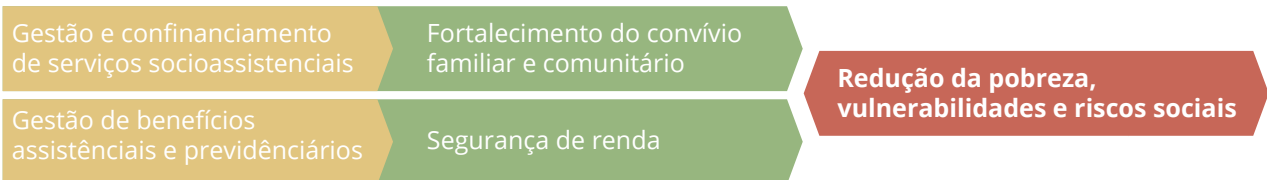


Figura 10

Diretrizes Estratégicas

- Articular e negociar com demais atores institucionais o financiamento das ações do SUAS em níveis suficientes para manter os serviços ofertados.
- Implementar novo desenho de revisão do BPC, integrado à inclusão dos beneficiários e suas famílias no Cadastro Único.
- Implementar a revisão dos benefícios por incapacidade pagos pelo INSS, que não passaram por perícia médica a mais de 2 anos.

- Equipar unidades do SUAS com veículos (automóveis e micro-ônibus) para o transporte de equipes e usuários.
- Participar da resposta à emergência decorrente do fluxo de venezuelanos na região norte, por meio do acolhimento provisório, da interiorização em outras regiões e da inserção social dos imigrantes que se encontram em Roraima.

Informações de Custos (2016-2018)

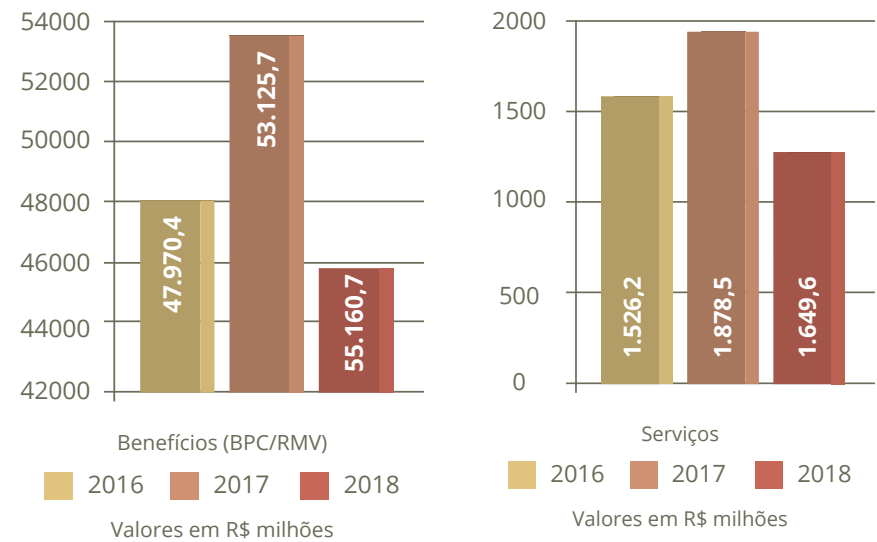


Gráfico 4

Gestão e cofinanciamento de serviços socioassistenciais

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco. Os serviços se destinam às famílias e são ofertados principalmente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), mas também em outras unidades públicas ou entidades privadas de assistência social.

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Este serviço tem um caráter preventivo, visando fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos e promover o acesso a políticas públicas, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida. É o principal serviço ofertado nos CRAS, que também responde pela quase totalidade do (re)cadastro de famílias no Cadastro Único de Programas Sociais, além de milhões de atendimentos individualizados. O MDS cofinancia 7,5 mil CRAS (89% das 8,4 mil unidades existentes), cuja cobertura atinge aproximadamente 25,7 milhões de famílias, em 5,5 mil Municípios. Na maioria dos municípios brasileiros, os CRAS apresentam uma capacidade de cobertura superior a 80% das famílias registradas no CadÚnico.

Para atender famílias que vivem em locais de difícil acesso, distantes do CRAS, ou que estão dispersas no território, o MDS cofinancia Equipes Volantes, vinculadas a unidades CRAS. São mais de 1,2 mil equipes volantes, distribuídas por mais de 1 mil municípios. Como estratégia para alcançar famílias e comunidades que vivem em regiões ribeirinhas da Amazônia e pantanal, municípios dessas regiões tem sido beneficiados com a doação de Lanchas da Assistência Social, destinadas ao transporte hidroviário dessas equipes. O MDS doou e cofinancia a manutenção de 138 embarcações.

CRAS – Volume de Atendimentos	2017	2018p
Famílias acompanhadas (média/mês)	1,3 milhão	1,4milhão
Atendimentos Individualizados	20,9 milhões	22,1 milhões
. CadÚnico (inclusão/revisão)	6,1 milhões	6,4 milhões
. Visitas domiciliares	2,7 milhões	2,7 milhões

Fonte: RMA (p=dados preliminares)

Tabela 1

2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O serviço de convivência visa favorecer o convívio e estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Nesse sentido, o serviço é ofertado em grupos, organizados por faixas etárias, incentivando a socialização e a convivência familiar e comunitária. O MDS cofinancia a oferta do serviço a 1,6 milhão de usuários, em quase 5 mil municípios. Entidades de assistência social, inscritas no Conselho de Assistência Social (são mais de 4,7 mil unidades de atendimento, em mais de 700 municípios e no DF), podem atuar como parceiras dos municípios na oferta do serviço. Em 31/12/2018 existiam 2,2 milhões de usuários vinculados a grupos ativos do serviço, dos quais 964 mil eram identificados em alguma situação prioritária.

SCFV – Faixa Etária dos Usuários (Dezembro/2018)

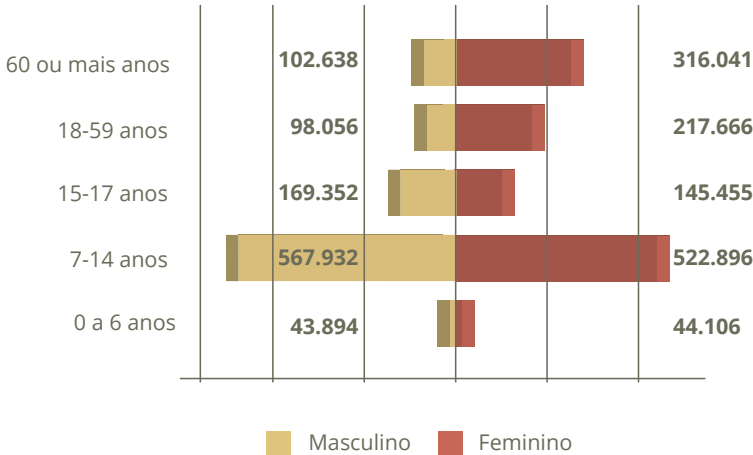


Gráfico 5

SCFV: Situações Prioritárias (Dezembro/2018)

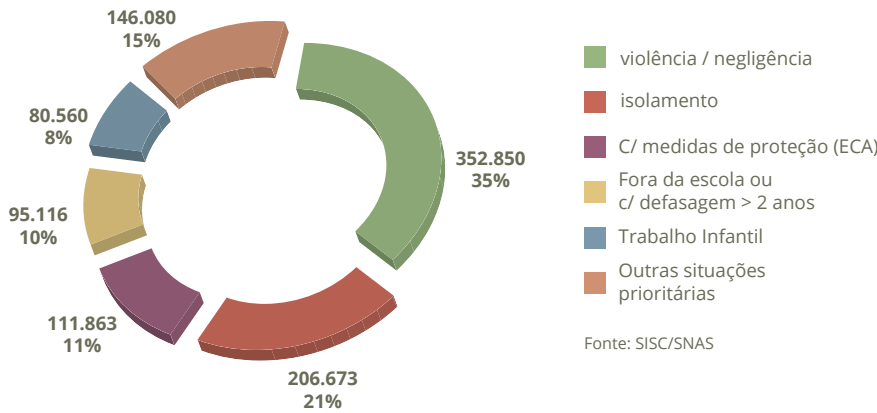


Gráfico 6

A Proteção Social Especial oferta serviços especializados a indivíduos e famílias em situações de risco pessoal e social, como: violência; negligência, maus tratos e abandono; precarização dos cuidados a pessoas idosas ou com deficiência; abuso e exploração sexual; situação de rua; trabalho infantil; adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade; vítimas de tráfico de pessoas; fragilização dos vínculos familiares; ruptura, ausência ou afastamento do convívio familiar; dentre outras.

Considerando os níveis de risco e o trabalho demandado, a Proteção Social Especial organiza-se em dois níveis: Média e Alta Complexidades.

Os serviços de Média Complexidade são ofertados nas unidades de referência: o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e o Centro-Dia de Referência para Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, e suas Famílias.

A Alta Complexidade oferta Serviços de Acolhimento para proteção integral de indivíduos e famílias em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em função de fragilidades, rompimento ou inexistência de vínculos familiares ou comunitários. Nesse sentido, utiliza-se de diversos tipos de equipamentos e modalidades de acolhimento (família acolhedora, república, residência inclusiva, casa de passagem, casa lar e abrigo institucional).

3. Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Este é o principal serviço ofertado no CREAS. O serviço promove o apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, devendo contribuir para: romper com padrões violadores de direitos, situações de violência e exploração; fortalecer vínculos familiares e comunitários e a função protetiva da família; a superação dessas situações; o acesso à rede de proteção social; e a prevenção de agravamentos de riscos por violação de direitos. Ao final de 2018, o MDS cofinanciava o funcionamento de quase 2,6 mil CREAS, cobrindo 2,4 mil municípios de todas as unidades da federação, principalmente aqueles com mais de 20 mil habitantes (95% de cobertura). Essa rede apresenta uma capacidade de atender a 130 mil casos (famílias e indivíduos) a cada mês.

CREAS – Volume de Atendimentos	2017	2018p
Casos em acompanhamento (média mensal)	240,2 mil	248 mil
Atendimentos Particularizados	1,6 milhão	1,7 milhão
. Visitas domiciliares	758,3 mil	784 mil

Fonte: RMA (p=dados preliminares)

Tabela 2

4. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (LA e PSC)

O serviço realiza acompanhamento especializado e continuado dos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), em decorrência de aplicação da medida por autoridade judiciária, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Seus principais objetivos são: promover a inserção dos adolescentes em serviços e programas de promoção e proteção social; criar condições para a

(re)construção de projetos de vida, que visem à ruptura com a prática de atos infracionais; e fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Ao final de 2018, o MDS cofinanciava a oferta do serviço em aproximadamente 1 mil municípios, com uma capacidade de atendimento estimada em 44,6 mil adolescentes.

Medidas Socioeducativas – Atendimentos	2017	2018p
Adolescentes cumprindo MSE (média mensal)	51,8 mil	49 mil
Adolescentes inseridos no serviço, no ano	62,2 mil	54 mil

Fonte: RMA (p=dados preliminares)

Tabela 3

5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

O Centro Pop é a unidade especializada no atendimento à população adulta em situação de rua. O serviço ofertado nessas unidades visa desenvolver sociabilidades, prestar orientação individual e grupal e o encaminhamento a outros serviços socioassistenciais e de outras áreas, com o objetivo de contribuir para a construção da autonomia, a inserção social e a proteção de situações de violência. Desse modo, o serviço contribui para reduzir as violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências, a redução de danos provocados por situações violadoras de direitos e a construção de novos projetos de vida. Ao final de 2018, o MDS cofinanciava a oferta do serviço em 228 unidades, presentes em 203 municípios.

Centro Pop – Qtde de Atendimentos	2017	2018p
Pessoas atendidas	350,8 mil	360 mil
– Migrantes	103,6 mil	106 mil
– Usuários (crack/drogas)	179,9 mil	181 mil
Total de atendimentos realizados	1,45 milhão	1,4 milhão

Fonte: RMA (p=dados preliminares)

Tabela 4

6. Serviço Especializado em Abordagem Social

A Abordagem Social é realizada por equipes do CREAS, do Centro Pop, ou de unidade referenciada ao CREAS, que realizam busca ativa nos espaços públicos de maior concentração de pessoas expostas a riscos sociais e pessoais, devido a situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual, uso abusivo de drogas, dentre outras. O serviço visa facilitar o acesso desse público a serviços socioassistenciais e de outras políticas sociais.

Em 2018, o MDS cofinanciava sua oferta em mais de 500 unidades, distribuídas em mais de 260 municípios, de todas as unidades federadas.

Abordagem Social – Atendimentos	2017	2018p
Quantidade de abordagens	1 milhão	1 milhão
Quantidade de Pessoas abordadas	469,5 mil	440 mil
– Migrantes	100,5 mil	107 mil
– Adultos usuários (crack/drogas)	154,7 mil	164 mil

Fonte: RMA (CREAS;Centro Pop) (p=dados preliminares)

Tabela 5

7. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Pessoas com deficiência e idosas que vivem em situação de dependência de cuidados têm maiores riscos de terem seus direitos violados, em razão da precarização dos cuidados. Os serviços ofertados no Centro-Dia, unidade especializada para esse público, visam promover sua autonomia e melhoria da qualidade de vida, por meio de cuidados complementares aos ofertados pela família. O MDS cofinancia 18 Centros-Dia, em 18 estados. Como esse serviço também pode ser prestado em unidades similares, sua cobertura atinge 860 municípios, por meio de 1,45 mil unidades (destas, 92% são entidades privadas).

Em resposta ao aumento dos casos de microcefalia e outras sequelas decorrentes do Zika Vírus, e da necessidade de integrar os serviços socioassistenciais para esse público com a Saúde e a Educação, o MDS expandiu o cofinanciamento desse serviço para implantação de unidades específicas (prioridade para crianças de 0 a 6 anos, com microcefalia ou deficiências associadas ao Zika vírus) nos municípios com maior número de casos confirmados. Até 2018, 06 unidades foram implantadas e outras 05 unidades deverão ser implantadas até 2019. Estima-se que cada unidade tenha capacidade de atender entre 30 e 150 pessoas/mês.

8. Serviços de Acolhimento

O SUAS rompeu a lógica de acolhimento como sinônimo de isolamento de indivíduos em instituições de grande porte, para longa permanência, em direção a ofertas de acolhimento personalizado e em pequenos grupos, como moradia transitória, visando a proteção integral, maiores níveis de autonomia e sua reinserção familiar e comunitária, quando possível. Dados preliminares do Censo SUAS 2018 informam que em 2018 existiam 5,6 mil unidades de acolhimento, em mais de 2 mil municípios, com capacidade para atender 169 mil pessoas. A maioria dessas unidades (3,6 mil, equivalente a 65%) é vinculada a entidades privadas de assistência social, que funcionam em parceria com a gestão pública. Ao final de 2018, o cofinanciamento federal cobria 88,9 mil vagas, voltadas aos diversos públicos e distribuídas por todos os estados e o DF.

8.1 Acolhimento para Crianças e Adolescentes

É um serviço de acolhimento provisório e excepcional, inclusive para pessoas com deficiência, sob medida de proteção (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA) e em situações de risco, cujos responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Em 2018, o MDS cofinanciou a oferta de 29,7 mil vagas, sob gestão de 1,1 mil municípios e 09 estados.

8.2 Acolhimento Institucional: modalidade Residência Inclusiva

Residências Inclusivas são unidades para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência. Devem dispor de equipe especializada, para prestar atendimento personalizado e qualificado. Em 2018, o MDS cofinanciou 102 unidades (1.020 vagas, 10 por unidade), sob gestão de 73 municípios e 6 estados.

8.3 Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias

É um serviço de acolhimento provisório para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração, ausência de residência, ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. O atendimento deve ser ofertado em pequenos grupos, com espaço para socialização e construção de novos patamares de autonomia. Ao final de 2018, o MDS cofinanciava a oferta de 19,9 mil vagas, sob gestão de 191 municípios e 7 estados.

8.4 Acolhimento para pessoas idosas e mulheres em situação de violência

É destinado a indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Ao final de 2018 o Governo Federal cofinanciava a oferta de 38,2 mil vagas, sob gestão de 782 municípios e 16 estados.

9. CEBAS: Concessão & Renovação para entidades do SUAS

A Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) é um importante mecanismo de parceria público-privada, para ampliar a cobertura e melhoria dos serviços socioassistenciais. Com o Cebas, entidades que ofertam serviços e benefícios de assistência social podem obter a isenção de contribuições para a seguridade social, além de celebrarem parcerias com o poder público, importantes mecanismos de financiamento de suas atividades. Em dezembro/2018 existiam aproximadamente 5,4 mil entidades com Cebas vigente, concedido pelo MDS. Na gestão 2016-2018, o MDS concluiu mais de 5,4 mil processos, reduzindo o tempo necessário para conclusão das análises e o estoque de processos pendentes para 1,6 mil.

10. Estruturação da rede de serviços do SUAS

A estruturação da rede de serviços de Proteção Social Básica e Especial visa contribuir para a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços ofertados aos usuários, por meio da construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para as unidades. Em dezembro/2018 existiam 1.975 transferências (contratos de repasse ou convênios) sendo executadas pelos municípios, estados e Distrito Federal. Apenas em 2018, por meio de convênios e contratos, foram transferidos R\$ 76 milhões.

Visando desburocratizar o processo e aperfeiçoar o uso dos recursos, a gestão 2016-2018 alterou a regulamentação dessas transferências, quando destinadas à aquisição de equipamentos ou veículos para utilização das unidades socioassistenciais. Por esse novo desenho, em 2018, foram transferidos R\$ 118 milhões.

Além disso, o MDS iniciou a distribuição de 429 micro-ônibus e 337 automóveis, adquiridos por R\$ 139,8 milhões, para equiparem unidades que prestam serviços do SUAS em 636 municípios.

11. Migrantes venezuelanos

Em 2017 ocorreu um aumento no fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, aumentando significativamente a demanda por serviços públicos e o número de pessoas em situação de rua, especialmente em Roraima. Em resposta a essa situação de emergência, o MDS repassou

recursos para os estados envolvidos (RR, AM e PA), visando assegurar a manutenção de abrigos temporários.

Em 2018 foi iniciado um processo de interiorização dos migrantes para outros estados, visando oferecer-lhes mais oportunidades de inserção socioeconômica e reduzir a demanda sobre os serviços daquelas localidades. De abril a dezembro/2018 foram realizadas 21 etapas, que envolveram a interiorização de aproximadamente 4 mil imigrantes. Além disso, outros 6 mil imigrantes se encontravam em acolhimentos em Roraima.

Benefícios assistenciais e previdenciários

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 salário mínimo à pessoa idosa (65+ anos) e à pessoa com deficiência (com impedimentos de longo prazo) de qualquer idade, em ambas as situações, com renda *per capita* familiar mensal inferior a ¼ do salário mínimo. Os benefícios concedidos devem ser revisados a cada 2 anos, para verificação da permanência das condições que lhe deram origem. Constatada a superação de tais condições, o benefício poderá ser cessado.

A assistência social também responde pelo pagamento da Renda Mensal Vitalícia (RMV) às pessoas que faziam jus ao benefício quando de sua extinção (janeiro/1996, quando foi implantado o BPC).

Em 2018 o BPC atendeu aproximadamente 4,6 milhões de beneficiários, sendo 2,6 milhões de pessoas com deficiência e 2,0 milhões de pessoas idosas.

Revisão do benefício (BPC) e inclusão de beneficiários no Cadastro Único

Em 2018, o MDS identificou 155 mil beneficiários do BPC com indícios de irregularidade, como a renda familiar equivalente ao dobro do limite para acesso. Esses beneficiários foram notificados pelo INSS para apresentação de defesa, que se não apresentada ou insuficiente, resultará na suspensão do benefício.

Entre as principais alterações implantadas pela gestão (2016-2018), está a obrigatoriedade da inscrição do beneficiário e seu grupo familiar no Cadastro Único para Programas Sociais, para o recebimento do BPC. Além disso, esse registro permitirá um melhor conhecimento da realidade dos beneficiários e de suas famílias, possibilitando seu acompanhamento pela rede socioassistencial e o acesso a outras políticas públicas. Ao final de 2018, mais de 70% dos beneficiários já se encontrava registrado no Cadastro Único (eram menos de 44%, em dezembro/2016).

Beneficiários registrados no CadÚnico	dez/16		dez/17		dez/2018	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Idoso	695.246	35,2	1.236.356	61,1	1.447.124	70,9
PcD	1.228.811	50,4	1.501.409	59,4	1.819.204	70,3
Cadastrados	1.924.057	43,6	2.737.765	60,1	3.266.328	70,6
Total	4.414.562		4.551.873		4.628.146	

Fonte: BPC/INSS; CadÚnico/MDS

Tabela 6

Programa BPC na Escola

O BPC na Escola visa garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes (0-18 anos) com deficiência, beneficiários do BPC. A partir da identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e permanência na escola, os beneficiários e suas famílias devem ser acompanhados pela rede assistencial dos municípios e DF.

O Programa conta com a adesão de todos os estados, o DF e quase 5 mil municípios. O último cruzamento de dados do cadastro do BPC com o censo escolar (Inep/MEC) revelou que em 2017 aproximadamente 347,6 mil beneficiários (65,3% dos 532,2 mil beneficiários com até 18 anos) estavam na escola.

Revisão dos Benefícios Previdenciários por Incapacidade: auxílio-doença e aposentadoria por invalidez

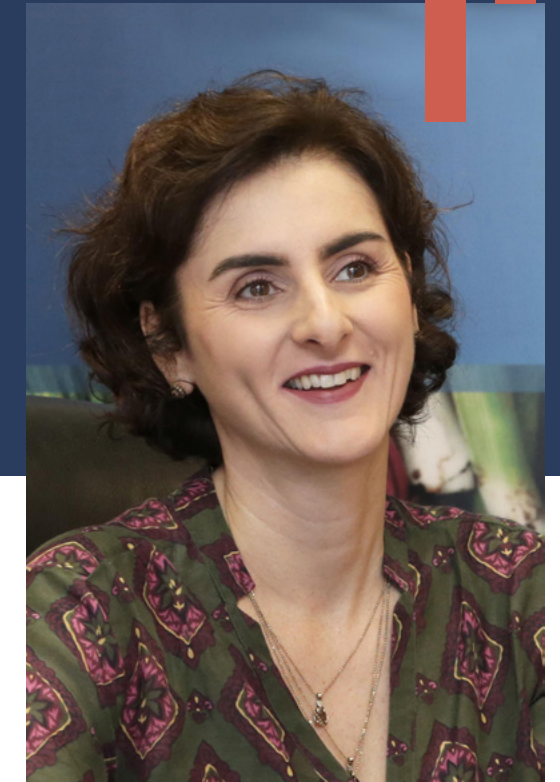
De agosto/2016 a dezembro/2018 foram revisados, no âmbito do Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade – PRBI, mais de 1,3 milhão de benefícios que não passavam por perícia há mais de dois anos. Desse montante, 727,1 mil benefícios foram cessados (sendo 452,3 mil auxílios-doença e 274,8 mil aposentadorias por invalidez), resultando em uma economia de R\$ 14,6 bilhões de reais. Para o êxito e celeridade desse processo, foi fundamental a adesão de 96% dos médicos peritos do INSS ao Programa de Gestão das Atividades Médico Periciais – PGAMP, que aprimorou a forma de trabalho desses profissionais.

Desafios para 2019

- ✓ Recompôr o orçamento anual, viabilizando a manutenção dos serviços socioassistenciais ofertados, aos níveis existentes em 2018.
- ✓ Definir e implementar estratégia de atenção aos migrantes venezuelanos em Roraima e os interiorizados em outras regiões do País.
- ✓ Ampliar a articulação e integração do SUAS aos Sistemas Único de Saúde (SUS) e de Justiça, tornando-o mais efetivo e reduzindo sua crescente judicialização.
- ✓ Ampliar a revisão dos benefícios de prestação continuada (BPC), realizando a reavaliação da pessoa com deficiência, também prevista em lei.
- ✓ Acompanhar a revisão do BPC quanto ao critério renda, operacionalizada pelo INSS, e monitorar a estratégia para inclusão no Cadastro Único, de todos os beneficiários não registrados até 2018.

SESAN

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional



Secretária Lilian Rahal

Até 2018, coube à então Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)⁵, entre outras funções, planejar, implementar, coordenar e supervisionar programas, projetos e ações de segurança alimentar e nutricional de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecidas pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 e pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Criada em 2004, desde então a Sesan tem desempenhado importante papel nas ações de combate à fome e à miséria, desde o seu papel estratégico na estratégia “Fome Zero” e no Plano Brasil sem Miséria – BSM, e na construção da agenda de segurança alimentar e nutricional como uma política de Estado. Nessa construção, merecem destaque a Lei nº 11.346/2006, intitulada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); o Decreto nº 7.272/2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Pnsan) e definiu os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan); e a Emenda Constitucional nº 64, que incluiu a alimentação entre os direitos sociais constitucionais.

Em 2013, quando realizou seu último evento de definição de referenciais estratégicos, foi discutida e validada sua missão institucional: *“Promover a segurança e soberania alimentar, por meio da estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar*

e Nutricional, da promoção do acesso à alimentação saudável e do apoio à agricultura familiar, com vistas à realização do Direito Humano à Alimentação Adequada para toda a população brasileira”. Neste contexto, e coerente com sua trajetória, a Sesan executa importantes programas e ações finalísticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cisternas e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Por meio dessas e outras ações, a Sesan tem contribuído, também, para a melhoria dos indicadores de segurança alimentar e nutricional, a inclusão social e produtiva e a superação da pobreza rural, fundamentando sua atuação na promoção do direito humano à alimentação adequada.

Em 2018, tal como nos anos anteriores de 2015, 2016 e 2017, a Sesan planejou a execução de suas ações levando em conta as restrições orçamentárias e financeiras decorrentes da crise fiscal do governo federal. Mais uma vez, a despeito destas dificuldades, a Sesan não observou problemas de descontinuidade e atingiu bons resultados, mantendo o nível de desempenho observado anos anteriores, como veremos mais a frente. É possível dizer que a

⁵ Atualmente, Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural, órgão integrante da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania.

gestão de suas ações e programas se encontra bastante consolidada, ainda que seja necessário avançar em diversas questões como a estrutura de pessoal, a manualização de todos os seus processos e a implantação de metodologias como a de gestão de riscos. Porém, é importante destacar que a manutenção daqueles bons resultados se deveu, em grande parte, a compromissos assumidos em anos anteriores e que tiveram repercussão nos exercícios seguintes, assim como na busca por fontes de financiamento alternativas. Entretanto, isto tem um limite. A ser mantido o ritmo de redução das dotações orçamentárias e a demora na liberação de limites financeiros, algumas ações da Sesan podem tornar-se inviáveis nos próximos anos ou mesmo serem descontinuadas. Isso é especialmente grave, uma vez que ações como o PAA e o Programa Cisternas contribuíram para retirar o Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). Além disso, são importantes para o enfrentamento dos atuais desafios na área de segurança alimentar e nutricional, entre eles, o combate à insegurança alimentar e nutricional que ainda persiste entre povos e comunidades tradicionais; a promoção da alimentação saudável e adequada e o combate ao sobrepeso e à obesidade; e o aprimoramento e a convergência das ações de inclusão social e produtiva para a redução da pobreza rural. Cabe destacar, por fim, a importância dessas ações, já que em 2019 serão elaborados o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Plano Plurianual (PPA) e o 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), ambos para o período 2020/2023.

Principais Resultados

A despeito das dificuldades apontadas no bloco anterior, a Sesan seguiu contribuindo para o enfrentamento da insegurança alimentar e da extrema pobreza rural, por meio das ações de acesso à água, de inclusão produtiva rural, e de compra e doação de alimentos da agricultura familiar. A Sesan também continuou trabalhando para o processo de consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o propósito maior de promover o direito humano à alimentação adequada, o que abarca outras grandes questões como o enfrentamento do sobrepeso e da obesidade, a redução de perdas e desperdícios de alimentos e os desertos alimentares.

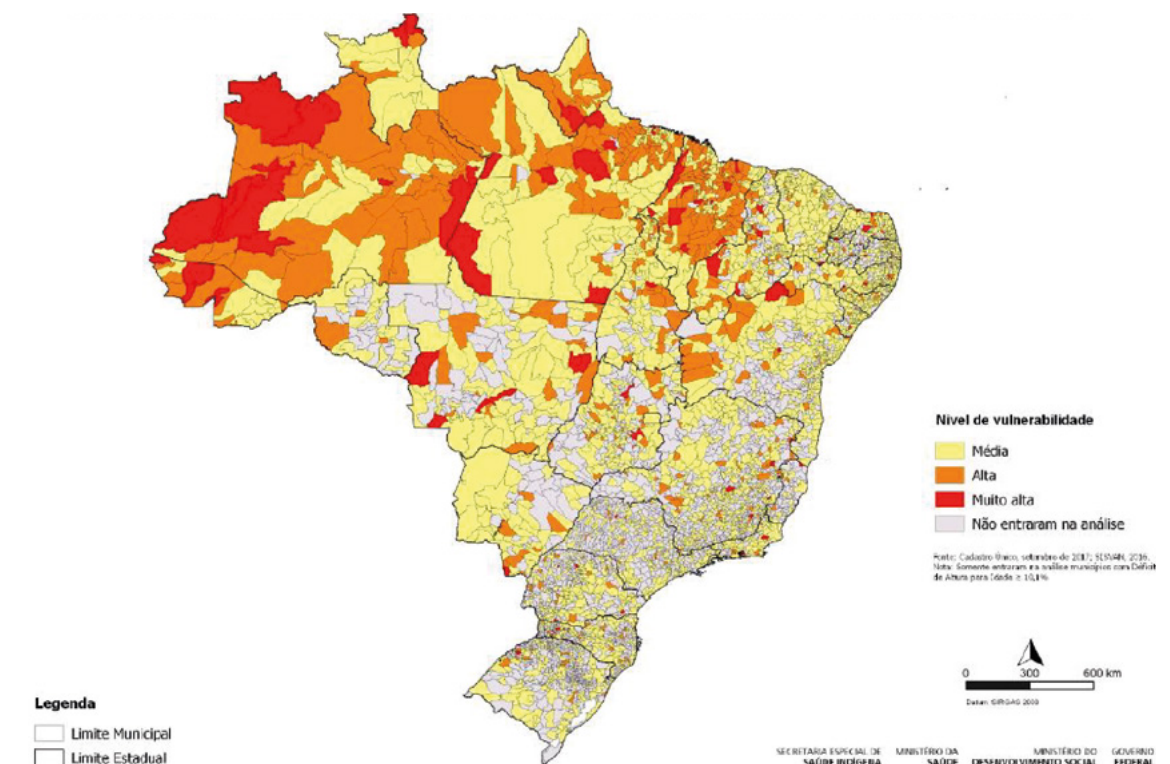
No ano de 2018, os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) encontravam-se em pleno

funcionamento, o que significa dizer que a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) estavam ativos. O encontro 5ª Conferência de SAN+2 foi realizado entre os dias 6 e 8 de março, ocasião em que foi revisto e republicado o 2º Plansan (2016-2019) com 9 desafios e 121 metas, além de formalizado para a Casa Civil projeto de lei (PL) que define uma proposta de financiamento da gestão do Sisan. Novas agendas também ganharam visibilidade em 2018, como a regularização sanitária dos produtos da agricultura familiar e as iniciativas acerca de perdas e desperdícios de alimentos. Os principais legados foram:

1. **Consolidação do Sisan** – Foram 64 novas adesões municipais ao Sisan, totalizando, assim, 340 municípios aderidos, além do funcionamento em todos os Estados e o Distrito Federal da Caisan e Consea. Encontra-se em finalização a 3ª edição do MapaSAN, com 2.228 municípios respondentes, uma ferramenta de pesquisa anual de informações sobre a gestão do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito dos estados e municípios brasileiros. Consolidação do processo de integração da agenda de SAN no SUAS.

Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional

Municípios agrupados segundo níveis de vulnerabilidade em desnutrição, Cadastro Único, Brasil, 2016



Fonte: CAISAN.

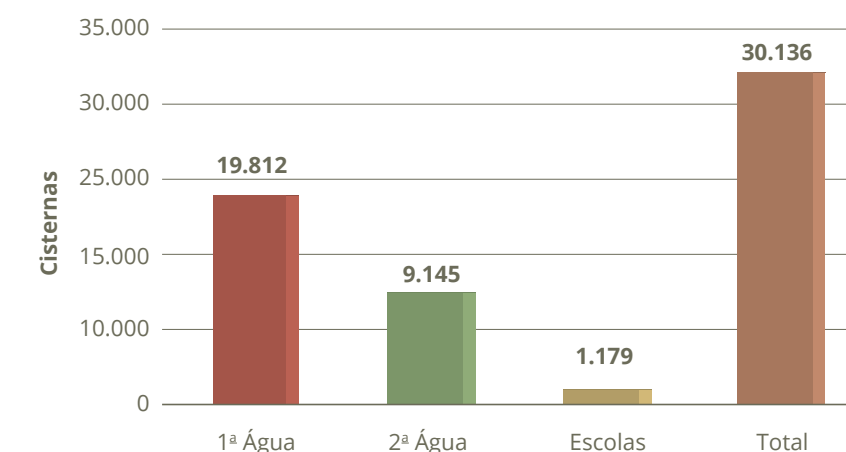
Figura 11

2. **Publicação da 2ª edição do Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional** – A partir do cruzamento dos dados do CadÚnico e do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), mostrou os grupos e territórios mais vulneráveis no Brasil. **São 90 municípios** com nível de alta vulnerabilidade com 44.462 crianças menores de cinco anos que apresentam uma desnutrição crônica (déficit de altura) de 38%. Os resultados estão sendo utilizado para aprimorar a focalização das políticas públicas de SAN naqueles territórios.
3. **Definição de uma metodologia para mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil.** – Foram mapeados os territórios que ainda não têm a oferta e a disponibilidade de produtos como frutas, verduras e hortaliças para a população, de forma a possibilitar políticas públicas relacionadas ao abastecimento alimentar no País.
4. **Publicação da Estratégia Nacional de Perdas e Desperdícios de Alimentos** – A Sesan, juntamente com o Ministério da Fazenda, posicionou-se sobre os impostos que incidem na doação de alimentos no Brasil, bem como a solicitação para a revisão do Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) atualizando os parâmetros de isenção do ICMS para a doação de alimentos aos bancos de alimentos. Foi formalizado acordo de cooperação com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e convênios com os estados da Região Sul voltados para projetos de perdas e desperdício de alimentos. São 141 bancos de alimentos aderidos à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e em 2018 ainda houve financiamento para modernização de mais 10 bancos de alimentos.
5. **Monitoramento da Estratégia Intersectorial de Prevenção e Controle da Obesidade em 24 estados e no Distrito Federal** – A Caisan produziu notas sobre a agenda regulatória relacionadas à taxação de alimentos para a Receita Federal e também sobre a rotulagem nutricional dos alimentos no Brasil, ambas medidas regulatórias internacionalmente reconhecidas como instrumentos efetivos para o enfrentamento do sobrepeso e obesidade, bem como para redução das doenças decorrentes da má alimentação. Também houve a formalização da adesão dos estados de Alagoas e Paraíba ao Pacto Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável e a formação de 1.500 profissionais e gestores em educação alimentar e nutricional e compras públicas.
6. **Atuação no âmbito da agenda internacional de SAN** – Entre os resultados da agenda destacamos o Projeto de Cooperação Bilateral com Moçambique, o regimento interno do grupo de trabalho de

nutrição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a formalização do papel do Brasil como líder das redes de ação da Década de Nutrição, instituída pela ONU, nos temas de governança em SAN e compras públicas da agricultura familiar.

O Programa Cisternas deu continuidade ao atendimento de famílias de baixa renda e sem acesso adequado à água. Em 2018 foram quase 29 mil famílias e pouco mais de 1 mil escolas beneficiadas, em especial no semiárido e na Amazônia, totalizando, portanto, mais de 30 mil tecnologias sociais entregues. Considerando a execução do Programa junto a povos e comunidades tradicionais, teve início o projeto para implantação de cisternas para os povos indígenas Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e para o território quilombola Kalunga, em Goiás.

Programa Cisternas – Tecnologias Entregues em 2018



Fonte: SIG Cisternas, DEFEP/SESAN/MDS.

Gráfico 7

Também foi celebrada a parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para avaliar os resultados do Programa Cisternas, no que diz respeito à cisterna para consumo humano. Alguns resultados indicam impactos positivos na redução da mortalidade infantil, que, no médio prazo, podem chegar a 70%, bem como no aumento do peso ao nascer.

O Programa Fomento Rural, voltado à estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres, inclusive povos e comunidades tradicionais, incorporou novos parâmetros para a seleção de famílias beneficiárias, considerando a presença de crianças em situação de insegurança alimentar e nutricional e a estrutura de saneamento básico da residência. Com o aprimoramento da focalização, em 2018 foram incluídas no Programa 18.065 novas famílias, que receberam no total R\$ 45.616.800 para investimento na produção.

Cooperação técnica entre MDS e BNDES

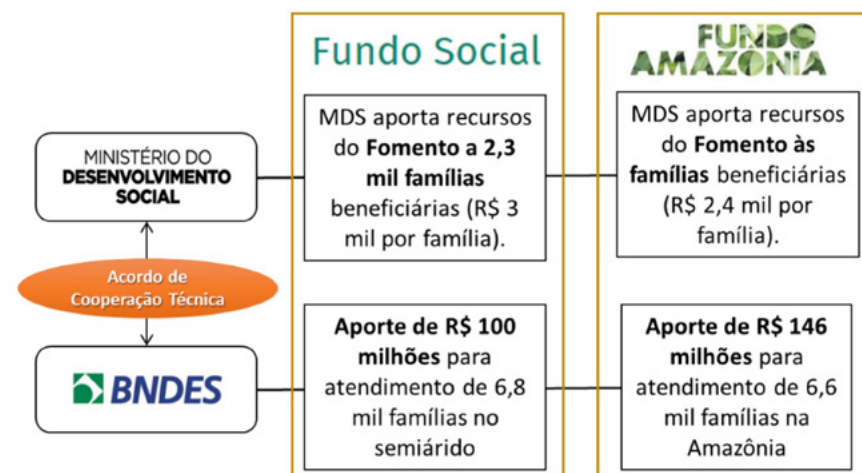


Figura 12

Em 2018, o Fomento Rural e o Programa Cisternas começaram a ser implementados de forma integrada, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES aportou R\$ 100 milhões do Fundo Social para atendimento a 6,8 mil famílias em 9 estados do Semiárido e mais R\$ 146 milhões do Fundo Amazônia para atendimento a 6,6 mil famílias residentes em unidades de conservação de 5 estados.

O MDS também iniciou pesquisa de avaliação de impacto da implementação integrada dos Programas Cisternas e Fomento Rural, em parceria com a PUC/Rio. A pesquisa deverá ser concluída em 2020, quando será possível verificar cientificamente os efeitos já sentidos desses programas na vida das famílias atendidas.

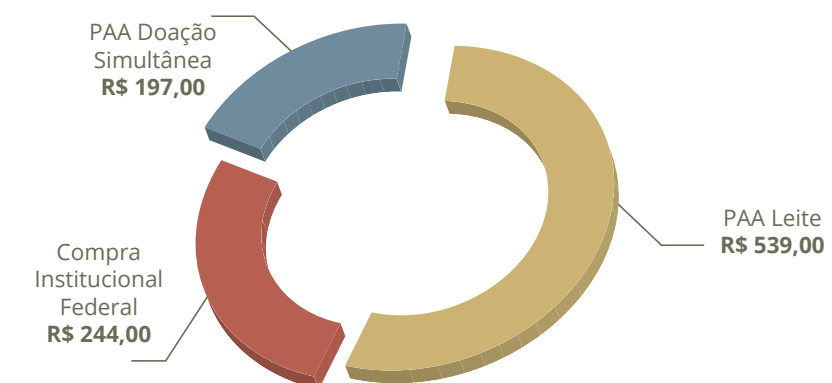
Quanto às compras públicas da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) permaneceu um referencial de inclusão produtiva rural e um marco central das políticas de segurança alimentar e nutricional, sendo importante tanto para o combate à pobreza rural, com fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento local, quanto para o enfrentamento de situações de insegurança alimentar e nutricional no campo e na cidade, através do abastecimento, com alimentos saudáveis, da rede socioassistencial, de saúde, educação e demais equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Hoje, mais de 60% dos beneficiários do Programa estão no CadÚnico e o valor das

suas vendas representa, pelo menos, 20% da renda familiar, podendo atingir até 50% da renda para famílias que recebem até 1 salário mínimo.

Em 2018, o PAA passou por revisões normativas que permitiram maior eficiência na aplicação dos recursos e melhor focalização no atendimento às mulheres, aos agricultores familiares do CadÚnico e às regiões Norte e Nordeste do Brasil, atendendo com recursos para compra e doação de alimentos às populações que mais necessitam. Destaque para o PAA Leite, modalidade executada exclusivamente na região semiárida que, até setembro de 2018, adquiriu 25,2 milhões de litros de leite de 7.826 agricultores familiares, beneficiando com a doação do produto 3.714 entidades e mais de 700 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Também destacamos a modalidade Compra com Doação Simultânea por meio de execução via Termo de Adesão, instrumento que permite o pagamento direto ao agricultor familiar via cartão de pagamento de benefícios do Banco do Brasil, que hoje vem sendo executada em todos os Estados da Federação. Até dezembro de 2018, o Termo de Adesão realizou pagamentos no total de R\$ 135.884.161 para 36.828 agricultores familiares, garantindo a distribuição de 43.236 toneladas de alimentos para 9.890 entidades. Ainda na modalidade Compra com Doação Simultânea foram repassados R\$ 61,2 milhões através de Termo de Execução Descentralizada com a CONAB que beneficiaram 8.766 agricultores familiares e 792 entidades.

Compras Públicas – participação das modalidades



* Mercado aberto para compras da agricultura familiar.

** Execução da modalidade compreende execução por Termo de Adesão e por meio da CONAB.

Fonte: DECOM/SESAN/MDS.

Gráfico 8

Em 2018, observou-se a consolidação das compras institucionais da agricultura familiar, com um processo contínuo de orientação, capacitação e qualificação de agricultores fornecedores, técnicos das áreas de compras, gestores públicos e do Portal de Compras da Agricultura Familiar (comprasagriculturafamiliar.gov.br), por meio da realização de reuniões gerenciais, que envolveram cerca de 1.000 pessoas, ou por módulos de capacitação a distância, que contaram com a participação de cerca de 700 pessoas. O Portal consolida-se como um espaço

de aproximação entre demandantes e ofertantes de alimentos, possibilitando um significativo crescimento do mercado aberto para as compras de produtos da agricultura familiar realizadas por órgãos da União, que, embora não tenha alcançado a meta de R\$ 300 milhões prevista para 2018, passou de um volume de R\$ 150 milhões em 2017 para R\$ 244 milhões em 2018, um aumento de 62% em relação a 2017. Para 2019, o objetivo é alcançar a meta de R\$ 400 milhões em mercados abertos para a agricultura familiar no âmbito da modalidade Compra Institucional.

Desafios para 2019

1. Problemas relacionados ao sistema alimentar vigente com dupla carga da má nutrição. Por um lado, ainda temos um contingente populacional com problemas de acesso aos alimentos e, por outro, um contingente que já entrou no mapa da obesidade.
2. Viabilizar a continuidade e expansão do atendimento de famílias e escolas públicas rurais na perspectiva de universalização do acesso à água para consumo humano para famílias pobres rurais. Último levantamento realizado em 2017 pela Sesan/MDS, a partir de dados do Cadastro Único, apontava para uma demanda de 1,3 milhão de famílias, sendo 360 mil apenas no semiárido e 410 mil na Amazônia.
3. No Programa Fomento Rural, permanece o desafio de apoiar as 360 mil famílias rurais com crianças em situação de insegurança alimentar e nutricional para superação de sua condição de vulnerabilidade extrema.
4. Definição do financiamento da gestão do Sisan e ampliação das adesões municipais ao Sistema, com a respectiva criação dos Fóruns bi e tripartites.
5. Elaboração do novo Plansan para o período 2020-2024.
6. Implementar a Estratégia de Redução das Perdas e Desperdícios de Alimentos no Brasil.
7. Dar continuidade à Estratégia Intersetorial para Redução do Sobrepeso e Obesidade no Brasil, principalmente por meio de medidas regulatórias.

8. Restabelecer o orçamento para execução das modalidades do PAA que beneficiam os agricultores mais vulneráveis, especialmente o da Compra com Doação Simultânea.
9. Já no campo das Compras Institucionais, mesmo com o expressivo crescimento observado nos últimos dois anos, ainda existe um grande potencial a ser explorado a partir do poder de compra de órgãos públicos da União, Estados e Municípios, o que atende às organizações da agricultura familiar mais estruturadas e à demanda por alimentos frescos e saudáveis por parte daqueles órgãos.
10. Dar seguimento ao processo de apoio à implementação de selos distintivos (indicação geográfica e/ou marca coletiva) junto a povos e comunidades tradicionais, em parceria com a FUNAI, MMA e ICMBio. Já foram definidos grupos e produtos com perfil para iniciar o processo de registro e gestão de uma Marca Coletiva, a saber: Extrativistas da Resex Delta do Parnaíba no Piauí – cadeia do Caranguejo – Uça; Catadoras de Mangaba em Sergipe – cadeia da Mangaba; Indígenas Wassu Cocal e Xocó em Alagoas – cadeia do mel.

Programa Forças no Esporte

A SESAN repassou ao Ministério da Defesa R\$ 11,9 milhões para garantir uma alimentação saudável a mais de 20 mil crianças e adolescentes em todo o país que fazem parte do Programa Forças no Esporte – Segundo Tempo.

Executado em 164 unidades das forças armadas em todo o território nacional, o Programa garante atividades esportivas, alimentação e reforço escolar em áreas de vulnerabilidade social.

Ação de Distribuição de Alimentos – ADA

A ADA garante a distribuição de cestas de alimentos para famílias de grupos populacionais tradicionais e específicos em situação de grave insegurança alimentar e nutricional, com foco em famílias quilombolas e indígenas.

Até dezembro de 2018 foram entregues 65.417 cestas de alimentos a 86.275 famílias, com um orçamento de R\$ 24,4 milhões.

SNPDH

Secretaria Nacional De Promoção Do Desenvolvimento Humano



Secretária Ely Harasawa

A Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano – SNPDH foi criada por meio do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016. Conforme suas atribuições regimentais, a SNPDH assessora o Ministério no sentido de formular, planejar, normatizar e coordenar a implementação de políticas, programas, ações e projetos que promovam o desenvolvimento humano.

Para desempenhar suas atribuições institucionais, a Secretaria é composta por três eixos.

1. Atenção à Primeira Infância, que promove a integração das políticas públicas voltadas para primeira infância, bem como a formulação de estratégias nacionais voltadas para o desenvolvimento da primeira infância.
2. Atenção à Juventude e à Adolescência, responsável por fomentar a implementação de ações governamentais e não governamentais voltadas para a proteção social dos adolescentes e dos jovens.
3. Atenção ao Idoso, responsável por promover estratégias nacionais voltadas para criação de incentivos e alternativas de atenção ao idoso.

Nesse sentido, a SNPDH exerce função central na formulação de estratégias com o intuito de articular, fomentar e implementar políticas e ações voltadas para o desenvolvimento humano nas diferentes fases do ciclo de vida. Como contribuição para a sociedade, a Secretaria busca disseminar e consolidar o entendimento sobre a relevância de políticas públicas voltada para o desenvolvimento humano integral.

Em 8 de março de 2016, foi aprovada a Lei nº 13.257, que criou o Marco Legal da Primeira Infância, ressaltando a necessidade da integração de esforços da União, dos estados, dos municípios, das famílias e da sociedade no sentido de promover e defender os direitos das crianças. Nesse contexto, foi instituído, por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, o Programa Criança Feliz – PCF.

O Departamento de Atenção a Políticas à Primeira Infância- DAPI atua com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, com foco principal na implementação do Programa Criança Feliz. As principais ações no Programa consistem na realização de visitas domiciliares periódicas e de ações complementares de apoio, capacitação e formação continuada de profissionais, além da articulação intersetorial e na promoção de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integral.

O Programa conjuga esforços de diferentes esferas de governo e reconhece a capacitação e a educação permanente como ação estruturante para a implementação e qualificação da atenção as famílias com gestantes e crianças na primeira infância. As visitas domiciliares possuem a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, buscando envolver ações de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos. As capacitações de multiplicadores têm o objetivo de aprimorar o conhecimento, estimular a

atuação integrada das diferentes áreas de governo e desenvolver as técnicas que serão aplicadas nas visitas domiciliares do Criança Feliz.

Em 2017, o DAPI focou na capacitação dos municípios nas metodologias do Programa e no início das visitas domiciliares. Em 2017, a meta do Programa Criança Feliz era o atendimento de 808.028 crianças e/ou gestantes. No entanto, em razão do período necessário para capacitação dos mais de dois mil e quatrocentos municípios, houve atraso no início das visitas. Assim, apenas 199.466 crianças e gestantes foram visitadas até 31 de dezembro de 2017.

No decorrer do exercício de 2018, estabeleceu-se como prioridade a consolidação do processo de capacitação dos municípios e das coordenações estaduais, sistematização do monitoramento, elaboração do programa de educação permanente e automatização dos repasses aos municípios. A meta física planejada foi de 666.666 crianças e/ou gestantes atendidas. No entanto, desde o início do Programa até 31 de dezembro de 2018, 378.614 crianças e 69.493 gestantes foram visitadas, totalizando 448.107 pessoas beneficiadas, conforme justificado a seguir.

Embora o Programa Criança Feliz tenha sido criado em outubro de 2016, demandou tempo para que tivesse seus fluxos processuais definidos, instituição de metodologia a ser aplicada, elaboração de sistemas e legislação, entre outros. Assim, somente em julho de 2017, houve possibilidade de capacitação do público do Programa e início das visitas domiciliares, o que impossibilitou o cumprimento da meta estabelecida.

Desde as primeiras adesões ao Programa, a principal demanda dos municípios foi quanto ao valor dos recursos. Segundos estes, o valor não era suficiente para custear a equipe mínima necessária e demais despesas para implementação do Programa. Houve também documento formal da Confederação Nacional dos Municípios – CNM sobre o assunto, solicitando aumento do valor ou os municípios tenderiam a desistir do Programa. Por essa razão, foi decidido, conjuntamente com a Secretaria-Executiva e o Gabinete do Ministro, um aumento de 50% do valor da visita domiciliar para cobrir os referidos custos. Primeiramente, houve uma alteração no valor estabelecido de R\$ 50,00 para R\$ 65,00 por mês por indivíduo do público alvo acompanhado, determinado por meio da Portaria nº 442, de 26 de outubro de 2017. Posteriormente, por meio da Portaria nº 1.375, de 4 de abril de 2018, aumentou-se esse valor para R\$ 75,00 por indivíduo acompanhado.

Segundo as normativas do Programa, para cada 100 metas (crianças e/ou gestantes acompanhadas), são necessários 1 supervisor de nível superior, que fará o monitoramento do Programa no município e 3 visitantes de nível médio que farão as visitas domiciliares. Destarte, para definir o valor acima citado, utilizou-se como parâmetro a estimativa de que um supervisor seria remunerado em R\$ 1.200,00, adicionando a esse valor 30% de encargos. Os visitantes (mínimo de 3) seriam remunerados em R\$ 1.000,00, adicionando 30% de encargos, totalizando R\$ 5.500,00 para cada 100 indivíduos. Ao valor citado foi adicionado R\$ 2.000,00 para as despesas de custeio, totalizando R\$ 7.500,00 para cada 100 indivíduos acompanhados (R\$ 75,00 por indivíduo).

Como outras estratégias para ampliar o público do Programa, a SNPDH propôs ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS a inclusão de crianças de 0 a 36 meses e gestantes inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e início de novo período de adesão para os municípios elegíveis que ainda não tinham aderido ao Programa. No entanto, a proposta não foi aprovada pelo CNAS no ano de 2018.

Por fim, utilizando-se da faculdade estabelecida na Resolução nº 20/2016 do CNAS e na Portaria nº 442/2017 (ratificada pela Portaria nº 2496/2018) do Ministério do Desenvolvimento Social, a Secretaria normatizou, por meio da Portaria nº 17, de 22 de agosto de 2018, que os municípios que alcançassem 90% (noventa por cento) da meta pactuada no Termo de Aceite, poderiam solicitar a ampliação das metas até o limite máximo de 100% (cem por cento) da meta ofertada. Até dezembro de 2018, 542 municípios aditivaram 74.150 metas.

Cabe ainda ressaltar que o Programa Criança Feliz contribui na geração de empregos para o país. Por exemplo, em 31 de dezembro de 2018, estavam contratados 14.260 visitantes e 2.845 supervisores em 2.626 municípios que estavam com adesão ativa no Programa.

Um dos maiores desafios enfrentados pelo Departamento de Atenção à Primeira Infância-DAPI, coordenação federal do Programa Criança Feliz, é a articulação intersetorial para a atenção às necessidades integrais da criança, com a implementação de ações integradas nas políticas de saúde, educação, assistência social, promoção de direitos e cultura. Para isso, foi instituído o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz – Portaria nº 958, de 22 de março de 2018, visando articulação intersetorial na esfera federal. O Comitê é composto por representantes dos Ministérios que integram o Programa e, em 2018, atuou com o objetivo de planejamento, monitoramento e avaliação das ações. A meta do Comitê para 2018 foi de aprimorar a interlocução entre as pastas envolvidas, visando identificar as ações de cada pasta e sua interligação com o Programa. O Comitê permitiu um grande avanço na articulação das atividades entre os diversos órgãos do Governo Federal. Porém, há grande distanciamento na identificação das ações práticas de integração de políticas públicas específicas de cada ministério voltadas à primeira infância, principalmente as relacionadas à disponibilidade orçamentária de cada pasta. Apesar disso, foi elaborada uma publicação em conjunto com o então Ministério da Cultura sobre brincadeiras e jogos tradicionais para crianças pequenas. E também foram realizadas oficinas que envolveram diferentes pastas e outras Secretarias do

MDS, que resultaram em material de orientações para o atendimento de crianças com deficiências. Esses materiais foram elaborados para apoiar o trabalho dos visitantes e supervisores dos municípios.

O Departamento de Atenção ao Idoso- DAI atua na implementação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa – EBAPI, instituído por meio do Decreto nº 9.328, de 3 de abril de 2018. A EBAPI tem o objetivo de incentivar os municípios a promoverem ações voltadas para um envelhecimento ativo, saudável, sustentável e cidadão da população idosa brasileira, principalmente das pessoas mais vulneráveis.

Os municípios que aderem à Estratégia devem percorrer cinco fases. A primeira fase (Fase Adesão) é marcada pela assinatura de um Termo de Adesão, que representa o compromisso municipal em percorrer as demais fases da Estratégia. Na segunda (Fase Plano), o município deve: comprovar que possui um Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa; realizar uma capacitação (presencial ou a distância) sobre a Estratégia; elaborar um Diagnóstico Municipal sobre a população idosa e elaborar um Plano de Ação. Na terceira fase (Fase Bronze), um Projeto de Lei do Plano de Ação deve ser discutido com a população e aprovado na Câmara de Vereadores e a Lei do Plano de Ação deve ser sancionada pelo Prefeito e divulgada para a sociedade. As demais fases (Fase Prata e Fase Ouro) correspondem à implementação das ações definidas no Plano de Ação.

Como reconhecimento ao empenho do município em desenvolver a Estratégia, o Governo Federal concede o Certificado da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa e Selos correspondentes a cada fase (Adesão, Plano, Bronze, Prata, Ouro), entregues aos municípios à medida que evoluem na implementação da Estratégia.

A expectativa era de que houvesse a adesão, em 2018, de, ao menos, 100 municípios. Em 31 de dezembro de 2018, o Sistema Brasil Amigo da Pessoa Idosa – SISBAPI indicava a adesão de 344 municípios e 5 estados que se comprometeram a prestar assistência técnica e mobilizar seus municípios para a adesão, superando a expectativa inicialmente prevista.

Uma importante atividade realizada por este Departamento, em 2018, foi a elaboração do “Diagnóstico Qualitativo da Situação da População Idosa inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em especial a beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)”. Essa pesquisa foi realizada com o objetivo de mapear a situação da população idosa brasileira.

Em 2018, também foi realizada a identificação das melhorias necessárias e fortalecimento nos processos que envolvem a EBAPI. Iniciada em outubro, por meio de um Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Viçosa (MG), está em andamento uma pesquisa (qualitativa e quantitativa) sobre a implementação da Estratégia em 5 municípios brasileiros. Por meio dessa pesquisa, estão sendo identificados atores, aspectos estruturais e processuais envolvidos na adesão e implementação da Estratégia. Com essas informações, será possível identificar fragilidades e entraves que eventualmente estejam dificultando a evolução de municípios na Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa e, assim, propor medidas de melhoria e fortalecimento da EBAPI.

O Departamento de Atenção à Juventude e à Adolescência – DAJA é responsável por fomentar a implementação de ações governamentais e não governamentais voltadas para a proteção social dos adolescentes e dos jovens.

A principal ação foi a realização do “Diagnóstico quantitativo preliminar/ Análise Situacional sobre Adolescentes e Jovens inscritos no CadÚnico”, com recorte para a população vulnerável ou cadastrada no CadÚnico e beneficiários de programas de transferência de renda.

O diagnóstico foi realizado em cooperação com o Banco Mundial, para o qual foi contratada, por processo seletivo, a empresa John Snow Brasil. O diagnóstico embasa um conhecimento mais profundo da realidade dos adolescentes e jovens, incluindo as dimensões do desenvolvimento humano não consideradas no CadÚnico, como, por exemplo, acesso a serviços, saúde, lazer, família, violência, perspectivas e expectativas.

O Diagnóstico Situacional de Adolescentes e Jovens do CadÚnico demonstrou que, enquanto cerca de 1/3 do total da população brasileira em 2017 estava inscrita no CadÚnico, entre adolescentes e jovens esta proporção chegava a 40% (mais de 23,8 milhões de adolescentes e jovens, em 2017). Demonstrou também que enquanto a proporção de meninos e meninas cadastrados é praticamente a mesma, entre adolescentes de até 18 anos de idade, a partir de então a presença feminina aumenta consistentemente até a faixa dos 25 a 29 anos de idade, quando mulheres chegam a representar mais de 66% do total de jovens inscritos no CadÚnico.

A partir deste primeiro movimento, o Diagnóstico Situacional foi aprofundado, com a realização de uma pesquisa quantitativa e qualitativa agregando importantes subsídios para a construção e aprimoramento das políticas, bem como aponta caminhos no sentido do desenvolvimento de um Índice sintético que viabilize o acompanhamento do desenvolvimento social de adolescentes e jovens, com recortes regionais, ao longo do tempo (longitudinal).

O diagnóstico foi finalizado em dezembro de 2018 e seu resultado subsidiará a implementação de políticas públicas e programas voltados à esta população, principalmente no que tange à sua concepção, acompanhamento e avaliação. Assim, as informações levantadas servirão de base para a construção de uma estratégia de acompanhamento da realidade dos jovens e adolescentes do país, com prioridade para os mais vulneráveis, inscritos no CadÚnico.

Desafios para 2019:

1. Instituir o funcionamento do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, com agendamento de reuniões periódicas, visando o monitoramento e coleta sistemática de dados, avaliação periódica dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança e divulgação dos seus resultados.
2. Construção de sistema de informações e base de dados com objetivo de integrar, monitorar, ampliar, gerir e fortalecer as ações de políticas públicas voltadas para a primeira infância, envolvendo todos os órgãos federais competentes.
3. Criar um sistema com objetivo de monitorar a implementação do Programa Criança Feliz, contendo indicadores e relatórios que permitam o controle e a tomada de decisões nos três níveis federativos.
4. Inclusão do Programa da Primeira Infância no Plano Plurianual – PPA 2020-2024, buscando facilitar a identificação dos problemas e dos segmentos sociais que devem ser alvo da intervenção governamental, estabelecendo as ações a serem implementadas e os resultados a serem alcançados na área da primeira infância. A inclusão das Políticas de Primeira Infância no PPA permitirá um maior planejamento, como diretrizes, objetivos e metas de atendimento.
5. Ampliar o público do Programa Criança Feliz para o CadÚnico, atingindo 600.000 crianças atendidas, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2019.
6. Criação de Subfunção para a Primeira Infância na LOA 2020, compreendendo as ações destinadas a atender as necessidades e promover a formulação e implementação de políticas e programas intersetoriais para a promoção da primeira infância.
7. Dar maior institucionalidade ao Programa Criança Feliz por meio da promulgação de Lei.
8. Buscar disponibilidade orçamentária de todas as pastas envolvidas, visando dar continuidade ao Programa Criança Feliz, tendo em vista os investimentos realizados pelas três esferas de Governo.
9. Desenhar estratégia para jovens e adolescentes que articule as diferentes políticas do próprio Ministério da Cidadania, incluindo a cultura e o esporte e que esteja integrada às diretrizes do Ministério da Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos – MDH.
10. Buscar atingir a meta de 1.000 municípios aderidos à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa- EBAPI, garantindo as condições para que esses avancem no processo de certificação.
11. Evolução e melhoria do Sistema da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa- SISBAPI, visando melhoria de gestão da EBAPI.

SISP

Secretaria de Inclusão Social e Produtiva



Secretário Interino Vinicius Botelho

A Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (Sisp) foi criada pelo Decreto Nº 8. 949, em 29 de dezembro de 2016, com a missão institucional de promover oportunidades socioeconômicas emancipatórias para as pessoas de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade. A missão institucional da Secretaria é coordenar e articular ações de inclusão produtiva, promovendo a intersectorialidade governamental e a parceria com a sociedade, viabilizando iniciativas que impulsionem as competências profissionais e a empregabilidade do público atendido por programas sociais, com fortalecimento do protagonismo e da autonomia dessas famílias.

Para realizar essas tarefas, foi lançado o Plano Progredir, por meio do Decreto Nº 9.160, de 26 de setembro de 2017. O Plano é um conjunto articulado de ações de inclusão produtiva para pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, executado pela União, com a colaboração, por livre adesão, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da sociedade civil e destinado, prioritariamente, à população com renda de até meio salário mínimo per capita.

Para coordenar as atividades, a Sisp criou a plataforma digital do Plano Progredir, a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social e o Grupo Gestor do Plano Progredir (GGPP).

1. O **Portal Progredir** oferta serviços como cadastramento de currículos e ações de inclusão produtiva. Em dezembro/2018, contava com 52.454 usuários de programas sociais cadastrados e ativos. Em linguagem acessível e de fácil interatividade com o público do Cadastro Único, a ferramenta aproxima público demandante e oportunidades de inclusão, constituindo-se num

verdadeiro *meeting* de inclusão produtiva. Gestores públicos e parceiros privados podem utilizar a plataforma gratuitamente, alternativa que amplia a governança das políticas sociais e garante a disseminação de oportunidades em todo o território nacional. Todas as ofertas de vagas ocupacionais ou de qualificação profissional do Plano Progredir estão disponíveis no Portal, para consulta e matrícula, sem nenhum custo para o usuário.

2. A **Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social** é um ambiente on-line de adesão voluntária, para compartilhamento de oportunidades de inclusão social e produtiva, como vagas ocupacionais, de estágios, de menor aprendiz, cursos profissionalizantes, eventos e busca ativa de público para a inclusão produtiva. Em dezembro de 2018, a Rede contava com 553 parceiros de todos os setores econômicos, que assumiram os objetivos do Plano Progredir, quais sejam: a) direcionar oportunidades de emprego e renda; b) oferecer qualificação profissional; c) oferecer aprendizagem ou estágio supervisionado; d) ampliar a oferta de serviços financeiros e de pagamentos com finalidade produtiva; e) oferecer assistência técnica e gerencial para o empreendedorismo; f) colaborar na busca ativa de pessoas demandantes de inclusão produtiva; g) articular a adesão de novos integrantes à Rede; h) monitorar ações de inclusão produtiva para a articulação entre os integrantes da Rede; i) promover eventos com vistas a fomentar a responsabilidade social, a sustentabilidade

ambiental e as boas práticas; j) sensibilizar atividades de combate a qualquer forma de discriminação no mundo do trabalho; e k) premiar iniciativas e atividades relevantes de inclusão social e produtiva.

3. O **Grupo Gestor do Plano Progridir (GGPP)**, coordenado pelo MDS e instituído pelo Decreto N° 9.160/2017, conta com a participação do Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho (MTE), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Em 2018, foram realizadas 4 reuniões com o objetivo de pactuar metas e estabelecer a intersetorialidade governamental nas políticas de inclusão produtiva. Nessas reuniões, promoveu-se o mapeamento de iniciativas de inclusão produtiva efetivadas pelo Governo Federal, articulando as iniciativas e potencializando a ocupação de vagas para o público do Cadastro Único. O trabalho em rede amplia a focalização do público que demanda oportunidades e melhores resultados para o desenvolvimento de ações articuladas.



Figura 13

O Progridir atua por meio de 3 eixos:

O **eixo de empreendedorismo** viabiliza oportunidades de ampliação ou criação de micronegócios e oferece educação financeira e possibilidade de acesso ao microcrédito produtivo orientado por meio da Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social. Em 2018, a Sisp atuou para a aprovação da Lei 13.636/2018, que definiu um novo marco legal e permitiu a expansão do mercado de microcrédito produtivo para pessoas de baixa renda. De setembro de 2017 a maio de 2018, foram

concedidos R\$ 3,35 bilhões em microcrédito para 1.154.367 tomadores do Cadastro Único, sendo 66% beneficiários do Programa Bolsa Família. Para o Biênio 18/19, foi estabelecida a meta de R\$ 4 bilhões em operações de microcrédito para pessoas do Cadastro. Do lançamento do Progridir a setembro de 2018, foram concedidos R\$ 4,7 bilhões em microcrédito⁶ para tomadores do Cadastro Único (de acordo com o último relatório enviado pelo Banco Central), sendo 60% beneficiários do Programa Bolsa Família. O resultado superou, em cerca de 50%, a meta inicialmente estabelecida para o período, anunciada oficialmente no lançamento do Plano.

Ainda no eixo de empreendedorismo, o Progridir também firmou parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ/ Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), publicando, em novembro de 2018, um edital de tecnologias sociais (Termo de Execução Descentralizada 01 de 2018, entre MDS e CNPq – publicado no DOU de 27/11/18). Serão patrocinados projetos de pesquisa que agreguem valor social e gerem renda para famílias moradoras de territórios de alta vulnerabilidade. Neste eixo, o Progridir também colaborou com o 'Programa Futuro na Mão', o qual ofertou curso de educação financeira para 200 mil mulheres do Bolsa Família. O "Futuro na Mão" foi coordenado pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc, em parceria com a Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF-Brasil), com apoio do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Essas mulheres, responsáveis familiares, receberam informações sobre economia doméstica, poupança, investimento e informações capazes de colaborar para a gestão das finanças da família e estimular atividades empreendedoras.

O **eixo de intermediação de mão de obra** aproxima demandantes e ofertantes de inclusão produtiva, focaliza o público do Cadastro Único e estimula a criação de vagas ocupacionais, estágios profissionalizantes e vagas de jovem aprendiz. Em dezembro/2018, estavam disponíveis 14.043 vagas de emprego para pessoas do Cadastro Único e 27.032 currículos profissionais de usuários cadastrados. Além de uma base de dados própria de usuários demandantes de emprego e ofertas de vagas, o Progridir firmou parcerias, por meio da Rede de Parceiros, que tornaram possível a integração com outras bases de dados, públicos e privados, de vagas ocupacionais, ampliando a oferta para o público dos programas sociais.

O **eixo de qualificação profissional** envolve as ofertas da Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social, estabelece a intersetorialidade governamental na política de qualificação profissional e tecnológica e incentiva a busca ativa do público do Cadastro Único para ações de preparação para o mundo do trabalho. Em parceria com o Programa Acessuas Trabalho/ Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), o Progridir estará presente em oficinas preparatórias para a inclusão produtiva em 1.100 municípios para cerca de 435 mil pessoas. Em 2018, o Progridir ofertou 1.175 cursos de qualificação profissional, com 31.167 vagas presenciais e mais de um milhão de vagas a distância. Fruto do trabalho do Grupo Gestor (GGPP) também foi iniciado o uso de inteligência artificial na identificação das potencialidades profissionais do público do Progridir e o desenho

⁶ Esses números são expedidos pelo Banco Central por meio de relatório enviado à Sisp. O relatório mais recente de que a Sisp dispõe se refere ao período que vai do lançamento do Plano Progridir (setembro/2017) ao mês de setembro de 2018.

de um projeto de aprendizagem socioemocional, visando ampliar a empregabilidade e patrocinar trajetórias profissionais mais longas e virtuosas para o público de baixa renda.

Outra iniciativa impulsionada para multiplicar boas práticas de inclusão social e produtiva desenvolvidas no território nacional foi o 'Prêmio Progredir'. Na sua primeira edição, em 2018, a premiação foi dirigida a ações de inclusão produtiva em âmbito municipal e teve os seguintes objetivos:

- i) identificar e divulgar práticas municipais bem-sucedidas de geração de oportunidades e de ampliação da renda oriunda do trabalho para as famílias em situação de pobreza;
- ii) reconhecer ações locais de desenvolvimento de capacidades das famílias em situação de pobreza, visando à inserção e permanência no mundo do trabalho, a fim de suscitar, reforçar ou sustentar sua autonomia socioeconômica;
- iii) disseminar iniciativas de desenvolvimento social que promovam inclusão social e produtiva no território, reconhecendo a sua importância para a construção da cidadania e para a superação da pobreza;
- iv) valorizar o trabalho dos dirigentes e das equipes municipais por suas iniciativas de inclusão social e produtiva;
- v) fortalecer iniciativas municipais de mapeamento de oportunidades e de elaboração de agendas de inclusão social e produtiva de famílias em situação de pobreza.

Nessa primeira edição, participaram 384 projetos, com representação em todo o país. Dentre eles, foram premiados os municípios de Morrinhos (GO), Viana (ES), Boa Vista (RR), Aracajú (SE) e Campo Largo (PR). Em Morrinhos, o projeto Pró-cidadão amplia a inclusão de jovens aprendizes na economia local. Em Viana (ES), o Programa Gerar fomenta qualificação profissional e ocupação produtiva para famílias de baixa renda. Em Boa Vista (RR), com o Programa Crescer, jovens recebem oportunidades de qualificação profissional e ressocialização, com redução dos indicadores de violência na população. Em Aracajú (SE), o Cultivando Cidadania promove a ocupação de áreas periurbanas com hortas comunitárias, qualificação profissional, ampliação da renda, integração social e segurança alimentar para as famílias. O projeto Elos da Sustentabilidade, de Campo Largo (PR), promove a qualificação do trabalhador e a melhor produtividade na cadeia local da reciclagem de

resíduos, com inclusão social e produtiva de catadores, maior segurança no trabalho e políticas compartilhadas de educação ambiental na sociedade.

Em dezembro de 2018, foi realizado, com apoio do Banco Mundial, o I Seminário Internacional "Superando a Pobreza de Forma Sustentável: A Segunda Geração das Políticas Sociais". Organizado pelas SISP, SAGI e SNPDH, o evento debateu políticas de desenvolvimento social e inclusão produtiva como ferramentas de emancipação e autonomia das famílias. Como parte integrante do Seminário, também foram promovidos o I Encontro de Talentos do Progredir e a Feira de Oportunidades. Esta reuniu 33 adolescentes medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Com transmissão simultânea para jovens do Bolsa Família em Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e Salvador (BA), diversas empresas e instituições apresentaram iniciativas que podem contribuir para a qualificação profissional desses jovens, além de orientações para a realização de intercâmbios e estágios profissionalizantes no exterior. Em Brasília, o evento foi encerrado com uma visita dos alunos à empresa Microsoft, com palestra sobre ciência da computação.

Em 2018, o Progredir também foi apresentado no Fórum dos Ministros de Desenvolvimento Social do Mercosul (Brasília), no Comitê de Peritos em Administração Pública do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, em eventos de intercâmbio da política de inclusão produtiva na Índia e Itália, além de ter participado de uma atividade conferencial promovida pelo Banco Mundial, com o programa Jovens em Ação, da Colômbia, visando à integração de políticas para a juventude.

Para mais detalhes sobre o Plano Progredir, é possível consultar, no site do Ministério do Desenvolvimento Social, o "Caderno de Estudos nº 33 – Desenvolvimento Social em Debate", publicado em dezembro de 2018.

Desafios para 2019:

1. Ampliar a conectividade entre o público do Cadastro Único e as ferramentas do Progredir por meio de aplicativo móvel (App);
2. Realizar análise qualitativa dos MEIs do Cadastro Único e ampliar a busca ativa de público para operações de microcrédito, em associação a ações de empreendedorismo sustentável e educação financeira;
3. Ampliar a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social e a oferta de oportunidades;
4. Manter e ampliar o processo de uso compartilhado entre os bancos de dados dos sistemas públicos e privados de intermediação de mão de obra;

5. Disseminar cursos profissionalizantes para o público do Cadastro Único, com maior intersetorialidade dos programas governamentais e mobilização dos parceiros privados;
6. Oferecer mais oportunidades de acesso ao conhecimento, ampliando a participação de alunos do Cadastro Único nos programas de iniciação científica da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP);
7. Articular ação intersetorial no governo federal para redesenho do processo de qualificação profissional para maior impacto e focalização no público do Cadastro Único;
8. Ampliar a política nacional de microcrédito, associando orientação empreendedora e educação financeira.

SAGI

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação



Secretário Vinicius Botelho

O trabalho da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) em 2018 possibilitou aos gestores o acompanhamento da execução das políticas públicas: fornecendo subsídios para a sua avaliação e o seu aprimoramento, com transparência, objetividade e foco na qualidade de produção de informações, por meio de indicadores sociais, estudos técnicos e compreensão e reprodução das metodologias de cálculos de indicadores internos e externos, bem como fomentou a capacitação continuada de agentes públicos e sociais em todas as esferas de governo no tocante às ações do MDS.

No campo da inteligência informacional, a Secretaria trabalha continuamente na área de ciência de dados e informações estratégicas para disponibilizar dados confiáveis e validados sobre as áreas de Transferência de Renda, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Humano, consolidando sua *expertise* no uso das novas tecnologias aplicadas em detecção de riscos, *big data*, análise de dados em redes sociais, coleta e tratamento de variáveis, cruzamento de informações das principais bases governamentais entre outras.

Como principais atividades realizadas em 2018 podemos citar:



Figura 14

A **Política de Avaliação** foi reestruturada no Ministério com a publicação em 2018 da Portaria nº 2.227/GM/MDS, que estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento de pesquisas e instituiu o selo Quali-SAGI, que certifica as avaliações consideradas tecnicamente válidas a partir de critérios objetivos. Tais critérios estão sendo validados por meio de análises “piloto” (em andamento) em parceria como IPEA e Banco Mundial para as pesquisas Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (2008) e a de avaliação de impacto do Programa Bolsa Família (2007 – primeira rodada e 2012 – segunda rodada). Para consolidar essa parceria, foi publicada a portaria nº 2.698/GM/MDS, que altera a portaria nº 2.227, instituindo um comitê de especialistas e comissão técnica para apoiar este processo.

A transversalidade da Política de Avaliação permite que suas novas diretrizes alcancem todas as áreas do Ministério, incluindo seus eixos estruturantes, o que colabora com o aprimoramento das políticas. Referente ao eixo da Primeira Infância tem-se em andamento a pesquisa do Programa Criança Feliz, ao eixo da Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional está sendo concluída a Pesquisa do Microcrédito. Com isso, espera-se que cada vez mais os gestores públicos tenham acesso a resultados confiáveis para a tomada de decisão.

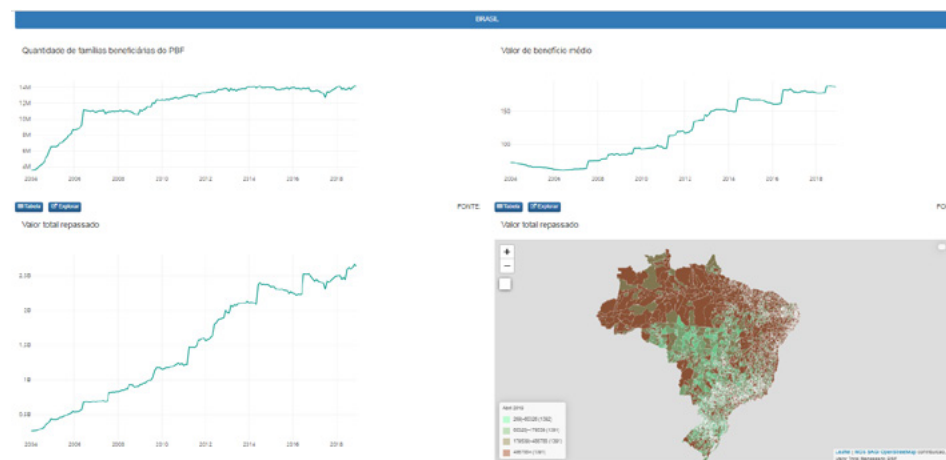


Figura 15

A **Política de Monitoramento** passou por uma redefinição com a Portaria GM/MDS nº 2.527/2018, que organizou os procedimentos para a produção de indicadores, propiciando um tratamento uniforme aos dados gerados pelo Ministério. Desta forma, busca-se evitar o desencontro de informações e a divergência de dados divulgados, como por exemplo, no caso do Programa de revisão de benefícios do INSS, onde foi necessário definir indicadores estratégicos de acompanhamento que considerasse os conceitos específicos dos benefícios da Previdência Social para permitir o monitoramento adequado da ação e evitar conclusões equivocadas.

O sistema de monitoramento, no contexto da nova Política de Monitoramento, é constituído por indicadores que compõe uma plataforma online de visualização, denominada Painel de Monitoramento – organizados segundo áreas relacionadas aos cinco eixos e às 13 ações prioritárias. O processo de levantamento dos indicadores que devem compor o Painel de Monitoramento deu início com a análise dos 108 Estudos Técnicos (ETECs) produzidos pela SAGI no período de 2011 e 2016. Foram identificados 237 indicadores, onde 167 foram considerados, no âmbito da Política de Monitoramento, passíveis de acompanhamento.

O ganho de transparência e a confiabilidade das informações possibilita a produção de conhecimento, por meio do acompanhamento dos indicadores, que podem impactar diretamente os resultados das Ações Prioritárias do Ministério.

Resultados

A produção e a análise de informação estratégica pela SAGI resultou na economia de R\$ 15,7 bilhões gerada pelo Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI) ⁷ e a identificação de que 10% dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) tinham renda acima do permitido⁸, que repercutiram amplamente na imprensa ao longo de 2018 e estimularam o debate na sociedade sobre a boa governança no setor público.

Da mesma forma, houve ainda o cálculo do aumento de 16,8% no poder de compra dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) – após dois reajustes no benefício, em 2016 e 2018⁹ – e o cruzamento de bases de dados que levou à identificação de quase mil jovens beneficiários do PBF que são medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas

7 PENTE-FINO corta R\$ 10 bi em gastos irregulares com Bolsa Família, aposentadoria e auxílio-doença. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 jul. 2018.; GOVERNO prevê concluir pente-fino no INSS com corte de quase 20% nos auxílios-doença e aposentadorias por invalidez. G1, Rio de Janeiro, 28 jul. 2018.

8 R\$ 5,5 BI EM BENEFÍCIOS que combatem a miséria foram para quem tem dinheiro. Folha de S. Paulo, São Paulo, 5 ago. 2018.; ECONOMIA de R\$ 12 bilhões. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 mar. 2018.

9 BENEFÍCIOS do Bolsa Família sustentam 21% da população do país. Valor Econômico, São Paulo, 5 fev. 2018.; BOLSA Família, hoje. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 jun. 2018.

Públicas (OBMEP), contribuindo para que informações como essas fortaleçam o Bolsa Família, desmistificando estigmas colocados ao programa e a seus beneficiários.

Esses são apenas alguns frutos da reorientação do trabalho desenvolvido pela SAGI para gerar impacto efetivo na vida de milhões de brasileiros beneficiários de programas sociais.

O Decreto Presidencial nº 9.462/2018, que otimizou os processos para a gestão do BPC, foi resultado das propostas discutidas em 2017 pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional do Benefício de Prestação Continuada (GTI-BPC), coordenado pela SAGI. O cruzamento de informações de titulares do BPC, realizado no âmbito do GTI, resultou na identificação de 151 mil beneficiários com renda muito acima do perfil do programa, além de mais de 8 mil beneficiários com registro de óbito.¹⁰

A Resolução CMN nº 4.574/2017 contribuiu para melhorar a focalização da política de microcrédito ao público inscrito no Cadastro Único. Após a Resolução, a SAGI realizou, em 2018, estudo em parceria com o Banco Central e verificou que as famílias incluídas no Cadastro Único já representam 39% das operações de microcrédito em volume de recursos, concentradas em sua quase totalidade na região Nordeste.

Por fim, o Painel de Monitoramento foi importante contribuição para o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI) do INSS. Por meio da consolidação de informações sobre capacidade operacional e ociosidade, o painel informa em tempo real a quantidade de pessoas a serem convocadas para revisão em cada agência.

Com isso, o processo de convocação dos beneficiários de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez foi otimizado: antes de o painel existir, quando a convocação era feita em lotes – gerando patamares elevados de ociosidade –, eram realizadas cerca de 20 mil perícias/mês; após o uso do painel, o número de perícias se multiplicou por 10 vezes. Dessa forma, o painel contribuiu para o grande êxito verificado com a ação do PRBI.

A SAGI, ainda por meio do Departamento de Avaliação (DA/SAGI), iniciou uma agenda de fomento à pesquisa e ao debate plural, por

meio da divulgação de informações que estimulem a produção de estudos independentes. Essa agenda está dividida em dois eixos principais: o da transparência e o do rigor metodológico.

A transparência dos dados e a ética da informação estão entre os principais valores que a SAGI tem perseguido na atual gestão. Para fortalecer essa agenda, a secretaria disponibiliza periodicamente a série histórica dos microdados desidentificados do Cadastro Único. Desde abril de 2018, a base de dados exhibe a marcação de beneficiários do PBF. Antes dessa iniciativa, o MDS fornecia, em média, uma base do Cadastro por mês para pesquisadores. Desde a divulgação on-line, esse número saltou para mil downloads mensais.

Além disso, os dados dos beneficiários do Bolsa Família foram publicamente disponibilizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A SAGI firmou uma parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para disponibilizar os dados do PBF e do BPC na PNAD desde 2012. Antes dessa iniciativa, a PNAD já perguntava sobre rendas provenientes de benefícios como o Bolsa Família, porém, na hora de publicar os dados, a informação de renda aparecia de forma agregada, sem especificar suas diversas fontes. Isso fragilizava o estudo da existência de beneficiários do PBF na PNAD, uma vez que os pesquisadores precisavam inferir a renda de forma indireta. A publicação dos dados dos programas sociais na PNAD beneficiou diretamente o público pesquisador, que agora conta com uma informação precisa sobre a renda dos entrevistados da pesquisa nacional. O Acordo de Cooperação Técnica com o IBGE inclui também o acesso mensal aos dados mais atualizados do Cadastro Único, para permitir o contínuo aprimoramento da informação de renda dos entrevistados na amostra da PNAD.

Ainda na pauta de disponibilização de dados, também podem ser acessados, no Portal da SAGI, os microdados das pesquisas realizadas pelo MDS, como as Avaliações de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF I e AIBF II), o Censo SUAS, entre outras. Essa pauta, além de estar relacionada com a transparência ativa na disponibilização de informação, tem o objetivo principal de estimular a produção de pesquisas independentes. A lista de todos os microdados pode ser acessada no site.

¹⁰ A íntegra do relatório final do GTI-BPC pode ser acessada no Portal da SAGI. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=176>>.

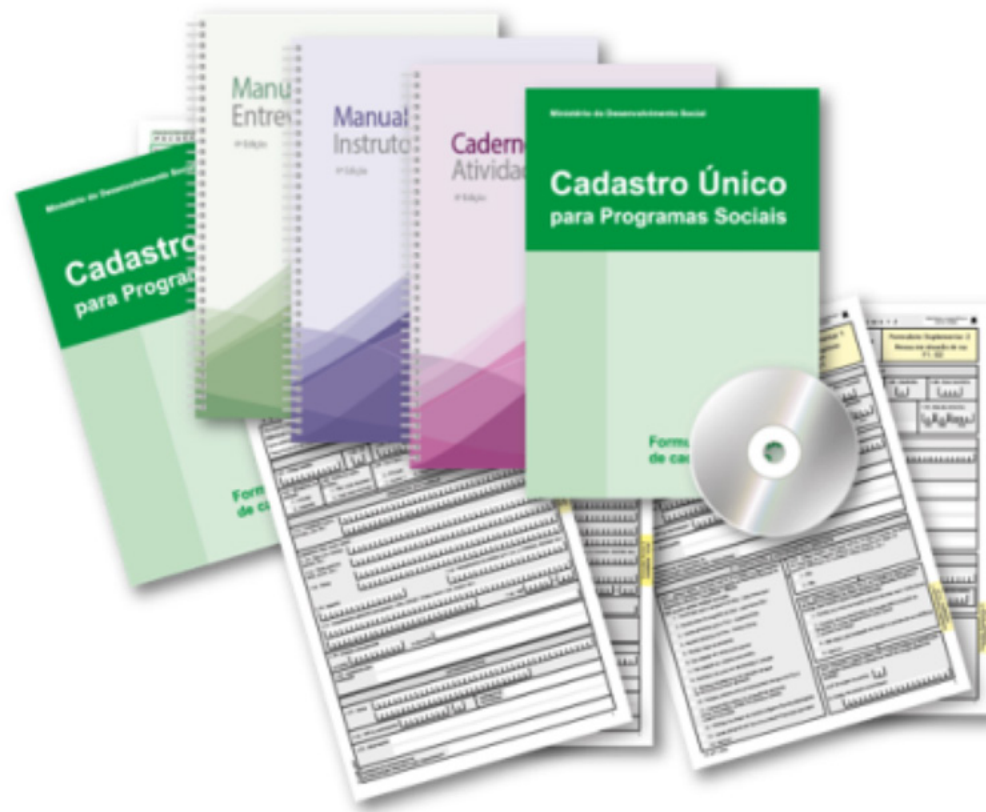


Figura 16

A **Política de Capacitação**, em 2018, a SAGI potencializou a oferta de cursos, diversificou as temáticas abordadas e ampliou o público-alvo, com cursos que orientam de forma detalhada a gestão de programas sociais.

Em 2018, foram ofertados sete cursos presenciais com a participação do DFD/SAGI. Nestas ações foram capacitados 13.803 alunos. Além disso, no ano passado, o Portal EaD do MDS disponibilizou 21 cursos, nos quais 28.468 participantes se inscreveram e, destes, 8.657 foram aprovados. Todas essas ações de capacitações abordaram temas pertinentes aos eixos estruturantes da agenda estratégica, conforme explicitado nas tabelas abaixo.

Cursos EaD

Cursos EaD Ofertados em 2018*			
Eixo	Nome curso	Qtd. Aprovados	Qtd. Inscritos
3. Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional	COMPRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR ÓRGÃOS PÚBLICOS (PAA - COMPRA INSTITUCIONAL)	151	359
4. Serviços da Assistência Social	CONTROLE SOCIAL	178	501
4. Serviços da Assistência Social	CURSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS (PEP-SUAS)	1.699	7.441
3. Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional	CURSO IDEIAS NA MESA METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS	21	45
3. Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional	CURSO IDEIAS NA MESA - QUALIFICANDO A OFERTA DE ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NO ÂMBITO DE ENTIDADES ATENDIDAS PELO PAA	22	58
3. Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional	CURSO JOGOS NA MESA	27	70
3. Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional	EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ESTRATÉGIA PARA PROMOVER O DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	48	142
2. Garantia de Renda	FISCALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	1.073	2.117
3. Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional	GESTÃO DE FINANÇAS PESSOAIS	563	3.037

Tabelas 7 e 8

Cursos EaD Ofertados em 2018*			
Eixo	Nome curso	Qtd. Aprovados	Qtd. Inscritos
3. Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional	IDEIAS NA MESA – EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	33	79
4. Serviços da Assistência Social	MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC)	323	2.761
3. Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional	ORIENTA PLANSAN – ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	256	1.281
5. Gestão	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAIS	360	1.518
2. Garantia de Renda	SISTEMA DE CONDICIONALIDADES (SICON)	793	2.170
2. Garantia de Renda	SISTEMA DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS (SIBEC)	930	2.396
2. Garantia de Renda	SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (SIGPBF) – APLICATIVO CONTROLE DE ACESSO	275	578
2. Garantia de Renda	SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (SIGPBF) – APLICATIVO DE ADESÃO MUNICIPAL	172	436
2. Garantia de Renda	SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (SIGPBF) – APLICATIVO DE FORMULÁRIOS (SASF)	263	541
2. Garantia de Renda	SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (SIGPBF) – APLICATIVO TRANSMISSÃO DE ARQUIVOS: UPLOAD/DOWNLOAD DE ARQUIVOS	307	494
2. Garantia de Renda	SISTEMA DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (SIGPBF) – INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS	601	1.128
2. Garantia de Renda	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL (IGD-M) 2016	562	1.316
Totais		8.657	28.468

* O Curso de Introdução à Avaliação de Impacto para Programas Sociais teve um projeto piloto em 2018, mas como a primeira turma pública só foi ofertada em janeiro de 2019 o curso não foi incluído na tabela acima.

Tabelas 7 e 8

Cursos Presenciais

Capacitações Presenciais Ofertadas em 2018*		
Eixo	Nome Curso	Qtd. Capacitados
5. Gestão	Formulários do Cadastro Único	3.505
2. Garantia de Renda e 5. Gestão	Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família	2.630
2. Garantia de Renda e 5. Gestão	Sistema de Condicionalidades (Sicon)	118
	Futuro na Mão	720
5. Gestão	Sistema de Cadastro Único (V7)	4.067
2. Garantia de Renda e 5. Gestão	Sistema de Benefícios (Sibec)	2.763
Total		13.803

* Formulários do Cadastro Único – Curso ofertado pela CGF/DFD/SAGI em parceria com a Senarc, e pelos Estados. Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – Curso ofertado pela CGF/DFD/SAGI em parceria com a Senarc, e pelos Estados. Sicon – ofertado pela Senarc e pela CGF/DFD/SAGI com recursos da Senarc. Futuro na Mão – ofertado pela Senarc em parceria com SAGI, SISP e SNAS com recursos da Senarc e SISP. V7 – curso ofertado pela Caixa Econômica Federal, com coordenação da CGF/DFD/SAGI e recursos do Contrato Caixa. Sibec – curso ofertado pela Caixa Econômica Federal, com coordenação da CGF/DFD/SAGI e recursos do Contrato Caixa.

Tabela 9

Central de Relacionamento do MDS – ambientação e especialização (presencial)

Além dos sete cursos listados acima, a CGF/DFD/SAGI atuou em parceria com a Coordenação Geral da Central de Relacionamento (CGCR) e com as áreas técnicas do MDS no desenho instrucional, matriz pedagógica e produção de materiais para capacitação dos operadores e operadoras da Central de Relacionamento do MDS, contemplando todas os programas, políticas, ações e serviços do Ministério afim de qualificar o atendimento prestado por empresa terceirizada aos cidadãos, gestores, técnicos e usuários.

Demais resultados:

Realização da linha de base para a Avaliação de Impacto do Programa Criança Feliz. A linha de base é a coleta de dados para formação dos grupos tratamento e controle e encontra-se em fase de conclusão. Ela se refere à primeira etapa da Avaliação de Impacto do Programa Criança Feliz, que terá ainda mais três fases. A previsão de término da pesquisa é em 2022, quando será avaliado o impacto do programa após um, dois e três anos de sua implementação.

A Avaliação de Impacto do Programa Criança Feliz está ligada ao eixo Primeira Infância, associada à ação Criança Feliz.

– Publicação de três edições do Censo SUAS (2015, 2016 e 2017). A adequação às alterações implementadas a partir de 2015 e o aperfeiçoamento do fluxo de trabalho entre as Secretarias envolvidas permitiram a otimização do processo de análise dos dados coletados e a regularização da publicação.

Implementação da coleta de dados do Censo SUAS 2018, MapaSAN 2018 e do Questionário de Medidas Socioeducativas. O Censo SUAS é um trabalho instituído pelo Decreto nº 7334/2010, realizado anualmente em conjunto com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7334.htm). A SAGI atua no desenvolvimento e configuração da ferramenta de coleta de dados, que permite a realização da pesquisa através de um formulário eletrônico na Internet, e acompanha o preenchimento ao longo dos meses de setembro a dezembro de cada ano.

O Censo SUAS 2018 contou com dois novos questionários: Fundo Municipal e Fundo Estadual. O preenchimento atingiu o objetivo esperado conforme tabela 10.

Tabela de respondentes do Censo SUAS

Equipamento	Total	Respondentes	Porcentagem
CRAS	8.368	8.360	99,90%
CREAS	2.636	2.630	99,77%
CREAS REGIONAL	35	34	97,14%
Centro POP	229	226	98,69%
Acolhimento Municipal	5.953	5.702	95,78%
Acolhimento Estadual	123	118	95,93%
Gestão Municipal	5.570	5.539	99,44%
Gestão Estadual	27	26	96,30%
Conselho Municipal	5.570	5.423	97,36%
Conselho Estadual	27	26	96,30%
Centros de Convivência	8.435	8.462	100,32%
Centro DIA e Similares	1.649	1.641	99,51%
Família Acolhedora	348	334	95,98%
Fundo Municipal	5.570	5.429	97,47%
Fundo Estadual	27	26	96,30%

Fonte – https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/status_censo_2018/relatorio2018.php, acessado em 05/02/2018, às 9 h 45 min.

Tabela 10

Implementação do Sistema Brasil Amigo da Pessoa Idosa (SISBAPI). Em 2018, foi desenvolvido o Sistema Brasil Amigo da Pessoa Idosa (SISBAPI) para a Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH). Esse sistema viabilizou a execução da estratégia Brasil Amigo dos Idosos (BAPI) que tem como foco atender a população idosa vulnerável e, complementarmente, todas as pessoas idosas, já que passa de 6 milhões o número de idosos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), enquanto o total de famílias cadastradas, em dezembro de 2017, era de 26,9 milhões. Atualmente, mais de 350 municípios fazem parte da Estratégia.

A SAGI também realizou a construção do painel de monitoramento contínuo de indicadores de ações do MDS.

Destaca-se, ainda, no âmbito dos Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas, a realização de devolutivas nas sete Terras Indígenas em que a pesquisa foi realizada.

O Departamento de Gestão da Informação também trabalhou intensamente com a SNAS para realizar uma pesquisa para conhecer a realidade da execução das medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios. A preparação do questionário e preenchimento foi um trabalho de 4 meses com o preenchimento de 5403 municípios. Mais detalhes e os microdados da pesquisa podem ser encontrados no link: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/pesquisa-mse/>

Por fim, SAGI deu continuidade a publicação de conjuntos de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. O cronograma estabelecido no Plano de Dados Abertos (PDA) foi cumprido nas devidas datas planejadas. Dois ajustes foram realizados no plano. O primeiro em julho de 2018 e o seguinte em dezembro de 2018, ambos para acrescentar demandas de dados abertos que surgiram através de solicitações de cidadãos e foram prontamente atendidas. Em dezembro de 2018 a equipe responsável pelo PDA da SAGI já iniciou as reuniões com a Autoridade da LAI para a preparação do PDA 2019-2021 que deve ser concluído em junho de 2019.

No tocante ao planejamento estratégico registra-se que o Censo SUAS e o Medida Socioeducativa estão ligados às ações prioritárias do 4º eixo (PAIF, PAEFI, Abordagem Social, Acolhimento), municiando a Secretaria Nacional de Assistência Social com dados coletados nos equipamentos públicos.

O MapaSAN está ligado ao eixo 3 (PAA, Cisternas, ATER/Fomento). O MapaSAN é uma pesquisa realizada no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A pesquisa visa a coleta, sistematização e divulgação de informações sobre as estruturas dos diversos componentes do Sisan e as políticas públicas de SAN que visem à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) nos estados e municípios, ampliando os instrumentos de monitoramento, avaliação e controle social de políticas públicas.

É uma pesquisa sistemática realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). As informações coletadas na pesquisa irão contribuir para o aprimoramento de políticas públicas que visem à garantia do DHAA, especialmente para o fortalecimento do Sisan, ao ampliar a rede de instituições, estados e municípios à rede pública e governamental que articula ações voltadas à promoção do DHAA no Brasil.

O MapaSAN constitui ainda uma fonte de dados e informações para ampliação do controle social por parte da sociedade, pesquisadores, gestores públicos e diversos atores sociais envolvidos na rede de Conseas estaduais e municipais no território nacional além de subsidiar a tomada de decisão de gestores e técnicos quanto ao nível de implantação do Sisan nas três esferas federativas.

O questionário do MapaSAN coleta informações nos municípios sobre estas ações prioritárias.

A publicação dos conjuntos de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos em 2018 teve ênfase no eixo 2 e no eixo 5 ao disponibilizar dados do Bolsa Família, BPC e Cadastro Único.

Desafios para 2019:

A expansão das políticas de avaliação, monitoramento e capacitação do MDS é uma das prioridades da Secretaria, considerando sua importância para a produção de insumos à gestão. Como fatores limitadores dessa agenda tem-se as restrições orçamentárias e de recursos humanos, desafios, entretanto, que são superados cotidianamente com inteligência e otimização dos recursos.

A SAGI, em parceria com as Secretarias do Ministério, trabalha na elaboração e oferta de capacitações. Nesta área, o principal desafio para 2019 é ampliar o portfólio de capacitações realizadas visando atender às necessidades dos gestores que atuam diretamente na política pública, mas também da sociedade, orientando e esclarecendo sobre as ações e programas do Ministério.

Outras prioridades são a manutenção da agenda de disponibilização das bases amostrais desidentificadas, que fomentam pesquisas independentes sobre as políticas sociais do MDS, a construção e manutenção de painéis de monitoramento, a elaboração de boletins automatizados a partir dos resultados dos indicadores desenvolvidos e a realização de análises a partir de amplo conjunto de dados oficiais, entre registros administrativos e pesquisas do Sistema Estatístico Nacional, para acompanhamento analítico das políticas e programas do MDS.

Por fim, é prioridade incentivar o uso dos dados pela sociedade, por meio de uma agenda de transparência como política permanente da Secretaria, disponibilizando dados abertos no seu Portal bem como consolidando uma infraestrutura no Portal Brasileiro de Dados Abertos, utilizando ferramentas modernas de *Master Data Management* (MDM)¹¹ MDM e buscando as melhores práticas para atualizar os processos da Secretaria.

¹¹ Master data management (MDM) compreende um conjunto de processos e ferramentas que definem consistentemente e gerenciam os dados mestres (i.e. não transacionais) de uma organização (que pode conter dados referenciais). MDM tem o objetivo de prover processos para coletar, agregar, combinar, consolidar, garantir a qualidade, persistir e distribuir estes dados a toda a organização para garantir a consistência e o controle nas futuras manutenções e uso desta informação.

7

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO



Declaração

do Subsecretário de Planejamento e Orçamento

AYRTON GALICIANI



A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO é a unidade responsável pelo planejamento e gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do MDS, bem como pelos projetos de organização e de inovação institucional.

Em relação ao planejamento, atua em dois campos que auxiliam a Secretaria Executiva na gestão integrada das políticas públicas do MDS:

- a) Planejamento Estratégico e Orçamento; e
- b) Avaliação e Monitoramento.

A SPO é unidade integrante do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, estabelecido pela Lei nº 10.180/2001 e atua como Unidade de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Avaliação e Monitoramento do Plano Plurianual -PPA. A área é a responsável, no âmbito do MDS, pelo apoio à elaboração e à revisão do PPA e de outros planos de governo, em articulação com o órgão central do sistema federal de planejamento e orçamento nos assuntos pertinentes ao processo de avaliação e monitoramento. Atua, ainda, apoiando as unidades administrativas do Ministério responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades em rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação.

Neste sentido, a proposta institucional da Subsecretaria é de avaliar, monitorar, planejar e estudar os planos, programas e ações do MDS, com apoio constante às áreas finalísticas e em articulação com o órgão central de planejamento e orçamento.

Em relação às finanças do MDS, a SPO exerce a coordenação, o acompanhamento, a orientação e a supervisão das atividades

orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao orçamento no âmbito da Pasta.

Dessa forma, está encarregada de participar, acompanhar e orientar, em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, bem como a sua execução orçamentária e financeira.

A área também coordenou diversas atividades relacionadas ao seu campo de atuação, como os créditos adicionais, e disponibilizou informações sobre a execução do MDS. Efetuou a instrução processual das propostas orçamentárias dos serviços sociais, Serviço Social dos Transportes – SEST, Serviço Social da Indústria – Sesi e Serviço Social do Comércio – SESC, vinculados ao MDS. Na área contábil atuou no suporte das contas contábeis das áreas executoras da Pasta e, ainda, na elaboração dos processos de Tomadas de Contas Especiais – TCE.

Quanto à organização e inovação institucional a Subsecretaria supervisionou as atividades relacionadas à gestão do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MDS, modernização administrativa, estruturação organizacional, gestão dos sistemas de convênios e manutenção do cadastro de imóveis atualizado da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência – FLBA.

A conformidade e a confiabilidade de gestão deste capítulo, no que tange às atividades de planejamento e orçamento, encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública, tais como SIAFI e SIOP, foram atestadas nas declarações de conformidade apresentadas pelos gestores responsáveis nos órgãos vinculados à conta deste Relatório de Gestão 2018.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do Ministério do Desenvolvimento Social atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Declaração

do Subsecretário de Assuntos Administrativos

PAULO ROBERTO DE MENDONÇA E PAULA



A Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA é a unidade responsável pela gestão dos recursos logísticos, humanos e administrativos necessários à execução das atividades-meio e de suporte às unidades finalísticas, sendo essencial ao funcionamento administrativo e operacional do MDS.

Como estratégia de atuação, busca instrumentalizar as Unidades do Ministério, fornecendo os meios necessários para a execução de suas políticas públicas, rotinas e procedimentos, de forma qualificada e tempestiva, além de agir proativamente nas situações que poderiam ocasionar solução de continuidade às ações finalísticas do Ministério.

A sua atuação busca a adequação da infraestrutura física, em especial, a ocupação e acomodação dos espaços e os serviços gerais para o funcionamento das unidades do MDS.

Também subsidia a Comissão MDS Sustentável para implementação de soluções ecologicamente sustentáveis e no fornecimento de informações referentes ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), coordenado pelo antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

Na área de licitações e contratos, destaca-se a busca constante pelo aprimoramento e instituição de normativos internos a fim de regulamentar os procedimentos e responsabilidades nos assuntos afetos ao tema.

No que concerne a gestão de pessoas, as ações implementadas visam a melhoria da qualidade de vida dos servidores no ambiente de trabalho, sua qualificação e desempenho.

Cabe destacar que a SAA coordena a agenda socioambiental do Ministério seguindo as diretrizes, normas e programas do governo federal com ênfase na implantação da coleta seletiva solidária, da adoção de medidas de redução do consumo de energia, de água e outros recursos naturais utilizados e da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A conformidade e a confiabilidade de gestão deste capítulo, no que tange às atividades recursos humanos, logística e administração, encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública, tais como SIAFI, SIAPE, SIASG, SICONV e SIOP, foram atestadas nas declarações de conformidade apresentadas pelos gestores responsáveis nos órgãos vinculados à conta deste Relatório de Gestão 2018.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do Ministério do Desenvolvimento Social atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2018 – LOA/2018 consignou aos órgãos da administração direta do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (Administração Direta e Fundo Nacional de Assistência Social) dotação orçamentária no total de **R\$ 87,9 bilhões**. Contudo, suplementações de dotações da ordem de R\$ 1,9 bilhão redimensionaram o orçamento/2018 para a cifra de R\$ 89,9 bilhões.

As informações a seguir são apresentadas de modo a demonstrar o perfil da distribuição de recursos aplicados pela UPC, na medida em que contribuem para o alcance da missão institucional do Órgão e de maneira a também evidenciar os custos decorrentes da alocação entre as áreas finalísticas e de suporte às suas atividades, em conformidade com as normas aplicáveis à gestão orçamentária, financeira e de gestão de custos da União.

Os dados analisados excluíram os valores da reserva de contingência e os recebidos de outros Ministérios, bem como informações conexas às entidades vinculadas do Ministério do Desenvolvimento Social e INSS.

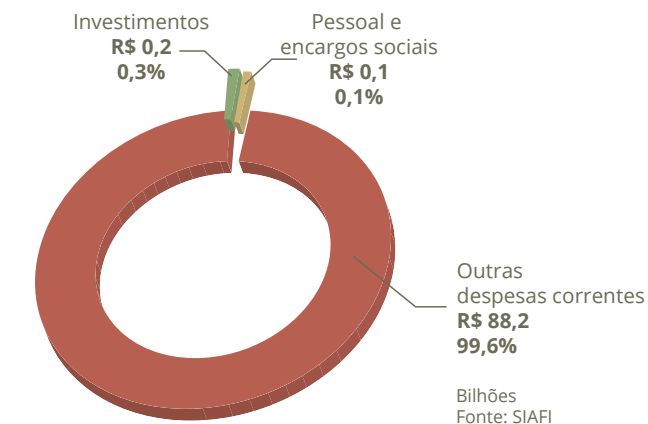
Variação Orçamentária no Ministério do Desenvolvimento Social em 2018



Fonte: SIGA Brasil (2018 encerrado)

Figura 17

Valores pagos pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2018



Fonte: SIGA Brasil (2018 encerrado)

Gráfico 9

Execução Orçamentária

De acordo com uma das premissas básicas do Ministério do Desenvolvimento Social e em face da peculiaridade das ações desenvolvidas a execução ocorreu de forma descentralizada, visto que as unidades integrantes Ministério do Desenvolvimento Social – MDS têm relativa autonomia para gestão da dotação a elas consignadas.

Em 2018, o MDS recebeu dotação de R\$ 89,9 bilhões. Desse total, foram empenhadas R\$ 89,8 bilhões, liquidadas R\$ 89,0 bilhões e pagas despesas no montante de R\$ 86,9 bilhões, valor esse equivalente a 97% do valor autorizado para 2018.

Execução Financeira

O valor do orçamento pago em 2018 totalizou R\$ 86,9 bilhões, dos quais, 95% é referente ao pagamento do Bolsa Família e aos Benefícios de Prestação Continuada.

Valores significativos também foram desembolsados a título de transferências e contribuições para atender os demais programas assistenciais sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, por meio de repasses do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Estaduais e Municipais de Assistência Social.

Em 2018, o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou R\$ 1,5 bilhões, o que elevou a execução financeira total do exercício para a cifra de R\$ 88,5 bilhões.

Alocação Orçamentária – Finalidade dos Recursos

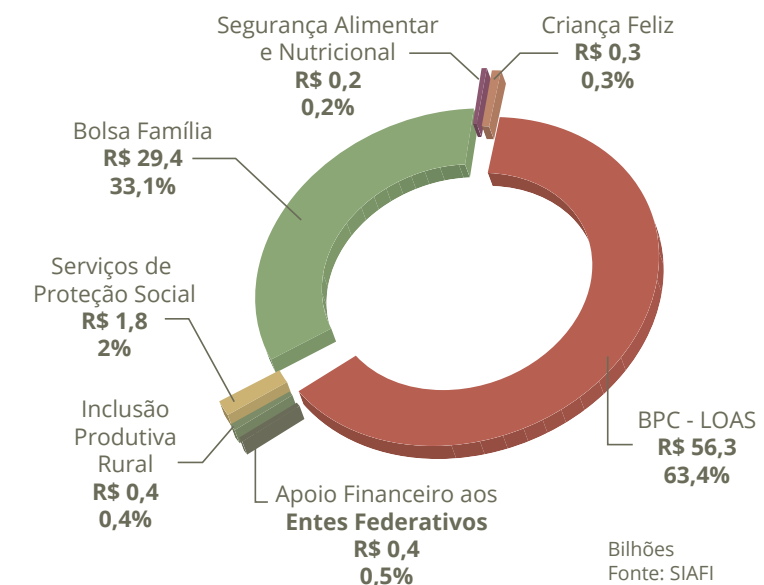
A LOA/2018 fixou ao Ministério do Desenvolvimento Social dotação para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas: 1) Programas de Governo sob execução e supervisão do Ministério do Desenvolvimento Social; e 2) Ministério do Desenvolvimento Social: gastos relacionados à manutenção em suas atividades meio e finalísticas.



Figura 18

Programas de Governo – executados no Ministério do Desenvolvimento Social (R\$88,8 bilhões)

Os principais investimentos da Pasta correspondem às relativas ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, Bolsa-Família, Serviços de Proteção Social, Inclusão Produtiva, Criança Feliz, conforme segue:



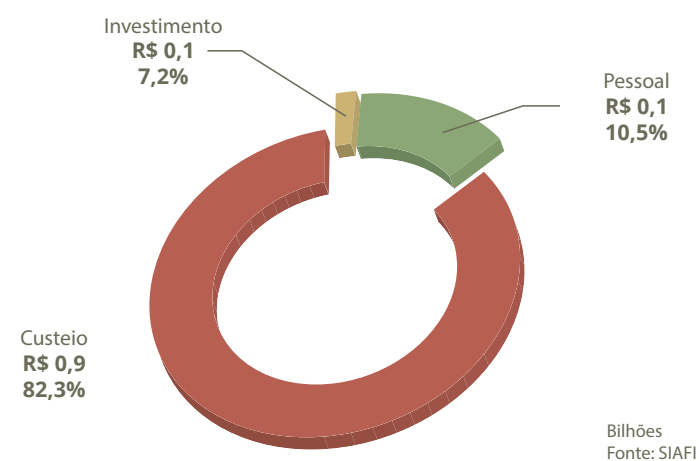
Valores autorizados – Distribuição das despesas de Governo sob gestão do MDS em 2018.

Fonte: SIGA Brasil (2018 encerrado)

Gráfico 10

Despesas do Ministério do Desenvolvimento Social (R\$1,1 bilhão)

- ✓ **Gastos com pessoal:** para melhor compreensão do total de dispêndios com pessoal, foram aqui inseridos os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios, indenizações e ajudas de custo, além das despesas de pessoal e encargos sociais.
- ✓ **Despesas de Custeio:** despesas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional.
- ✓ **Investimentos:** dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TI, etc.
- ✓ Tanto as despesas de custeio como as de investimento abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:
 - Finalísticas: Criança Feliz, Renda de Cidadania, Segurança Alimentar e Nutricional, Inclusão Produtiva e Assistência Social;
 - Administrativas: serviço de apoio às atividades finalísticas;
 - Obras e reformas, manutenção de edificações/ instalações;
 - Sistemas informatizados: desenvolvimento, manutenção e aprimoramento de sistemas de apoio fundamentais às atividades meio e finalísticas.



Valores autorizados para despesas do Ministério do Desenvolvimento Social em 2018
Fonte: SIGA Brasil (2018 encerrado)

Gráfico 11

Dotação e execução dos programas de governo sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Social em 2018 e 2017.

Despesa	2017					2018					Variação R\$	Variação %
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP pago		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)=i-d	(l)=i/d
Despesas Correntes	85,1	84,6	84,6	83,2	1,7	88,5	88,4	88,1	86,0	1,4	2,7	3,3%
Investimentos	0,2	0,2	0,2	0,0	0,2	0,4	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1	839,3%
Total	85,3	84,8	84,8	83,2	2,0	88,8	88,8	88,2	86,1	1,5	2,9	1,5%

Fonte: SIOP

Tabela 11

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Natureza da Despesa:
Classe de gasto em que foi realizada a despesa.

Elemento de Despesa:
Classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.

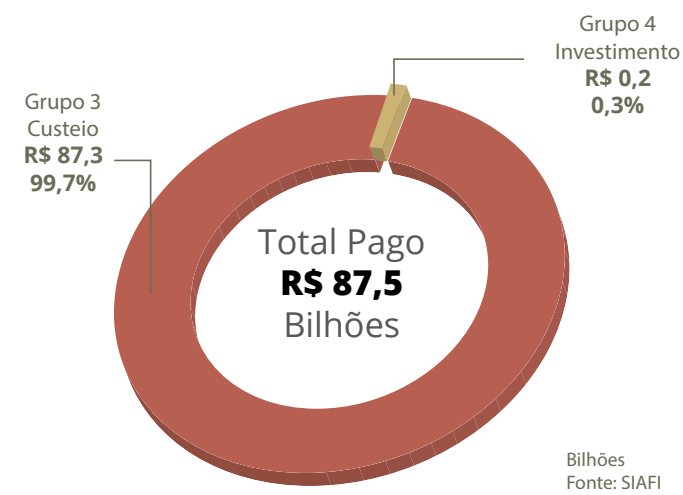


Gráfico 12

Grupo 3
Custeio - 99,7%

Elemento da despesa	Pago (exerc+RAP) (R\$ bilhões)
Benefício mensal ao deficiente e ao idoso – LOAS	54,1
Aux. financeiros a pessoas físicas – Bolsa Família	29,5
Contribuições	2,2
Demais	1,6
Total	87,3

Tabela 12

Grupo 4
Custeio – 0,2%

Transferências
para construção /
reformas de CRAS e
CREAS e cisternas.

Elemento da Despesa	Pago (exerc+RAP) (R\$ milhões)	Pago (exerc+RAP) (R\$ bilhões)
Contribuições	125,7	0,13
Auxílios	39,1	0,03
Demais Despesas	69,2	0,03
Total	233,9	0,23

Tabela 13

Valores pagos – Despesas do Ministério do
Desenvolvimento Social

Custeio

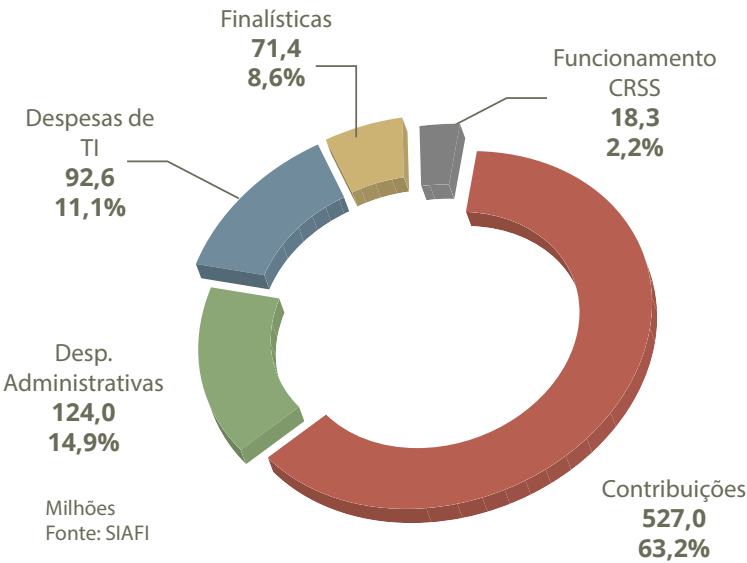


Gráfico 13

Os pagamentos das despesas de custeio, à conta de dotações originárias da LOA 2018, acrescidos dos valores dos Restos a pagar com a mesma finalidade, totalizaram R\$ 833,3 milhões, os quais incluem as despesas de com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio.

Registre-se que 64% do montante acima mencionado refere-se ao repasse aos municípios para os serviços fundamentais ao funcionamento e a consecução de atividades finalísticas/estratégicas, exemplificadas a seguir:

- ✓ Apoio aos municípios para gestão descentralizada do Programa Bolsa-Família;
- ✓ Apoio a organização e Gestão da Assistência Social;
- ✓ Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada.

As despesas com Funcionamento do Conselho de Recursos do Seguro Social referem-se principalmente ao pagamento dos Conselheiros por processos analisados.

Em regra, as despesas administrativas e de TI, dão suporte operacional à consecução de atividades finalísticas meio e garantem o funcionamento das unidades do Ministério do Desenvolvimento Social.

Gastos com Pessoal

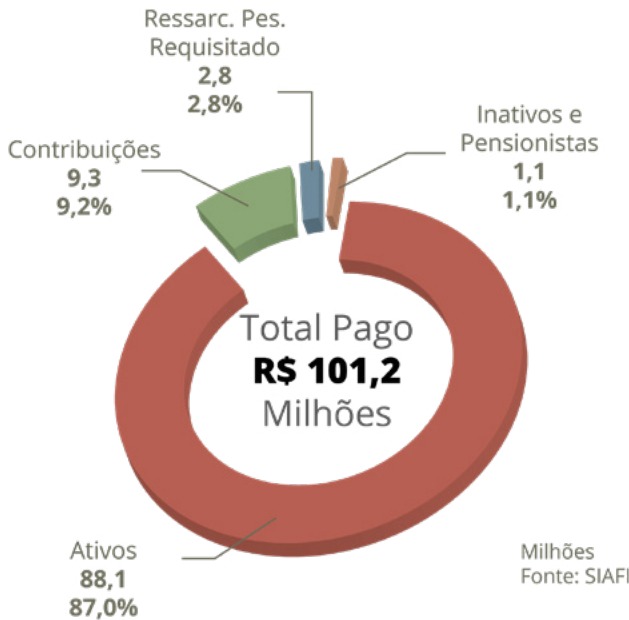


Gráfico 14

Considerando a execução acumulada da folha de pagamento de pessoal observa-se que não ocorreram aumentos significativos da despesa em comparação aos valores executados em 2017.

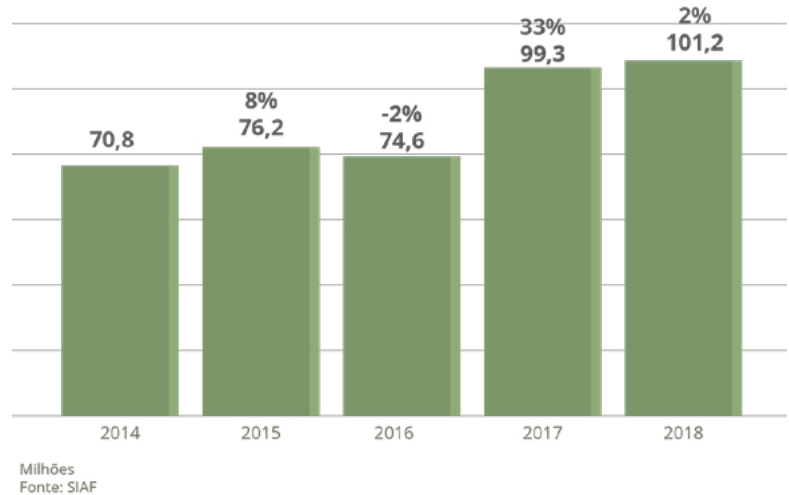


Gráfico 15

Investimentos

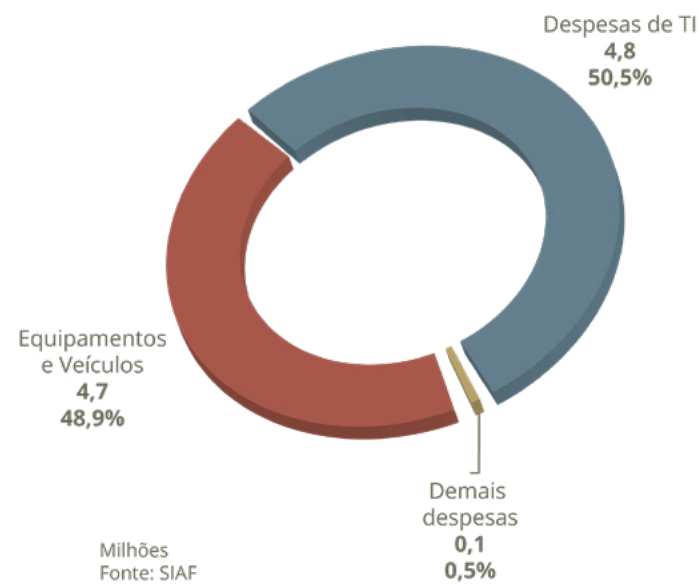


Gráfico 16

Os investimentos pagos, tiveram como prioridade a aquisição de material permanente tais como: mobiliário, veículos, computadores para atender as áreas finalísticas do MDS, seguido de despesas com serviços de TI para os sistemas informatizados, notadamente o desenvolvimento das atividades finalísticas do MDS.

Dotação e execução Despesas do Ministério do Desenvolvimento Social em 2018 e 2017

Despesa	2017					2018					Variação R\$	Variação %
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP pago	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP pago		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)=i-d	(l)=i/d
Pessoal e Encargos Sociais	100,9	100,0	100,0	99,3	0,0	112,1	107,9	107,7	100,7	0,5	1,4	1,4%
Despesas Correntes	906,6	870,1	870,1	816,5	262,9	876,7	870,5	787,3	784,8	48,5	-31,7	-3,9%
Investimentos	12,8	11,5	11,5	4,8	6,5	76,9	76,2	3,2	3,2	6,4	-1,6	-33,5%
Total	1.020,3	981,5	981,5	920,6	269,4	1.065,6	1.054,6	898,2	888,7	55,4	-31,9	-9,5%

Milhões
Fonte: SIOP

Tabela 14

Valores pagos – Despesas do Ministério do Desenvolvimento Social

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Natureza da Despesa:
Classe de gasto em que foi realizada a despesa.

Elemento de Despesa:
Classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.

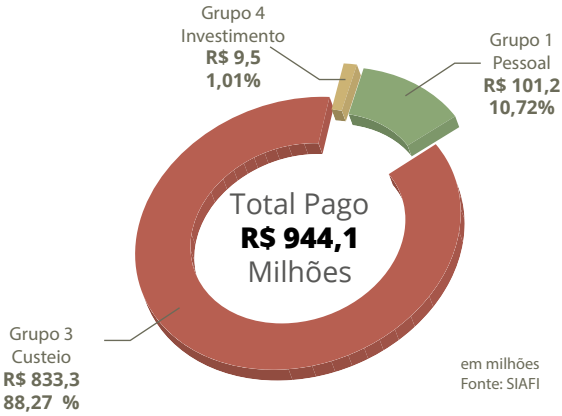


Gráfico 17

Grupo 1
Pessoal 10,7%

(R\$ milhões)	
Elemento da Despesa	Valor Pago (Exercício (i) + RAP(j))
Ativos	88,1
Contribuições	9,3
Ressarcimento - Pessoal Requisitado	2,8
Inativos e Pensionistas	1,1
Total	101,2

Tabela 15

Grupo 3
Custeio – 88,3%

(R\$ milhões)	
Elemento da Despesa	Valor Pago (Exercício (i) + RAP(j))
Contribuições	527,0
Despesas Administrativas	124,0
Despesas de TI	92,6
Finalísticas	71,4
Funcionamento CRSS	18,3
Total	833,3

Tabela 16

Grupo 4
Investimento – 1,0%

(R\$ milhões)	
Elemento da Despesa	Valor Pago (Exercício (i) + RAP(j))
Despesas de TI	4,8
Equipamentos e Veículos	4,7
Demais Despesas	0,1
Total	9,5

Tabela 17

Contingenciamento de despesas

O contingenciamento consiste no retardamento ou impedimento da execução de parte das despesas discricionárias (custeio e investimento) previstas na Lei Orçamentária Anual em função da insuficiência de receitas.

O gráfico abaixo explicita o Limite para Movimentação e Empenho – LME e Limite de Pagamento – LP estabelecidos, no ano de 2018, para a execução das despesas discricionárias, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social. Os valores contingenciados resultam da diferença entre a Dotação autorizada e o Limite para Movimentação e Empenho – LME.

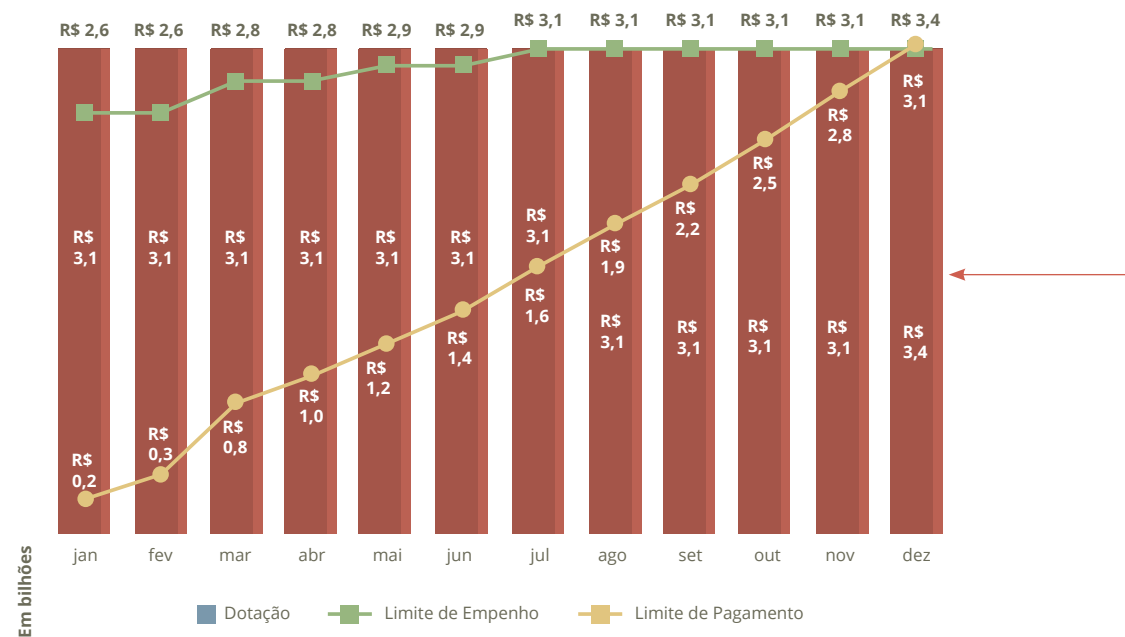


Gráfico 18

Principais impactos do contingenciamento

Como o contingenciamento foi aplicado, em maior %, apenas no primeiro semestre a execução do planejamento de gastos não foi afetada, ou seja, foi possível garantir as obrigações contratuais e, conseqüentemente, a continuidade da prestação de serviços essenciais, elaboração de termos aditivos, de curto prazo, de relevantes contratos administrativos, com reflexos diretos nas atividades finalísticas

%	02/fev	20/mar	21/mar	29/mar	30/mai	05/jun	28/jun	30/jul	28/ago
	Dec. 9.276	PT 49	PT 133	Dec. 9.323	Dec. 9.390	PT 146	PT 188	Dec. 9.452	PT 263
	-17,79%		-8,50%		1,62%	-1,17%		-1,17%	
	12/set	28/set	13/dez	13/dez	18/dez	19/dez	21/dez	27/dez	
	PT 283	Dec. 9.515	PT 415	PT 416	PT 421	PT 429	PT 433	PT 449	
	-0,32%	-0,32%	2,29%	3,98%	2,66%	1,77%	1,13%	0,17%	

Valores de dotação orçamentária, limite de movimentação e empenho e limite de pagamento ao longo do exercício de 2018, incluídas as Unidades Orçamentárias 55101 e 55901.

Fontes: SIAFI
Arquivo: CGOF – 2018 encerrado

O Decreto nº 9.2.76, de 02 de fevereiro de 2018 impôs um contingenciamento em torno de 15 % da dotação das despesas discricionárias do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. No entanto, a partir de março o limite foi gradativamente sendo recomposto por meio de Portarias e Decretos chegando a valores próximos à dotação autorizada.

Tabela 18

Conformidade da gestão orçamentária e financeira

Considerando os conhecimentos e demandas específicos de cada área de atuação das unidades, a execução orçamentária e financeira no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social ocorre de forma descentralizada, conferindo aos gestores maior assertividade e celeridade no atendimento de demandas. Neste contexto, as manifestações dos citados agentes indicaram que os atos de gestão orçamentária e financeira praticados pelas unidades, em 2018, guardaram total conformidade com as normas legais aplicáveis à matéria. Registre-se que o Ministério do Desenvolvimento Social tem incentivado a adoção de medidas com vistas à conformidade dos atos de gestão, a exemplo do engajamento no cumprimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo; da disseminação de orientações técnicas e normativas proferidas pelos órgãos centrais; do aprimoramento dos controles internos de forma a nortear o desenvolvimento das atividades, dentre outras medidas.

Principais desafios e ações futuras

Desafios

- ✓ Manter em bom funcionamento toda a estrutura do MDS das restrições orçamentárias e financeiras;
- ✓ Aprimorar a qualidade e a transparência dos gastos públicos;
- ✓ Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do MDS.

Ações

- ✓ Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas correntes do MDS;
- ✓ Estimular a procura, dentro e fora do Ministério, de exemplos de redução de custos que possam ser seguidos;
- ✓ Promover melhoria nos processos de contratação de bens e serviços;
- ✓ Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização de despesas implementadas;
- ✓ Oferecer aos gestores um ambiente permanente de direcionamento de estratégia.

Gestão de pessoas

Legislação Aplicada

As atividades relacionadas à Gestão de Pessoas do MDS são exercidas na forma prevista para o funcionamento do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, subordinada às orientações normativas do órgão central do sistema: a Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP do, então, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG.

O MDS busca no Diário Oficial da União, no Conlegis, nas resenhas enviadas pelo MPDG e em outros canais disponíveis a publicação de novos normativos, aplicando-os aos procedimentos executados na unidade e, se pertinente, orienta as demais unidades do MDS e os corpo funcional do órgão a respeito do assunto.

- ✓ Normas e Legislações: 112 atos
- ✓ 10 Leis
- ✓ 01 Medida Provisória
- ✓ 09 Decretos
- ✓ 46 Portarias
- ✓ 46 Outros Atos

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada pelos indicadores abaixo:

I – Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda

II – Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC

III – Atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle

IV – Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao Erário

V – Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.

Até dezembro de 2018, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10/11/1993.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no SISAC, conforme instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Foram instaurados 39 (trinta e nove) processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, nos termos da Orientação Normativa SGP/MP nº 5, de 21/2/2013. Tais reposições irão gerar retorno aos cofres da União de aproximadamente R\$ 95.331,24 (noventa e cinco mil, trezentos e trinta e um reais e vinte e quatro centavos).

Avaliação da Força de Trabalho

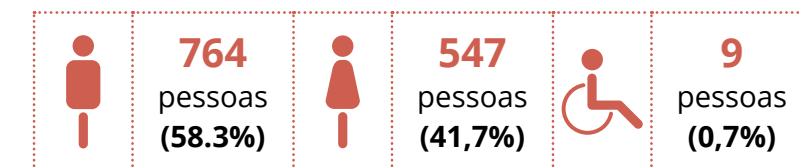


Figura 19

Sem contar a mão-de-obra terceirizada e os estagiários, a força de trabalho do MDS era composta por 1.311 profissionais ativos, classificados em diversas situações.

Esta configuração demonstra a grande complexidade de perfis profissionais que executam as atividades sob responsabilidade da Pasta.

Situação Funcional

Evolução do quadro de pessoal do MDS no período 2016 a 2018					
Situação	2016	2017	Variação Percentual	2018	Variação Percentual
Ativo	908	1.318	45,2%	1.311	-0,5%
Inativo	1	11	1000%	19	72,7%
Pensionistas	3	3	0%	4	33,3%
Total	912	1.332	46%	1.334	0,15%

Tabela 19

Evolução do quadro de pessoal

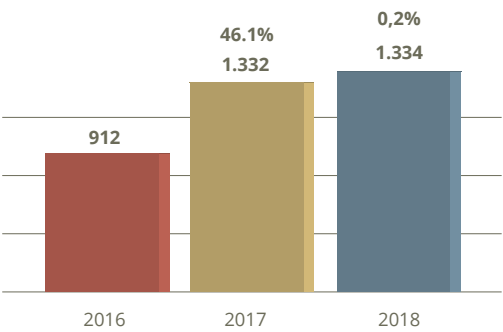


Gráfico 19

Distribuição do quadro de pessoal

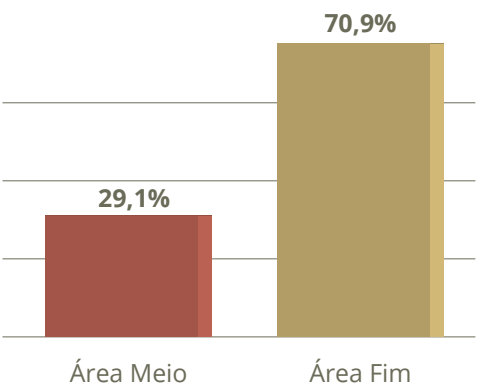


Gráfico 20

Ativos

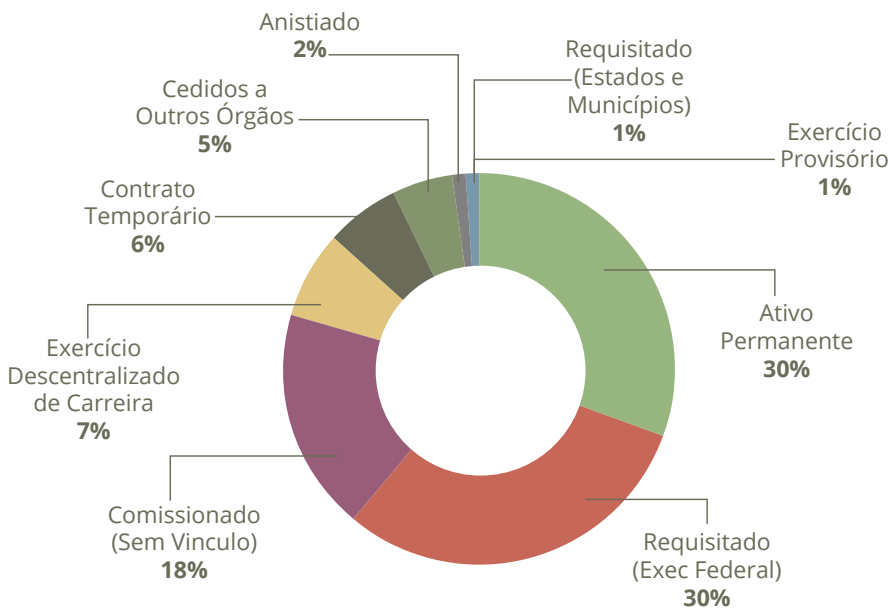


Gráfico 21

Dos 1.311 profissionais que compõem a força de trabalho do MDS, somente 35% é composta por servidores efetivos do quadro próprio do órgão.

Os servidores pertencem a três carreiras distintas, cada uma com sua própria lei de regência: Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais – ATPS, Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE e Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho.

Distribuição dos servidores por área

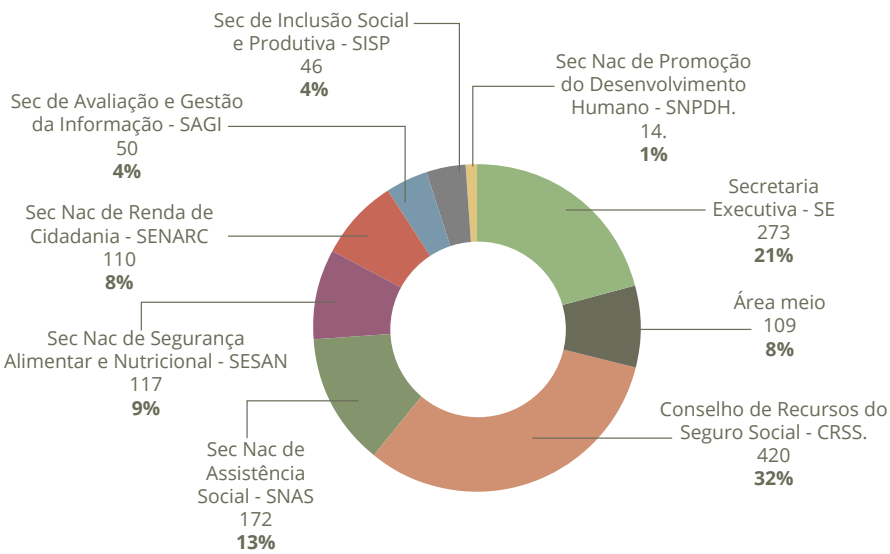


Gráfico 22

Detalhamento da despesa de pessoal

No que se refere às despesas com pessoal do MDS em 2018 foram pagos de R\$ 100,7 milhões, conforme segue:

Demonstrativo de Despesas com Pessoal do MDS (em R\$ mil)			
Despesas	Ativo	Inativo	Pensionistas
Vantagens fixas	79.536,8	965,4	102,1
Gratificação – cargo em comissão	32.242,0	0,0	0,0
Gratificação – cargo efetivo	19.630,3	0,0	0,0
Demais despesas fixas	21.853,7	816,9	88,1
Gratificação natalina	5.810,9	148,5	13,9
Patronal + Cont. Entidades Fechadas	15.257,5	0,0	0,0
Vantagens variáveis -Substituições	927,2	0,0	0,0
Pessoal requisitado	2.298,5	0,0	0,0
Exercício anterior	83,4	0,0	0,0
Decisão judicial	11,2	0,0	0,0
Contrato temporário	1.535,2	0,0	0,0
	99.649,7	965,4	102,1
Total	100.717,2		

Tabela 20

Evolução dos Gastos com Pessoal – Valores Pagos

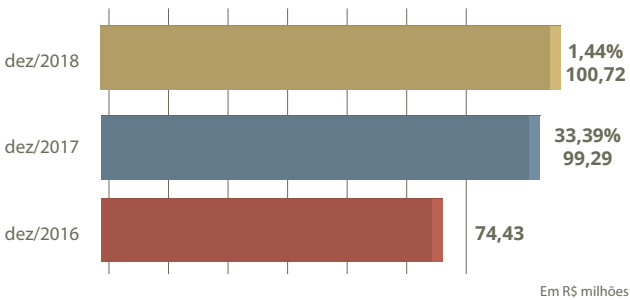


Gráfico 23

Capacitação

O Plano Anual de Capacitação – PAC é o instrumento de gestão utilizado tanto para a proposição de eventos de aprendizagem aos servidores do MDS quando para acolher as solicitações individuais de capacitação dos servidores. É organizado por áreas de conhecimento, conforme levantamento de intenções em capacitações realizado junto aos servidores do Ministério.



Figura 20

Até dezembro de 2018 foram ofertadas:

- ✓ 547 oportunidades de capacitação;
- ✓ 324 servidores capacitados em diferentes atividades de aprendizagem;
- ✓ 348 oportunidades de capacitação em turmas exclusivas do MDS; e
- ✓ 60 servidores cursando idioma estrangeiro.

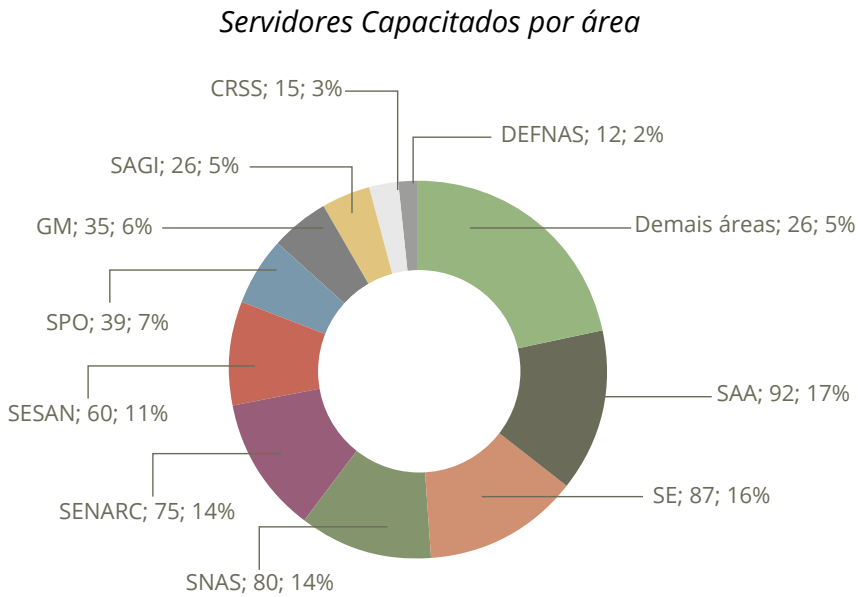


Gráfico 24

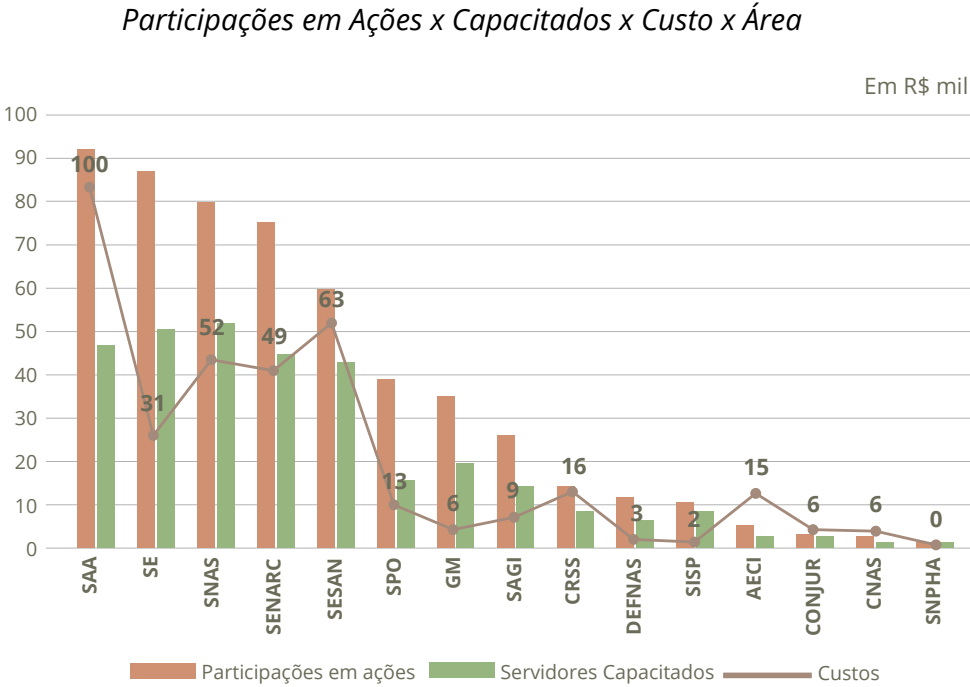


Gráfico 25

Para além dos dados quantificáveis, destaca-se que em 2018 foram realizadas as seguintes atividades:

- ✓ Cursos:
 - Fundamentos em Design Thinking;
 - Ferramentas em Design Thinking;
 - Facilitação de Processos Conversacionais; e
 - Pensamento Visual
- ✓ Oficinas para a construção do Plano de Governança do Ministério;
- ✓ Evento de aprendizagem que contou com 217 participações; e
- ✓ Oficinas para a construção do Plano de Governança do Ministério.

Merece destaque a parceria entre a Coordenação de Organização e Inovação Institucional e a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas na realização de Oficinas para a construção do **Plano de Governança do Ministério da Cidadania**, evento de aprendizagem que contou com 217 participações e 136 servidores envolvidos.

Avaliação de Desempenho

O processo de avaliação de desempenho individual dos servidores do MDS está instituído desde 2010, e em 2018 está em seu nono ciclo.

A avaliação utiliza como referência as metas institucionais estabelecidas para cada ciclo.

São anualmente avaliados todos os servidores ocupantes de cargo efetivo pertencentes ao quadro do MDS, bem como os servidores ocupantes de cargos DAS até o nível 3.

A avaliação é realizada por meio do sistema AVADES, que permite pactuação e acompanhamento do cumprimento da metas individuais, celeridade e transparência ao longo de todo processo.

O uso de um sistema informatizado para avaliação de desempenho mostra-se de suma importância, especialmente no período de apuração dos resultados, ao término de cada período avaliativo. O sistema permite uma análise gerencial do resultado das avaliações de desempenho.

No MDS, os ciclos de avaliação de desempenho têm início em 1º de dezembro de cada ano, e encerram-se em 30 de novembro do ano subsequente.

A avaliação impacta diretamente na gratificação de desempenho do servidor ocupante de cargo efetivo, e consequentemente na sua remuneração.

Progressão Funcional

Conforme disposto no Decreto nº. 84.669, de 29 de abril de 1980, a progressão funcional consiste na mudança do servidor da referência em que se encontra para imediatamente superior.

Quando a mudança ocorre dentro da mesma classe, denomina-se progressão horizontal e quando implica mudança de classe, progressão vertical.

A progressão vertical ocorrerá para os servidores localizados na última referência das classes iniciais e intermediárias.

A progressão horizontal decorrerá da avaliação de desempenho do servidor no período de 12 (doze) meses, expressa em conceitos que determinarão o interstício a ser cumprido pelo servidor, segundo critérios e procedimentos em lei e de acordo com as regras gerais e específicas das carreiras que integram o quadro funcional do MDS.

Ainda, a progressão poderá também ser mediante à apuração dos resultados obtidos das avaliações de desempenho individual.

Ações Voltadas à Qualidade de Vida



O MDS possui um Programa de Qualidade de Vida que, por meio de parcerias, promove anualmente uma série de ações que visam a saúde integral dos servidores.

Em 2018 foram realizadas as seguintes ações:

- ✓ **Carnaval do Bem** – Distribuição de 3000 preservativos e mobilização para doação de sangue (12 participantes).
- ✓ **Dia Internacional da Mulher** – curso de Segurança Protetiva para Mulheres (50 participantes).
- ✓ **Semana do Meio Ambiente** – Distribuição de 300 mudas e visita a Associação de Catadores (15 participantes).
- ✓ **Semana da Saúde e Sustentabilidade** – Distribuição de 50 livros, distribuição de 1.500 preservativos, realização de oficina de dança, exames e atendimentos com foco em prevenção (770 participantes).
- ✓ **Setembro Amarelo** – Campanha de prevenção ao suicídio, com veiculação de informações sobre o tema.
- ✓ **Outubro Rosa e Dia do Servidor** – Veiculação de campanha de prevenção ao câncer de mama e realização de atendimentos com foco em prevenção (502 participantes).
- ✓ **Programa de vacinação anual para os servidores.**
- ✓ **Novembro Azul** – Ações de profilaxia contra o câncer de próstata dentre outras enfermidades tais como glaucoma, diabetes e hipertensão. Contamos com as parcerias junto à GEAP Saúde e da ASSEFAZ, e encerrando com o “III TORNEIO DE FUTEBOL SOCIETY DO MDS”, com inscrição de 6 times, com a participação de 69 atletas. Nesse período houve a distribuição de cinquenta mudas de plantas frutíferas, medicinais e ornamentais pela Comissão MDS Sustentável, em parceria com o Viveiro Comunitário do Lago Norte. No total houveram 250 participações.
- ✓ **Natal Solidário** – Campanha na qual foram adotadas 77 cartas para o “Papai Noel” elaboradas pelos filhos de nossos colaboradores terceirizados da limpeza e da copa, adotadas por nossos demais colaboradores. Os presentes, foram entregues aos pais e algumas crianças que estiveram presentes na data da entrega que se deram nos dias 17 e 20 de dezembro.

Sala de amamentação no MDS



Inaugurada em 01 de novembro de 2016 a sala de amamentação tem como objetivo incentivar a mulher que retorna ao trabalho após a licença-maternidade a continuar amamentando o bebê de forma complementar. Esse é o objetivo do Projeto Nutriz, uma parceria do Comitê de Políticas para Mulheres e de Gênero do MDS.

A iniciativa possibilitou a implantação de uma sala de apoio no prédio The Union para retirada e armazenamento de leite materno.

O Projeto Nutriz tem o objetivo de promover a qualidade de vida no trabalho às nutrízes, reduzir a ausência das servidoras no período pós-licença maternidade e fornecer orientação e apoio quanto à importância da continuidade do aleitamento materno.

A primeira sala de amamentação foi instalada no prédio do The Union e está disponível para uso das lactantes. O local está equipado com duas pias com água corrente, um sofá de três lugares e uma geladeira. Possui uma sala de espera e a sala de retirada e armazenamento.

Problemas e Desafios Enfrentados na Gestão de Pessoas Detectados pela Organização e pelos Órgãos de Controle

Problemas

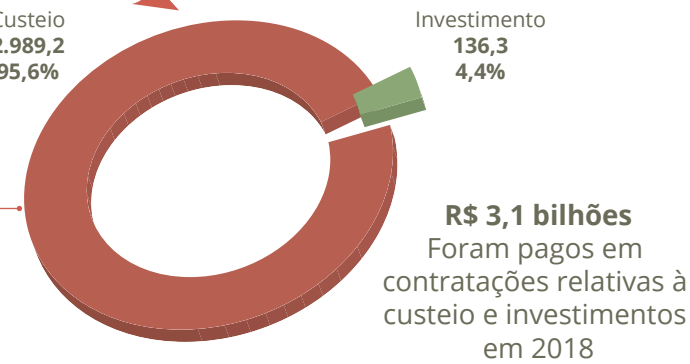
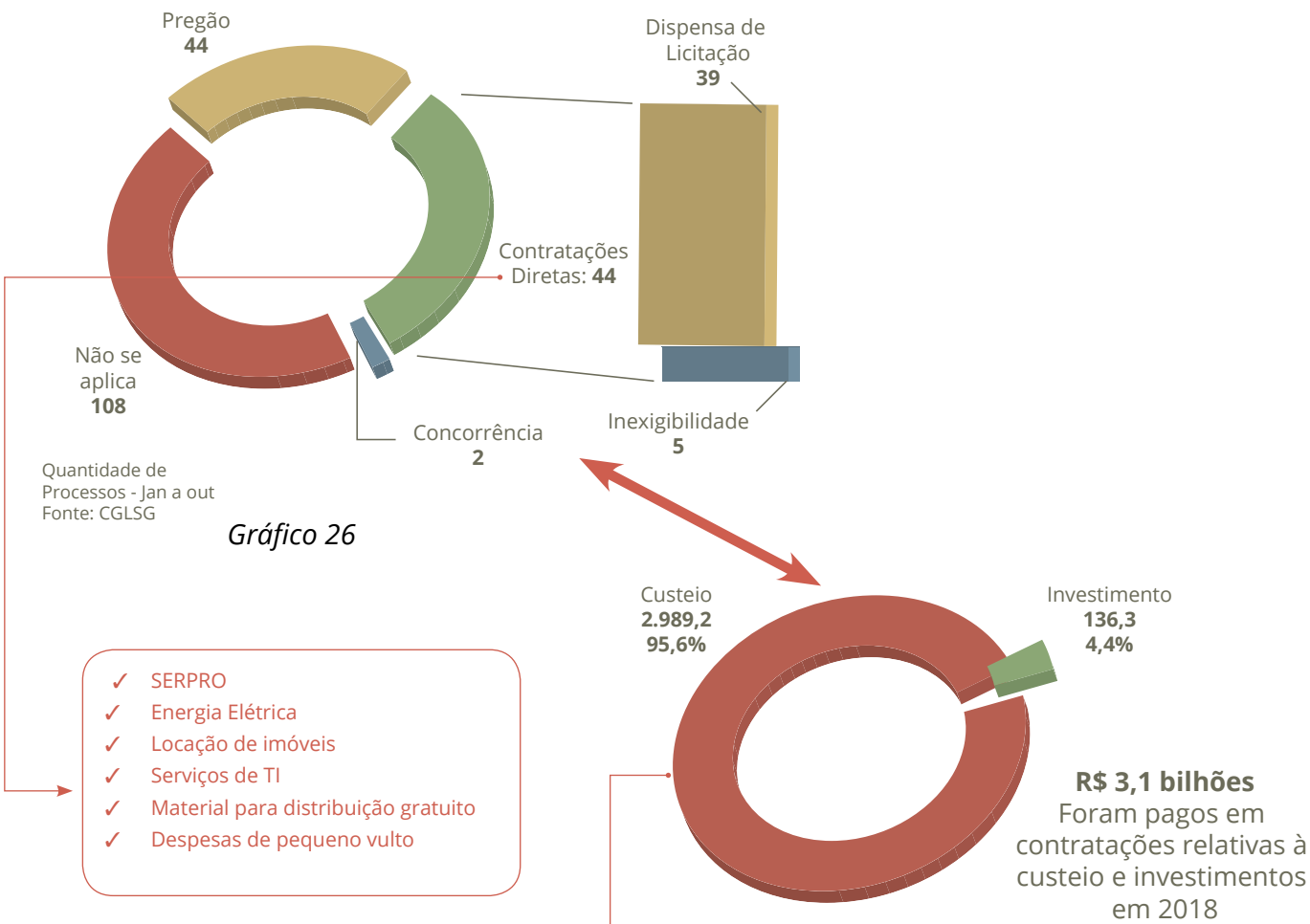
- ✓ **Requisição de servidores:** as liberações não dependem de concordância do MDS, uma vez que tem caráter irrecusável por força da legislação que ampara esses órgãos requisitantes.
- ✓ **Carência de Servidores efetivos:** desde 2010 não ocorre autorização para realização de concurso público para recompor o número de servidores
- ✓ **Modelo de Estruturação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS:** o modelo em funcionamento não atende as necessidades do MDS, uma vez que depende do convênio com o Hospital das Forças Armadas – HFA.
- ✓ **Suspensão dos Exames Periódicos:** discussões sobre a possibilidade de celebração de convênio pelo MPDG que permita que os órgãos da administração federal direta realizem os procedimentos de maneira uniforme.
- ✓ **Rotatividade de servidores sem vínculo na unidade de Gestão de Pessoas:** esta situação gera alta rotatividade e, como consequência, compromete a continuidade das atividades desenvolvidas.
- ✓ **Insuficiente automatização de Rotinas no SIGEPE:** há muitas rotinas de cadastro e pagamento no SIGEPE que não são automatizadas, o que dá margem a erros e/ou falhas.

Desafios

- ✓ **Implantação de Controle de Frequência:** o sistema será disponibilizado pelo órgão central do SIPEC, de acordo com as prioridades definidas pelo MPDG;
- ✓ **Autorização de concurso:** Em 2018, o MDS enviou duas propostas de concurso público ao MPDG, mas ainda não obteve posicionamento daquele órgão.
- ✓ **Autorização para Contratações Temporárias:** Em função das novas necessidades do órgão, o MDS enviou ao MPDG, em 2018, proposta para contratação de 396 profissionais temporários para 2019.

Licitações e contratos

Gestão de Licitações e Contratos – Despesas Discricionárias

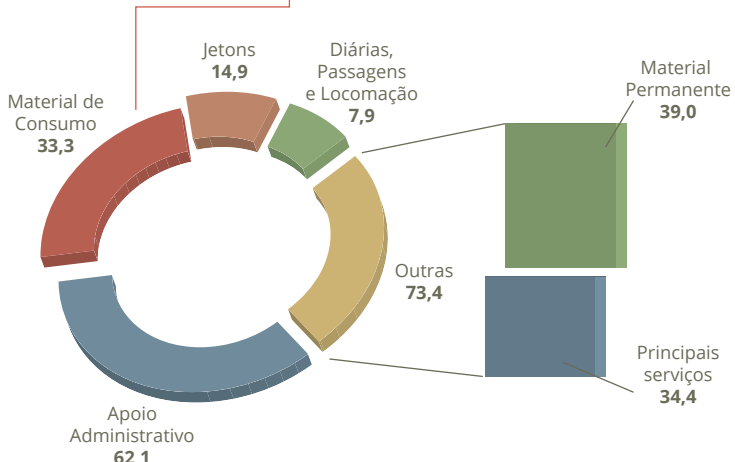
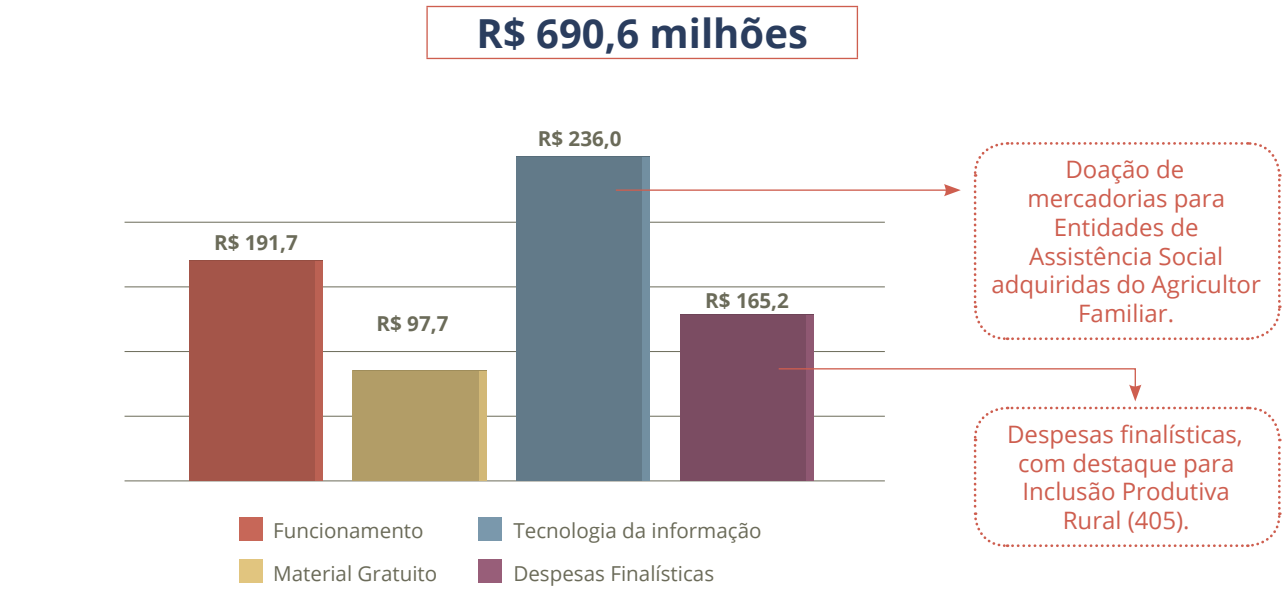


Serviços	Valor (milhões)
Custeio - Execução MDS	620,0
Custeio - Repasse Estados e Municípios	2.369,2
Investimento - Execução MDS	70,6
Investimento - Repasse Estados e Municípios	65,7
Total	3.125,6

Tabela 21

Repasse – Custeio e Investimento – R\$ 2,4 bilhões
Trata-se, especialmente, do cofinanciamento Federal para área de Assistência Social Federal, que representa, aproximadamente, 78% das despesas discricionárias do MDS.

Gastos por finalidade das despesas discricionárias, exceto repasse aos estados e municípios (em R\$ milhões)



Principais Serviços	Valor (milhões)
Copa e cozinha	5,7
Energia & Água	4,6
Vigilância Ostensiva	4,1
Brigadistas	3,3
Limpeza e Conservação	2,8
Locação de Imóveis	7,5
Manutenção Predial	6,4
Total	34,4

Tabela 22

Contratações mais relevantes do MDS

As contratações mais relevantes do Ministério do Desenvolvimento Social são de Tecnologia da Informação e estão detalhadas na seção 3.5 deste relatório.

Destacam-se também as contratações relativas ao funcionamento administrativo do MDS, especialmente serviços de vigilância, limpeza, apoio administrativo e manutenção predial.

Justificam-se as contratações mais relevantes pela necessidade de:

- Prover sistemas de informação para e der a infraestrutura física para prover o funcionamento das áreas meio e finalísticas do MDS.
- Garantir segurança nas instalações do MDS, a fim de resguardar os equipamentos, proteger e guardar o imóvel, além de assegurar a integridade física dos servidores e colaboradores;
- Corrigir diversas falhas estruturais em relação ao atual sistema de proteção contra incêndio e pânico, conforme os normativos próprios do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.

Conformidade legal

O Ministério do Desenvolvimento Social, assim como o Fundo Nacional de Assistência Social, contam com a consultoria jurídica da CONJUR/MDS, e Assessoria de Controle Interno que, sem analisar o mérito, se manifestam acerca da legalidade e conformidade das contratações com as normas, principalmente em relação às Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP).

Desta forma, todos ordenadores de despesa das unidades assinam declaração de conformidade para elaboração deste Relatório de Gestão 2018.

Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

O MDS busca constantemente o aprimoramento e instituição de normativos internos, a fim de regulamentar e padronizar os procedimentos e responsabilidades nas contratações/aquisições, visando melhores práticas, orientação as áreas demandantes, gestores/fiscais, em face do desempenho de suas competências, na tentativa de evitar problemas já conhecidos.

Gastão de TI

GASTOS DE TI

Conformidade legal da gestão de TI

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o Ministério do Desenvolvimento Social observa e aplica um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelos órgãos centrais do Governo Federal, órgãos de controle, os quais seguem padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos.

Modelo de governança de TI

O Modelo de Governança de TI do MDS, alinhado ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação em conjunto com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PETI/PEDTI, é o instrumento que orienta as ações de TI. O planejamento tem como intuito registrar objetivos, diretrizes, metas e ações de planejamento e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação, alinhados com os objetivos institucionais, de forma a apoiar e suportar as políticas, programas e ações públicas de forma organizada.

Objetivos Estratégicos de TI

Estrutura de TI

A área de TI é composta por uma Assessoria e três áreas técnicas, sendo:

- ✓ Banco de Dados;
- ✓ Sustentação e Segurança; e
- ✓ Sistemas.

A área ocupa uma posição estratégica dentro da estrutura organizacional do MDS, o que facilita o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação com os objetivos e a missão do MDS, proporcionando mais celeridade ao processo decisório do órgão.

Pessoas, Aprendizado e Crescimento

- ✓ Desenvolver competências gerenciais e técnicas dos servidores.
- ✓ Manter os servidores atualizados sobre as inovações de soluções e serviços de TI.

Financeiro

- ✓ Desenvolver e manter os sistemas de informações.

Processos Internos

- ✓ Aprimorar os processos de gestão e governança de TI;
- ✓ Melhorar os controles da gestão de contratos e serviços de TI;
- ✓ Garantir a integridade dos dados e informações;
- ✓ Prover soluções de segurança, confiabilidade, e privacidade e controle de acessos a informação e infraestrutura tecnológica;
- ✓ Desenvolver e manter os sistemas de informações; e
- ✓ Mitigar riscos relacionados a TI

Montante de recursos aplicados em TI – 2018			
Montante de Recursos Aplicados em TI - 2018 (R\$ Milhões)			
Grupo	Empenhadas	Pagos	RAP pago
Custeio	97,7	86,6	6,3
Investimento	4,1	3,0	1,8
Total	101,8	89,6	8,1

Montante de recursos aplicados em TI - 2017			
Montante de Recursos Aplicados em TI - 2017 (R\$ Milhões)			
Grupo	Empenhadas	Pagos	RAP pago
Custeio	71,2	64,2	6,4
Investimento	1,6	0,0	4,4
Total	72,9	64,2	10,8

Tabela 23

Comparativo empenhado 2017 x 2018

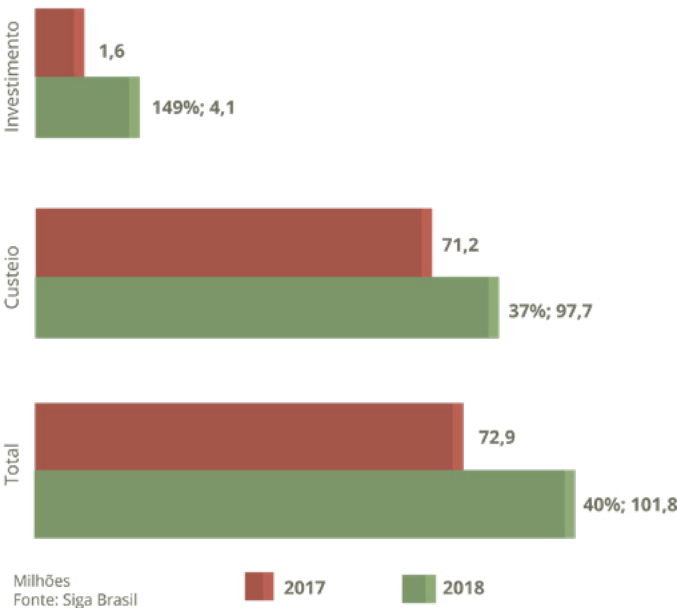


Gráfico 30

Participação das Empresas Públicas de TI Empenhos 2018

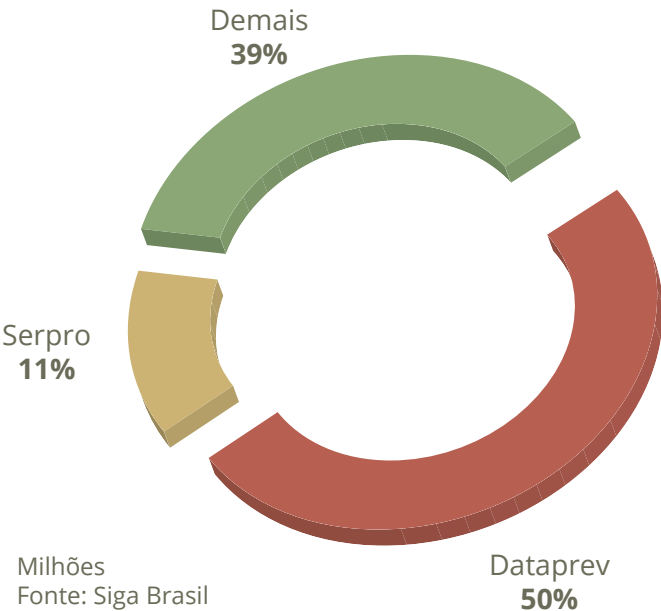


Gráfico 31

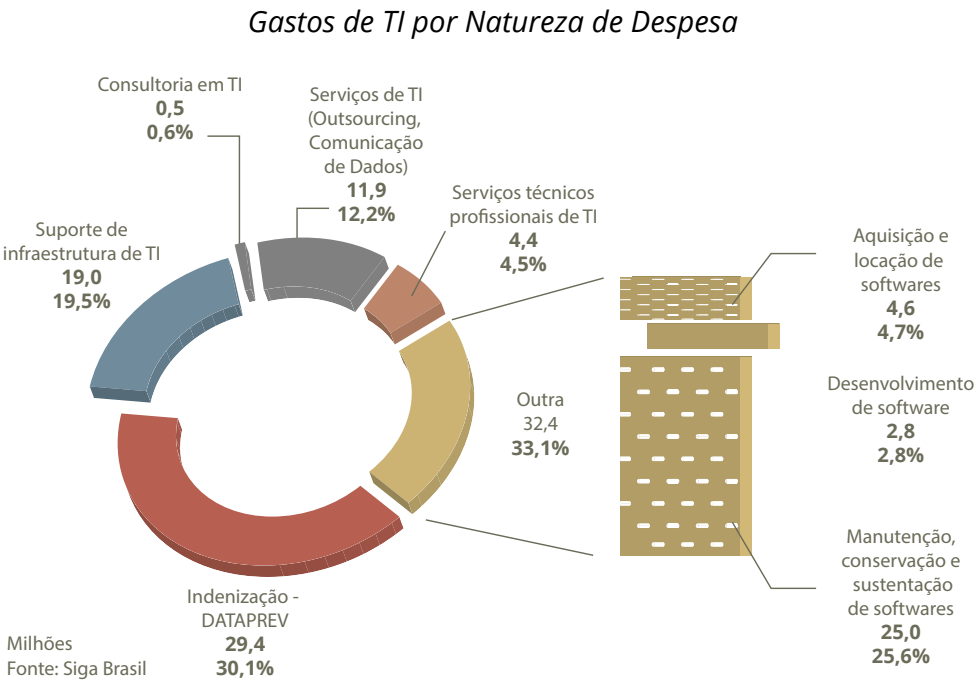


Gráfico 32
Gastos de TI por Grupo de Despesa

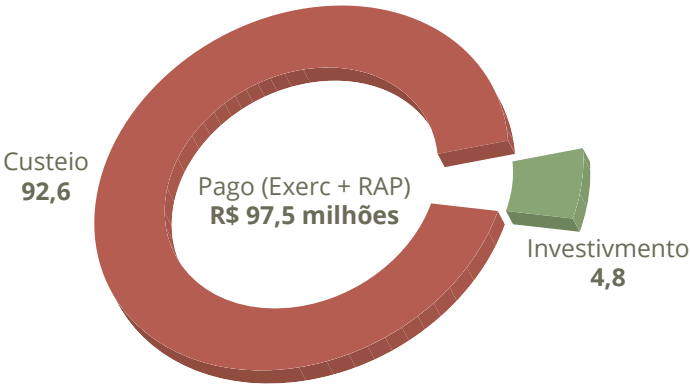


Gráfico 33

Com o orçamento aprovado na LOA 2018, manteve-se os contratos vigentes na área de TI, bem como seus respectivos acréscimos legais, garantindo assim o funcionamento do MDS. Foi possível, também, implementar algumas ações de governança previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PETI/PEDTI.

**Contratações mais relevantes de recursos de TI
(Vigentes em 2018)**

Favorecido	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
Emp.de Tecnologia e Inf. da Previdência - DATAPREV	52,0	47,0	47,0	2,0
SERPRO - SEDE - Brasília	11,0	9,9	9,9	0,0
Central IT Tecnologia Da Informação Ltda.	6,8	6,7	6,7	0,0
M.I. Montreal Informática S.A	6,2	4,8	4,8	1,0
DATAINFO Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	3,3	2,6	2,6	0,8
MAXTERA Tecnologia, Sistemas e Comercio Ltda.	2,7	2,2	2,2	0,5
TRDT Brasil Tecnologia Ltda.	2,2	2,1	2,1	0,1
Demais contratos (< 2 milhões)	17,7	14,3	14,3	3,4
	101,8	89,6	89,6	7,8

Tabela 24

- ✓ **DATAPREV** - Sustentação de sistemas (utilizados por cidadãos, empresas e governo), prestação de serviços, desenvolvimento de aplicativos e sustentação da infraestrutura de dados e comunicação. No MDS, os valores são, exclusivamente, para processamento da folha de pagamento dos benefícios de prestação continuada, e sustentação de sistemas do CRSS e Ouvidoria Previdenciária. Parte do valor é executado, por meio de destaque, pelo INSS, autarquia responsável pela execução das despesas advindas do processamento do BPC.
- ✓ **SERPRO** - Serviços Técnicos Especializado de TI - Armazenamento e Datacenter, Compreendendo Hospedagem nas Modalidades De Colotion e Hosting, Conectividade incluindo rede de comunicação de dados e acesso à rede mundial.
- ✓ **CENTRAL IT** - Serviços Técnicos Especializados Na Área de Tecnologia da Informação (TI).
- ✓ **DATAINFO** - Serviços de Administração de Dados e de Banco de Dados para Atender DTI/ MDS
- ✓ **TRDT Brasil** - Solução de Auditoria e Governança, Baseado em Software, para Ambiente Computacional nos Diretórios de Usuário (DTI)
- ✓ **M.I. MONTREAL** - Apoio à gestão e fiscalização de contratos de TI e apoio técnico à gestão de processo de software.
- ✓ **MAXTERA** - Prestação De Serviços Especializado De Operação Assistida e Transferência de Conhecimento Tecnológico para Ambiente Analítico

Os contratos abrangem todos as despesas de TI, vinculadas aos recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Fundo Nacional de Assistência Social, necessárias para infraestrutura, sustentação, processamento de dados para pagamento do BPC, dentre outras necessárias ao funcionamento das áreas meio e finalísticas do Desenvolvimento Social.

Principais iniciativas de TI

- ✓ Comitê de Governança Digital – CGD;
- ✓ Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETI;
- ✓ Comitê de Segurança da Informação e Comunicação – CSIC;
- ✓ Estruturação de um escritório de apoio à gestão;
- ✓ Escritório de projetos piloto;
- ✓ Planejamento de respostas aos riscos; e
- ✓ Elaboração de metodologia de projetos.

Principais resultados das ações de TI implementadas

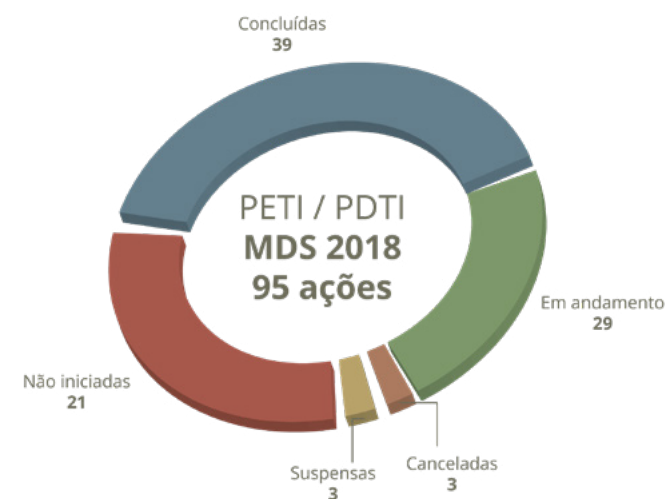


Gráfico 34

- ✓ Redução no valor mensal da contratação com o SERPRO, de R\$ 840.389,43 para R\$ 301.326,90 mensais, representando uma economia estimada de 64%, que ao longo de 56 meses restantes poderá alcançar a casa dos 30 milhões de reais.

- ✓ Otimização do processamento e memória do parque de servidores de rede de dados virtualizados, com redução de 49,89% na quantidade de processadores e redução de 47,97% da quantidade de memória, mantendo-se o provimento do mesmo volume de serviços informacionais.
- ✓ Desenvolvimento do APP MeuCadUnico, que já conta com cerca de 130.000 usuários.
- ✓ Automatização dos processos de verificação dos pagamentos dos programas vinculados ao Bolsa Família, com vistas à agilidade na descoberta de inconsistências no provimento dos benefícios.

Gestão de Riscos e Controles Internos

O Plano de Gestão de Riscos foi inserido no PETI/PDTI 2017-2018, com o objetivo de identificar os principais riscos e seus respectivos impactos, classificando-os de acordo com o grau de probabilidade. A partir desse detalhamento, foi realizado um planejamento de respostas aos riscos, contendo uma estratégia de mitigação e um plano de contingência para cada risco identificado e classificado.

Principais desafios

Melhorias da infraestrutura

- ✓ Reestruturação do ambiente mainframe para segregar os ambientes de banco de dados de produção e homologação;
- ✓ Expansão da capacidade de armazenamento para melhoria de qualidade e desempenho dos ambientes;
- ✓ Expansão da capacidade de processamento para melhoria de qualidade e desempenho do ambiente de homologação;
- ✓ Segregação do ambiente virtualizado (VMWARE), com a criação das instâncias de homologação e produção separadas, além da separação já realizada das máquinas virtuais.

Desafios

- ✓ Renovação e Expansão da Rede SAN e LAN do Datacenter do MDSA para permitir a segregação dos canais de rede dos ambientes de produção e homologação, para que não haja interferência entre eles

Riscos

- ✓ Falta de definição e/ou conhecimento das regras negociais nas áreas demandantes;
- ✓ Insuficiência de orçamento para condução das atividades e projetos previstos no PETI/PDTI;
- ✓ Falta de alinhamento entre o volume de demandas e projetos previstos no PETI/PDTI e a capacidade produtiva da DTI e das áreas demandantes;
- ✓ Enfraquecimento da atuação do Comitê Gestor de TI do MDS;
- ✓ Não reposição de colaboradores da DGI;
- ✓ Não liberação de equipamentos para DGI.

Infraestrutura e Gestão Patrimonial

Despesas com Infraestrutura e Gestão Patrimonial

Em 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social investiu, até dezembro, R\$ 14,8 milhões com locação de imóveis, manutenção predial, adaptações, obras, compras e manutenção de máquinas e equipamentos.

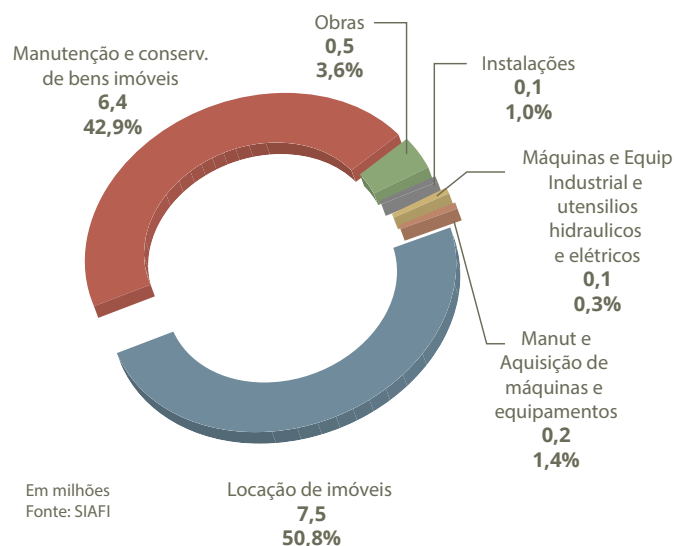


Gráfico 35

Os investimentos realizados visam, além da manutenção, a modernização das instalações das unidades integrantes do Ministério do Desenvolvimento Social.

Distribuição dos Imóveis do MDS

A locação de imóveis pelo MDS faz-se necessária, uma vez que, por não possuir sede própria, ocupa parcialmente, por meio de cessão de uso, áreas em imóveis da União sob a gestão de outros órgãos da Administração Pública Federal, não sendo essas áreas suficientes para abrigar todas as Unidades de sua estrutura regimental, bem como servidores e colaboradores que laboram nesses setores. Assim, o MDS está distribuído em sete imóveis localizados em Brasília-DF.

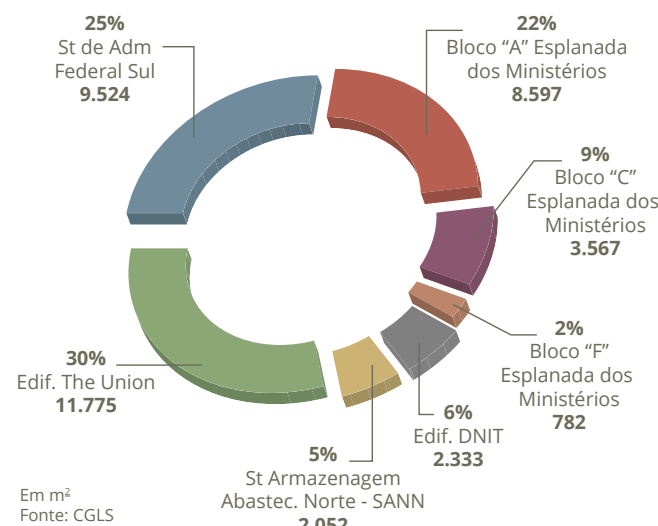


Gráfico 36

Gastos com Locação de Imóveis

Em 2018 foram pagos R\$7,5 milhões com despesas de locação de imóveis para atender as unidades do MDS, o que representa uma redução de 24% em relação a 2017.

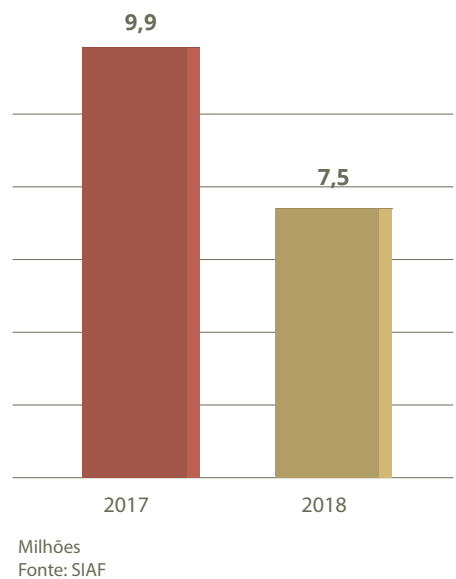


Gráfico 37

Veículos

Após a adesão ao TáxiGov, ocorreu redução da frota de veículos. Deste modo, atualmente, o MDS possui 10 veículos oficiais, sendo: 06 (seis) executivos, 03 (três) básicos e 1 (um) utilitário.

Conformidade legal

O Ministério do Desenvolvimento Social apresenta declaração de conformidade legal alinhada com os termos dos artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Decreto-lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/200, Lei 8.429/92 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Sustentabilidade Ambiental

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

- ✓ Apresentar soluções ecologicamente corretas para utilização de materiais biodegradáveis e insumos que não agridam o meio ambiente nos serviços de copa no âmbito do MDS;
- ✓ Substituição de copos plásticos por copos ecológicos e/ou copos de vidro reduzindo o alto custo de aquisição dos copos descartáveis, reduzindo impacto ambiental;
- ✓ Aquisição de papel A4 reciclado;
- ✓ Contratação de assinatura de jornais e revistas em versão eletrônica;
- ✓ Descarte seguro de lâmpadas inserido no TR de contratação;
- ✓ Distribuição de recipientes para recolha de lixo reciclável.

Para promover e incentivar a adoção de consumo sustentável o MDS implementa campanhas de caráter conscientizador junto aos servidores.

Redução de resíduos poluentes (copos descartáveis)

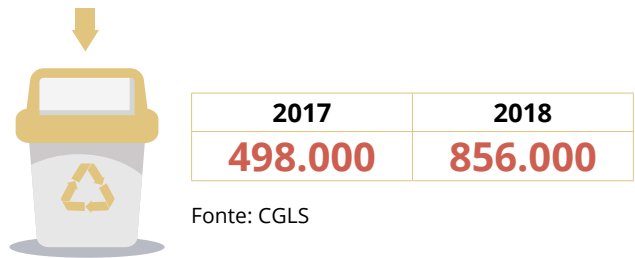


Figura 21

Em 2018 houve um aumento de 72% no consumo devido ao fornecimento de copos descartáveis para o CRSS e Ouvidoria Previdenciária e ao excedente de público flutuante devido a reformas no Bloco “A” e DNIT, com fornecimento de água e copos para os funcionários das empresas responsáveis pelas obras.



Ações previstas

Para redução total dos copos a MDS efetivará a substituição por ecológicos e/ou copos de vidro.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Energia elétrica (consumo em kW)

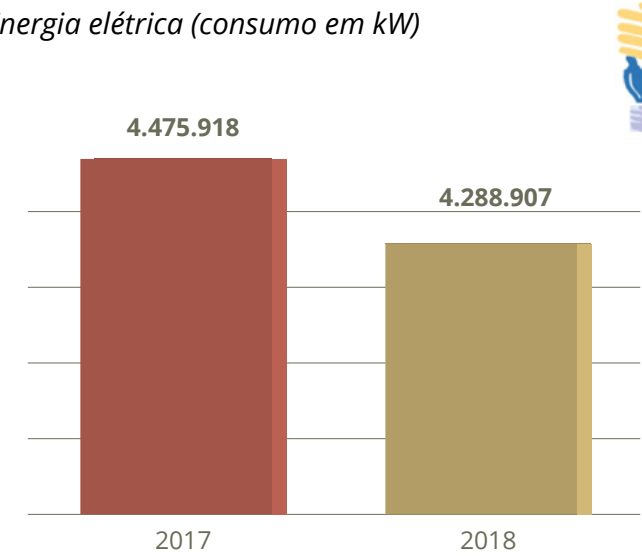
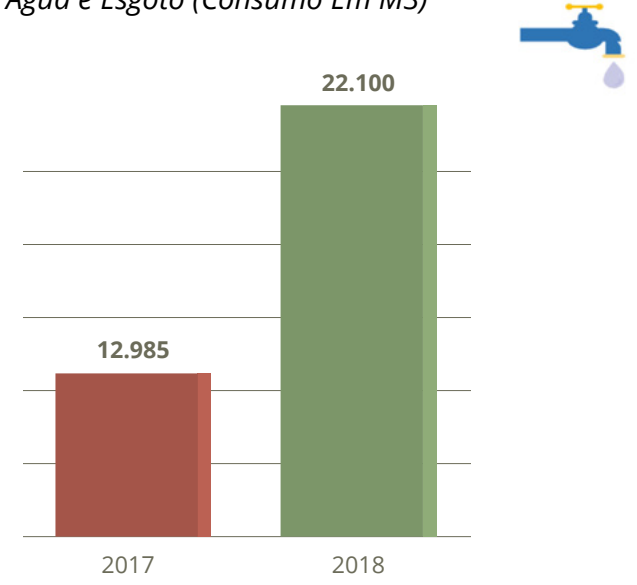


Gráfico 38

- ✓ Soma dos consumos dos prédios ocupados pelo MDS: SAAN, Ed. The Union e Bloco A, sendo que os dois primeiros foram somados os consumos de janeiro a dezembro de 2018 e o Bloco A;
- ✓ Ed. DNIT e Bloco C não são administrados pelo MDS;
- ✓ Efetivar a substituição das lâmpadas atuais por mais eficientes;
- ✓ Implementação de rotinas de manutenção e atualização de instalações elétricas;
- ✓ Estudo para a adequação do sistema de ar condicionado para diminuição do consumo.

Água e Esgoto (Consumo Em M3)

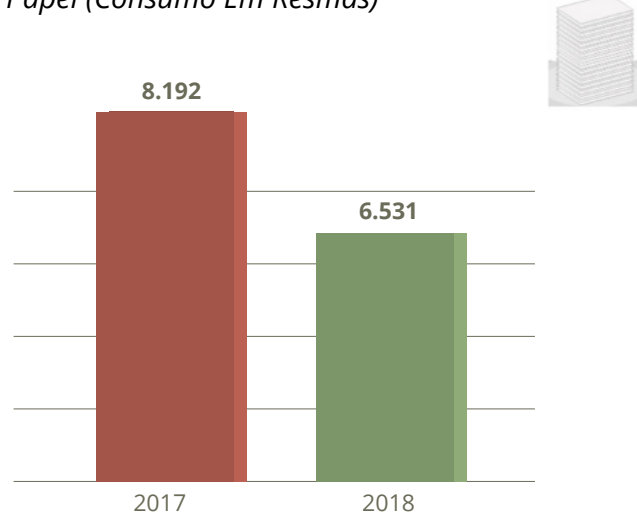


Fonte: CGLS

Gráfico 39

- ✓ Soma dos consumos dos prédios ocupados pelo MDS: SAAN, Ed. The Union e Bloco A, sendo que os dois primeiros foram somados os consumos de janeiro a novembro de 2018 e o Bloco A;
- ✓ Ed. DNIT e Bloco C não são administrados pelo MDS;
- ✓ Foram realizadas obras ou atualizações no sistema, apenas alterando a forma de uso do recurso
- ✓ Manutenção periódica no sistema para aferir a ocorrência de desperdícios, que podem decorrer de problemas nas instalações hidráulicas (vazamentos, defeitos em torneiras, etc.)

Papel (Consumo Em Resmas)



Fonte: CGLS

Gráfico 40

- ✓ Soma dos papéis clorado e reciclado de janeiro a dezembro de 2018;
- ✓ Fornecimento de papel branco e reciclado para o MDS e a incorporação do Conselho de Recurso de Seguridade Social e a Ouvidoria do INSS ao Ministério, órgãos estes que ainda não utilizavam o SEI em 2017;
- ✓ Conselho de Recurso e Ouvidoria passaram a utilizar o SEI em 2018.

Relacionamento com a sociedade

Canais de relacionamento com a sociedade

O Ministério do Desenvolvimento Social possui diversos canais de comunicação pelos quais se relaciona com a sociedade, dando publicidade e transparência às informações institucionais, dados oficiais, políticas, projetos e ações formuladas ou implementadas pelos órgãos que compõem a Pasta. O acesso se dá por meio do sítio na internet www.mds.gov.br.

Resultados dos serviços de Central de Relacionamento e Ouvidoria

A organização dos serviços de atendimento à sociedade é realizada em três unidades, coordenadas pela Ouvidoria Social e Previdenciária: Ouvidoria Social, Ouvidoria Previdenciária e Central de Relacionamento. A atuação é tanto interna (servidores e colaboradores) como externa (atendimento ao público em geral). Estão disponíveis diversos canais para recepcionar as manifestações dos cidadãos: internet, carta, serviço 0800 e atendimento presencial.

Canais de Atendimento



Internet
www.mds.gov.br



Telefone
08007072003



Central de Atendimento

135, opção 4



Fale conosco:

Formulário eletrônico www.mds.gov.br/faleconosco

Atendimento presencial

Ouvidoria Social:

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, sala 423, 4º andar.

Ouvidoria Previdenciária

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Edifício Anexo, Ala "A", 1º andar.

Cartas

Social e Previdenciária

Ouvidoria Social

As manifestações dos cidadãos são recebidas pelo Sistema de Gestão de Demandas (SGD) e, caso não haja resposta na Base de Conhecimento, são repassadas às áreas técnicas para tratamento.

Demandas cadastradas em 2018 por tipo, área e assunto:

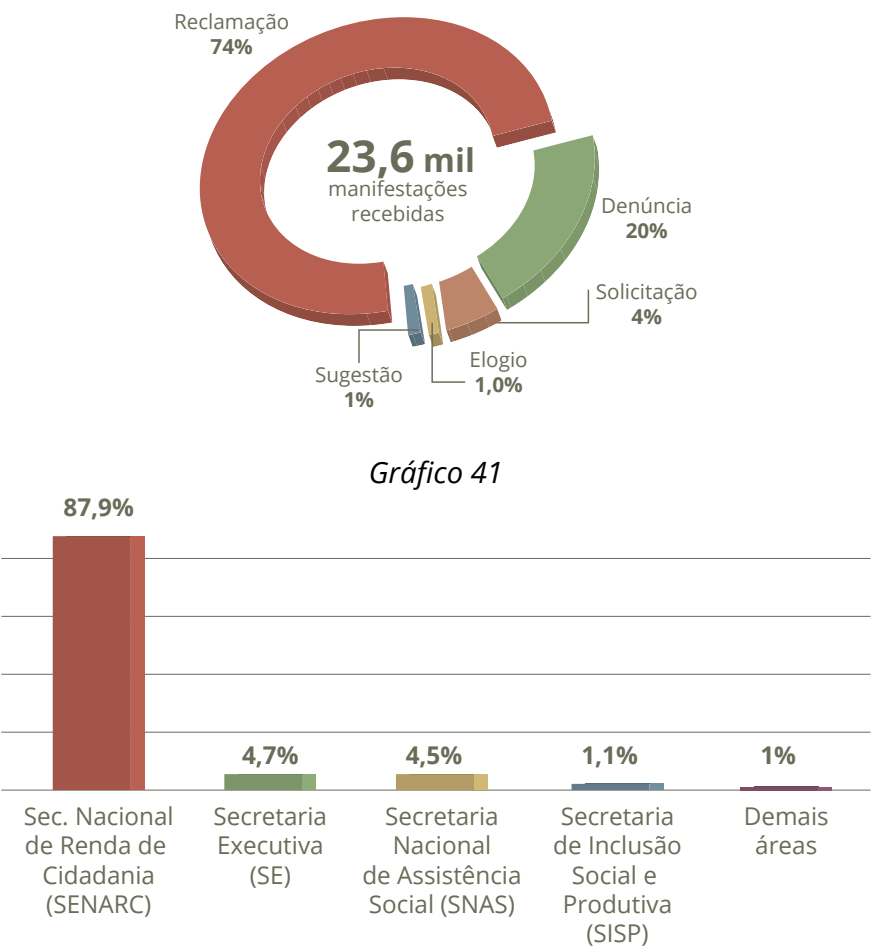


Gráfico 41

Gráfico 42

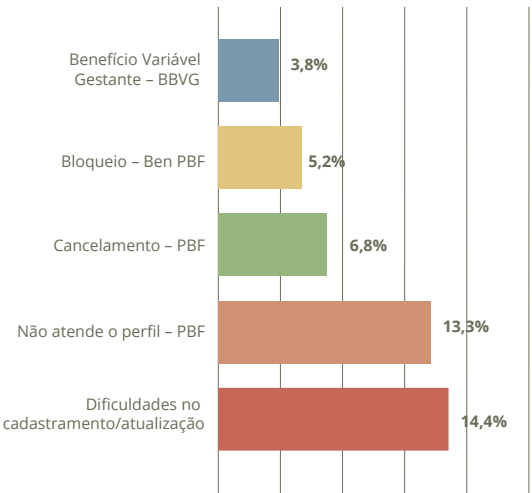


Gráfico 43

Desde janeiro de 2006 até dezembro de 2018, a Ouvidoria Social recebeu um total de **180.505 manifestações**.

A Ouvidoria Social coordena o Serviço de Informação ao Cidadão e também participa da agenda de desburocratização, bem como do Plano de Dados Abertos e da Carta de Serviço ao Usuário, visando alinhar as informações disponíveis para a sociedade com os objetivos institucionais do MDS.

Saiba mais: para detalhes do atendimento da Ouvidoria Social, acesse os relatórios gerenciais disponíveis em <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/contato/relatorios-de-atendimento>

Serviço de Informação ao Cidadão

No período de **01/01/2018 a 31/12/2018** o Serviço de Informação ao Cidadão recepcionou o total de **1.140** pedidos de acesso à informação. No mesmo ano, o prazo médio de resposta foi de **13,64 dias**. O total de pedidos respondidos foi de **100%**.

Os pedidos de acesso à informação versam sobre os mais diversos assuntos, porém, informações sobre CEBAS, transferências de recursos do PBF, quantitativo de beneficiários do bolsa família e demandas com assunto de ouvidoria, ou seja, informações sobre cancelamento, bloqueio e situação de benefício foram os mais solicitados.

Do total de pedidos respondidos, em 2018, pelo Ministério do Desenvolvimento Social:

- ✓ **6,62%** geraram recurso de 1º instância;
- ✓ **1,59%** subiu para 2º instância;
- ✓ **0,71%** para a CGU; e
- ✓ **0,26%** chegou à CMRI.

Desde a criação do e-SIC em maio de 2012 até 31/10/2018 o Ministério do Desenvolvimento Social recebeu **4.348** pedidos de acesso à informação.

O prazo médio de resposta foi de **16 dias e 100%** dos pedidos foram respondidos.

Central de Relacionamento

A Central de Relacionamento tem como objetivo prestar informações e esclarecer dúvidas acerca dos projetos, programas e políticas do MDS. Tem como missão promover soluções de relacionamento para cidadãos e gestores das políticas, com qualidade, suficiência e tempestividade.

Desde a criação da Central de Relacionamento, em 17 de março de 2003, até 2018, houve um total de 53,3 milhões de atendimentos

Em 2018 foram atendidos pelos canais receptivos:

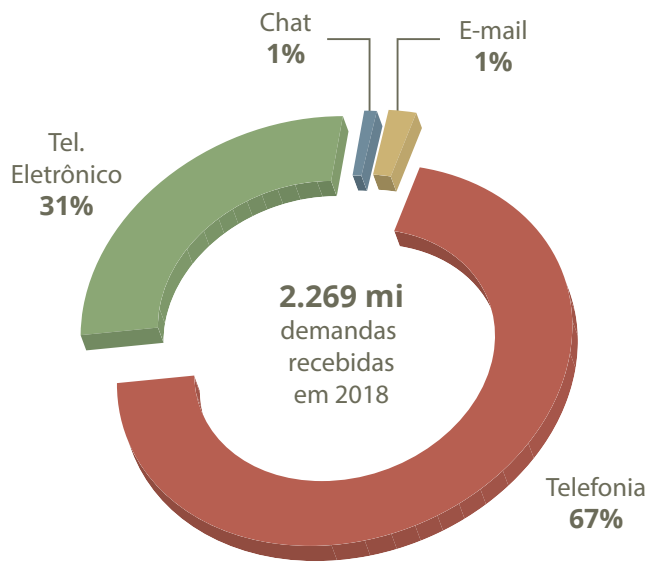


Gráfico 44

Secretarias/Setores mais demandados

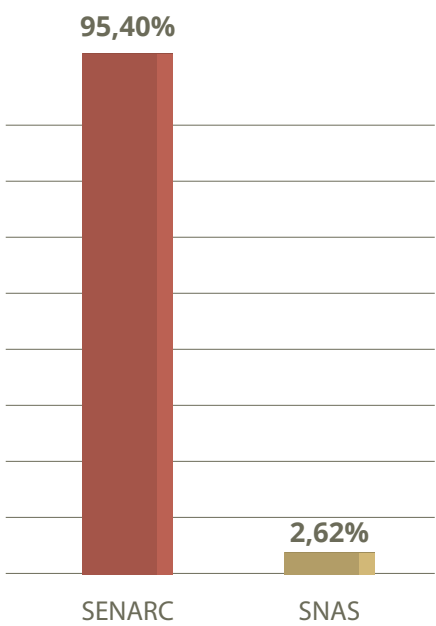


Gráfico 46

Contatos realizados pelos canais de contato ativo.

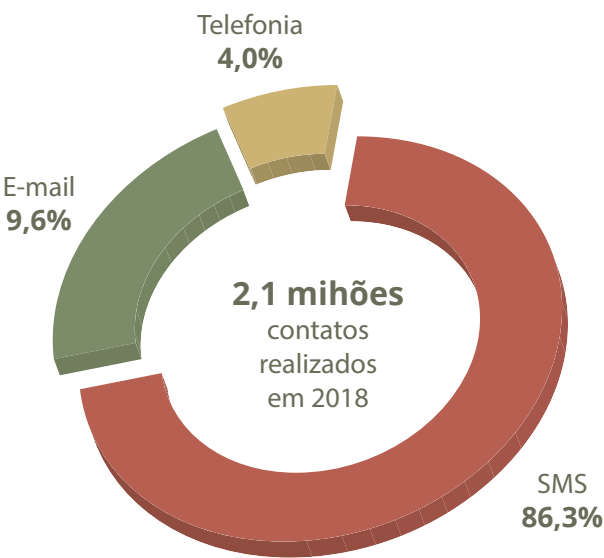


Gráfico 45

Principais assuntos das demandas

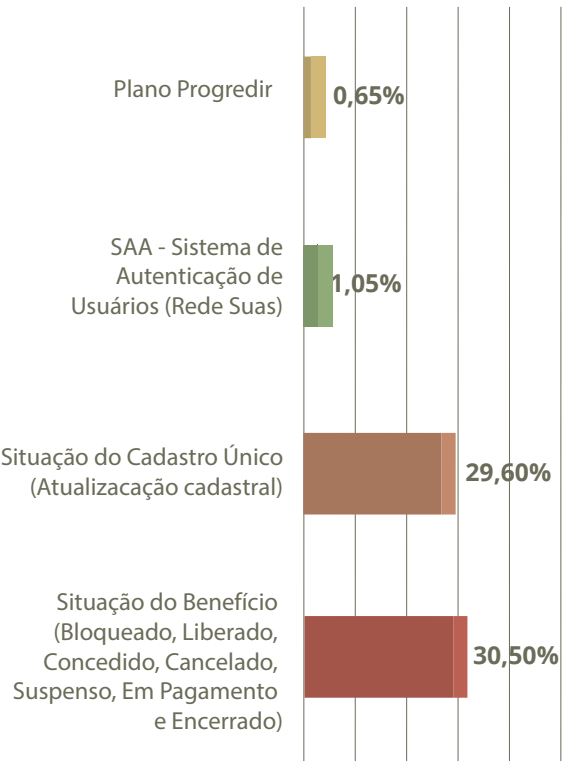


Gráfico 47

A Central de Relacionamento tem atuação estratégica nas ações das áreas técnicas, recebendo informações e treinando sua equipe para um atendimento eficiente à população.

Saiba mais: Relatório de Atendimento Anual da Central de Relacionamento em <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/contato/relatorios-de-atendimento>

Ouvidoria Previdenciária

A Ouvidoria Previdenciária é a instância administrativa que atende àquele que já tenha entrado em contato com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou com o Conselho de Recursos do Seguro Social (CRSS) e queira manifestar sugestões, reclamações, elogios, denúncias ou outras solicitações sobre os serviços prestados.

É responsável por receber e responder manifestações vindas da sociedade a fim de promover a participação do usuário, proporcionar maior transparência dos dados, garantir a efetividade dos serviços prestados e propor aperfeiçoamento

Demandas cadastradas em 2018, por tipo de manifestação

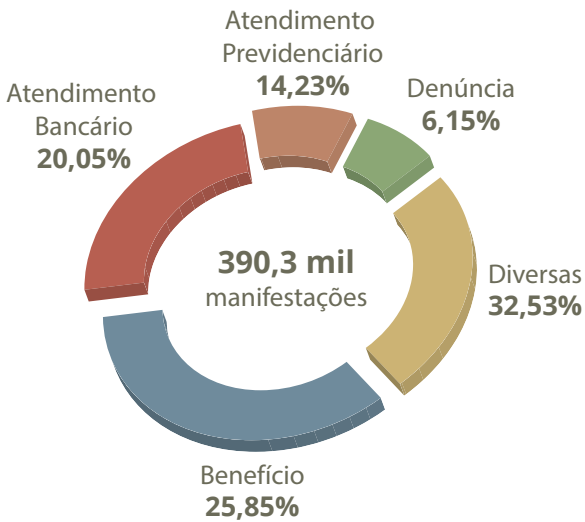


Gráfico 48

Demandas cadastradas em 2018 por canal de entrada

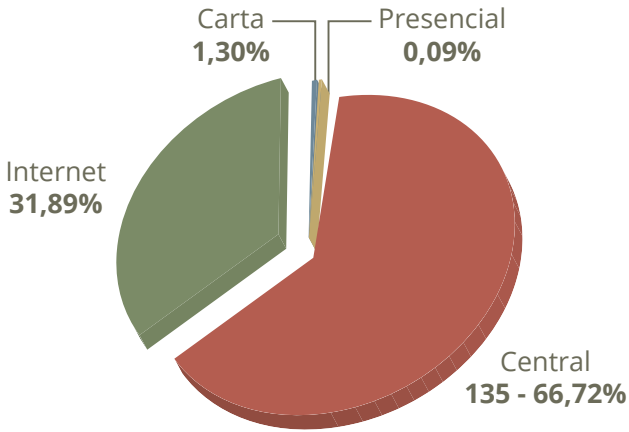


Gráfico 49

Desde a criação da Ouvidoria Previdenciária, em 1998, até dezembro de 2018, houve um total de 3.801.147 manifestações cadastradas.

Principais assuntos das demandas

Classificação	QTDE	%
Outras	135.774	34,78%
INSS Digital	112.903	28,92%
Empréstimo Consignado	75.526	19,35%
Recurso de benefício	40.956	10,49%
Concessão de benefício	25.216	6,46%
Total	390.375	100%

Tabela 25

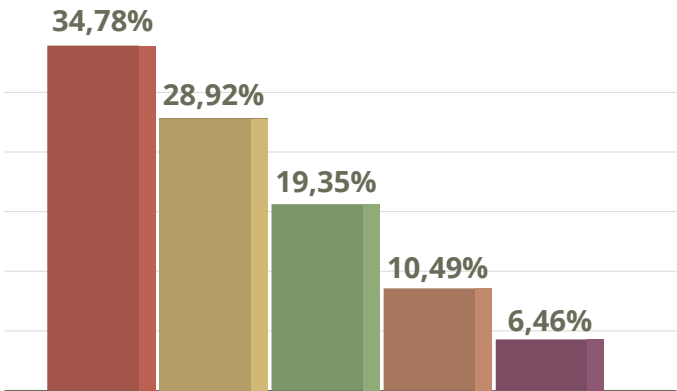


Gráfico 50

Inovações e melhorias implantadas

No Sistema de Gestão de Demandas

- ✓ O novo formulário eletrônico no Portal do MDS;
- ✓ Página de acompanhamento online das demandas registradas pelo cidadão; e
- ✓ Comunicação por meio de SMS e pelo canal de chat com os gestores que executam as políticas sociais.

No Canal de Telefonia

- ✓ Nova árvore de voz do 0800 para melhor navegabilidade do usuário;
- ✓ Consulta a situação de certificação e renovação do CEBAS; e
- ✓ Consulta a situação do processo de averiguação e revisão cadastral do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.

No Serviço de Informação ao Cidadão

- ✓ Painel de Gestão do SIC, que facilitou o acesso da autoridade de monitoramento e demais gestores de informações gerenciais sobre os pedidos de acesso à informação; e
- ✓ Elaboração de dois indicadores de Ouvidoria que farão parte do Plano de Ação 2019 do INSS.

Saiba mais: acesse os relatórios gerenciais disponíveis em <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/contato/relatorios-de-atendimento>

Desafios e riscos

- ✓ Ampliação da equipe de servidores envolvidos no atendimento;
- ✓ Capacitação contínua em relação aos conteúdos das políticas públicas do MDS e de técnicas de atendimento;
- ✓ Elaboração de repostas em linguagem cidadã;
- ✓ Adesão ao tridígito 121; e
- ✓ Ampla divulgação do novo número de contato com o MDS.

8

Demonstrações contábeis



Declaração

Declaração do Contador

HUDSON REZENDE



A Coordenação de Contabilidade – CCONT, de acordo com o Decreto 8.949 de 29/12/2016, compõe a estrutura da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento – SPO da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, que conforme inciso I do artigo 10 exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Ministério do Desenvolvimento Social administração direta, tendo como base as seguintes unidades orçamentárias:

- 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social;
- 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela CCONT, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do Ministério do Desenvolvimento Social são as seguintes:

- **Balanço Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos do ministério
- **Balanço Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- **Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro do Ministério no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas)
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério do Desenvolvimento Social.

Brasília-DF 31 de janeiro de 2019

Hudson Rezende

CRC nº 8.409/0-3

Contador do Ministério do Desenvolvimento Social

Balanço Patrimonial

	R\$ milhões	
ATIVO	2018	2017
Ativo Circulante	117,27	95,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	32,68	91,74
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	83,83	3,09
Estoques	0,76	0,74
Ativo não circulante	157,43	80,82
Ativo Realizável a Longo Prazo	53,21	12,11
Imobilizado		
Bens Móveis	95,67	57,47
(-) Depreciação Acumulada	(34,09)	(26,64)
Bens Imóveis	5,89	5,84
(-) Depreciação Acumulada	(0,32)	(0,22)
Intangível	37,07	32,26
ATIVO	274,70	176,39

Fonte: SIAFI

Tabela 26

	R\$ milhões	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
Passivo Circulante	2.601,00	142,12
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar a Curto	109,36	15,45
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	38,34	59,93
Obrigações de Repartição a Outros Entes	1.528,04	14,00
Provisões a Curto Prazo	880,00	0,12
Demais Obrigações a Curto Prazo	45,26	52,62
Passivo Não Circulante	71,44	-
Obrigações Trabalh.. Previd. e Assist. a Pagar a Longo	71,32	-
Provisões a Longo Prazo	0,12	-
TOTAL DO PASSIVO	2.672,44	142,13
Patrimônio Líquido	-2.397,74	34,27
Resultado Acumulados	-2.397,74	34,27
Resultado do Exercício	-814,47	18,15
Resultado de Exercícios Anteriores	34,27	4.733,10
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1617,26	-4.716,99
TOTAL DO PASSIVO + PL	274,70	176,39

Fonte: SIAFI

Tabela 27

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2018 em relação a 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ milhões		
Variações Patrimoniais Aumentativas	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	84,30	151,40
Juros e Encargos de Mora	24,20	43,66
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações	60,10	107,74
Transferências e Delegações Recebidas	760.271,80	727.420,70
Transferências Intragovernamentais	760.265,20	727.419,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2,40	34,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	141,80	294,40
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	760.500,30	727.901,10

Fonte: SIAFI

Tabela 28

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações ocorridas no patrimônio do Ministério do Desenvolvimento Social durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais, a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício resultante da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

R\$ milhões

Variações Patrimoniais Diminutivas	2018	2017
Pessoal e Encargos	125,48	124,33
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	103,00	0,43
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	30.279,65	28.611,89
Transferências e Delegações Concedidas	729.821,68	699.104,90
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	31,77	38,21
Tributárias – Contribuição	3,25	3,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	761.315,08	727.883,44
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	(814,78)	17,66

Fonte: SIAFI

Tabela 29

Os valores encontrados nas contas de Transferências e Delegações Recebidas/Concedidas estão com os saldos incorporados do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e do Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS, órgãos pertencentes ao MDS desde 2017, em razão dos valores financeiros transferidos por estes passarem pela unidade gestora 550002 – Setorial de Orçamento e Finanças/MDS. Por se tratar de valores na casa dos bilhões de reais, o Resultado Patrimonial das UO do MDS, 55001 e 55901 se tornam inconclusivas.

Balanço Orçamentário

Receitas Conforme tabela abaixo o MDS executou e pagou em 2018 cerca de 69% dos restos a pagar inscritos em anos anteriores, passando um saldo a pagar para o exercício de 2019 de apenas R\$ 45,15 milhões.

Execução de Restos a Pagar

R\$ milhões					
RAP	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo	Índice realização
Restos a Pagar Não Processados	1.050,04	163,72	490,48	395,84	47%
Restos a Pagar Processados	1.101,46	28,53	1.033,80	39,13	94%
Total	2.151,50	192,25	1.524,28	434,97	71%

Fonte: SIAFI

Tabela 30

Em 2018 o MDS pagou cerca de 71% dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Receitas

O saldo do total das Receitas Orçamentárias evidencia que o MDS realizou (arrecadou) 94 % das receitas previstas, em que pese faltarem dois meses para o encerramento do exercício.

R\$ milhões

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	161,27	161,27	161,41	0,14
Receita Patrimonial	86,08	86,08	60,05	(26,03)
Outras Receitas Correntes	75,19	75,19	101,36	26,17
Receitas de Capital	9,75	9,75	-	(9,75)
Operações de Crédito	9,75	9,75	-	(9,75)
Total Receitas Orçamentárias	171,02	171,02	161,41	(9,61)

Fonte: SIAFI

Tabela 31

Despesas

R\$ milhões

GND	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=b-c
Despesas Correntes	87.836,02	89.448,11	89.383,74	88.950,96	86.852,45	64,37
Pessoal e Encargos Sociais	97,24	112,07	107,91	107,68	100,72	4,16
Outras Despesas Correntes	87.738,78	89.336,04	89.275,83	88.843,28	86.751,73	60,21
Despesas de Capital	118,18	445,63	444,52	143,96	143,89	1,11
Investimentos	118,18	445,63	444,52	143,96	143,89	1,11
Total Despesas Orçamentárias	87.954,20	89.893,74	89.828,26	89.094,92	86.996,34	65,48

Fonte: SIAFI

Tabela 32

Balanço Financeiro

R\$ milhões

	2018	2017
Ingressos		
Receitas Orçamentárias	82,45	326,43
Ordinária	4,63	216,47
Vinculadas	82,54	120,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	760.265,30	727.419,00
Transferências Financeiras Recebidas	837,62	629,12
Recebimentos Extraorçamentários	37,87	35,56
Inscrição em Restos a Pagar Processados	696,22	592,26
Inscrição em Restos a Pagar Não Proc.	100,99	0,09
Outros Recebimentos	91,74	189,58
Saldo Exercício Anterior	91,74	189,58
Caixa e Equivalentes de Caixa	82,45	326,43
Total dos Ingressos	761.277,12	728.564,15
Dispêndios		
Despesas Orçamentária	33.803,60	31.737,55
Ordinária	1.573,70	1.023,41
Vinculadas	32.229,89	30.713,44
Transferências Financeiras Concedidas	726.929,86	695.182,43
Despesas Extraorçamentárias	511,60	1.553,18
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	46,35	94,80
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	462,63	1.457,23
Saldo Exercício Seguinte	32,68	91,73
Caixa e Equivalentes de Caixa	32,68	91,73
Total dos Dispêndios	761.277,12	728.564,15

Fonte: SIAFI

Tabela 33

Demonstrações dos Fluxos de caixa

R\$ milhões		
Fluxos de Caixa das At. Operacionais	2018	2017
Ingressos	760.451,28	727.746,74
Receitas Derivadas e Originárias	82,44	326,42
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	760.368,82	727.420,30
Desembolsos	-760.462,37	-727.802,11
Pessoal e demais Despesas Correntes	-30.374,27	-28.678,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-2.956,26	-3.940,35
Outros Desembolsos Operacionais	-726.931,85	-695.183,59
Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-11,09	-55,36
Fluxos de Caixa das At. de Investimentos		
Desembolsos	-47,95	-42,48
Aquisição de Ativo Não Circulante	-37,74	-6,58
Outros Desembolsos de Investimentos	-10,84	-35,90
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	-47,95	-42,48
Geração Líquida de Caixa e Equiv. De Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	91,73	189,58
Caixa e Equivalente de Caixa Final	32,70	91,72
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-59,04	-97,84

Fonte: SIAFI
Tabela 34

Em que pese o saldo final do exercício de 2018 ser negativo em R\$ 2,4 bilhões, 62,64% trata-se de passivos apropriados em dezembro de 2018, para atender despesas do Fundo Nacional de Assistência Social.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhões					
	Patrimônio/ Capital Social	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2017	-	-	4.733,10		4.733,10
Ajustes de Exercício Anterior			-4.716,99		-4.716,99
Resultado do Exercício			18,15		18,15
Saldo Final do Exercício de 2017	-	-	34,27	-	34,27
Saldo Inicial do Exercício de 2018		-	34,27		34,27
Ajustes de Exercício Anterior			-1.617,26		-1.617,26
Resultado do Exercício			-814,75		-814,75
Saldo Final do Exercício de 2018	-	-	-2.397,74	-	-2.397,74

Fonte: SIAFI
Tabela 35

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis(DCON) do Ministério do Desenvolvimento Social foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social, administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- VII. Notas Explicativas

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 01 – Créditos de Curto Prazo

Como relação ao acréscimo dos valores encontrados na conta contábil 1.1.3.1.1.07.00 – Adiantamentos de Transferência Legal da UG 330013, a razão para o aumento de cerca de R\$ 1 milhão para R\$ 77 milhões refere-se a pagamentos realizados, em 2018, na modalidade fundo a fundo. Anos anteriores, o repasse para municípios ocorria por meio de convênios e contratos de repasse. Para simplificar o processo de repasse de recursos, foi editada a Portaria nº 2.300, de 8 de junho de 2018 que trata sobre as transferências voluntárias de recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, na modalidade fundo a fundo, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

O valor de R\$ 77 milhões no exercício de 2018 refere-se aos pagamentos de incremento temporário da Proteção Social Especial para fins de investimento que são transferências voluntárias de recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, na modalidade fundo a fundo.

Já em relação a diferença encontrada na UG 550006, diz respeito a conta 11.311.01.01 – 13º salário – Adiantamento, que em setembro de 2018 foi ajustada para cumprir determinação do TCU através do Acórdão nº 1322 de 2018, que trata da conciliação e ajustes dos saldos de 13º salários a pagar, adiantamento de 13º salário, férias a pagar e adiantamento de férias.

Nota 02 – Crédito de Longo Prazo

A conta 12.121.05.08 – CRED A REC POR FALTA/IRREGUL COMPROVACAO, vem crescendo ano a ano em razão da inscrição de débitos referentes a Processos com valores atualizados abaixo de R\$ 100.000,00 inscritos nas UGs 550008 e 330013, que, antes de encaminhar o processo para a inclusão no e-TCE na Setorial Contábil do MDS, inscreve os responsáveis pelo dano ao erário na conta. Este procedimento contábil é uma recomendação da STN adotado desde o exercício de 2016. Com relação aos processos de TCE, após o julgamento do TCU e não havendo o pagamento, o débito é inserido por determinação do TCU por meio de Acórdãos. A tendência é que o saldo da conta aumente a cada exercício.

Nota 03 – Obrigação de Repartições a Outros Entes

Aumento da conta refere-se a despesas de exercício anterior devido à falta de dotação orçamentária desde o primeiro semestre de 2017.

Nota 04 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Aumento devido ao lançamento na UG 550007 de baixa do passivo circulante proveniente do pagamento do contrato com o agente operador dos Programas Fomento, Bolsa Família e Cadastro Único em 31/JAN17, referente a novembro de 2016, no valor de R\$ 33.972.924,22.

Nota 05 – Juros e Encargos de Mora

A conta sofreu alteração de quase 100% em razão da nova prática contábil, que a partir de agosto de 2017, passou a não lançar mais os Juros de Mora referentes aos processos de TCE na conta 44.291.01.00 – Outros Juros e Encargos de Mora e lançando o débito na conta 89.732.08.00 – Falta ou Irregularidade de Comprovação.

Nota 06 – Desincorporação de Ativos

Diz respeito a Recibos de Arrecadação recebidos pela UG 550008 da CONAB referente a devoluções de recursos do Programa de Agricultura Familiar no código de recolhimento 20175-8 – SESAN – Alienação de Estoques Agricultura Familiar. Após estudo verificou-se a necessidade de que esta devolução não fosse mais realizada neste código de recolhimento, e, a partir desse momento (janeiro de 2017), a CONAB passou a fazer essa devolução por código diretamente à Secretaria do Tesouro Nacional. A 2017DT000003, de 31 de janeiro de 2017 que corrige o código de recolhimento referente às devoluções efetuadas pela CONAB a respeito da remissão de dívidas e em atendimento à Lei 13.001, de 20 de junho de 2014, no valor de R\$ 7.895.498,92 contribuiu para diferença encontrada quando se comparado o exercício de 2017 ao exercício de 2018.

9

Outras Informações Relevantes

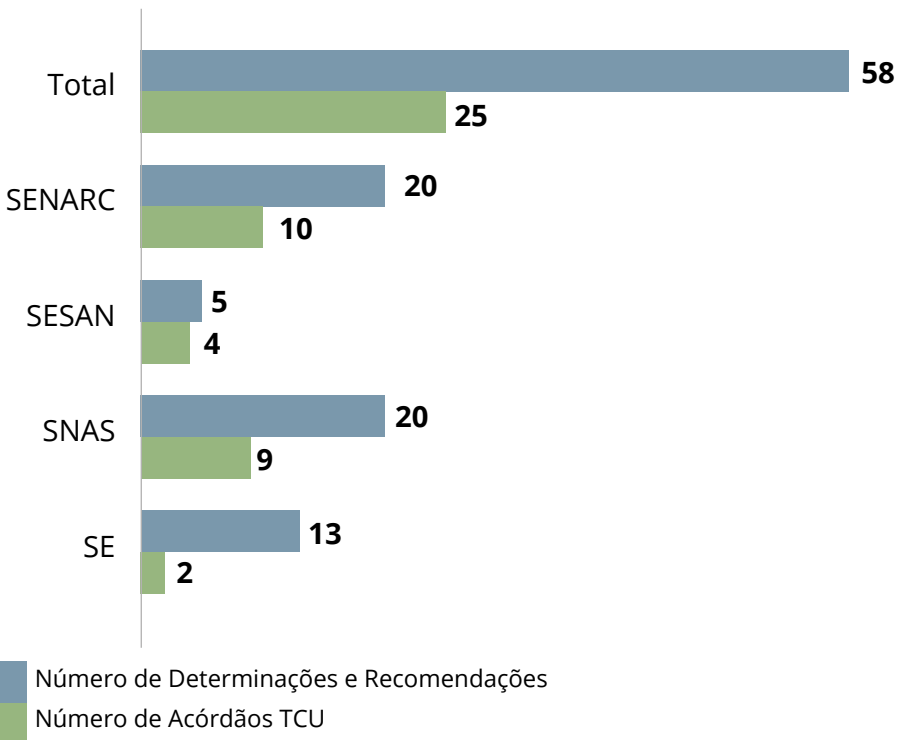


Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

O monitoramento das determinações e recomendações exaradas pelo TCU é feito por cada uma das Secretarias do Ministério, responsáveis por atendê-las, e acompanhado pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), cujas atribuições regimentais incluem o acompanhamento dos processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado.

Os temas abordados no âmbito das determinações e recomendações são diversos, sendo as Secretarias mais demandadas a Sesan, a SNAS e a Senarc. Muitas vezes as Secretarias recebem diretamente as demandas, e possuem trâmites específicos para seu tratamento. Considerando as demandas recebidas e/ou tratadas no exercício de 2018, verifica-se o seguinte:

Número de Acórdãos e número de determinações e recomendações do TCU contidas nos acórdãos publicados:



Fonte: Controle realizado pelas Secretarias do MDS.

Gráfico 51

Observação 1: Há dois Acórdãos (12162/2018- TCU 2ª Câmara e 2353/2018-TCU Plenário) que estão contabilizados tanto para a Senarc quanto para a SNAS, uma vez que há determinações nos referidos Acórdãos que envolvem as duas áreas.

Observação 2: No ano de 2018 o TCU publicou o Acórdão 969/2018-TCU Primeira Câmara com duas determinações para a área de TI do MDS: 1.8.1.3 e 1.8.1.4. A primeira tinha uma única determinação e a segunda é composta por onze subitens, sendo cada um contabilizado como uma determinação no âmbito da SE.

Do total de 25 acórdãos com determinações e recomendações ao MDS, 10 (40,0% do total) foram destinados à Senarc, 9 (36,0%) à SNAS, 4 (16,0%) à Sesan e 2 (8,0%) à Secretaria Executiva. Os referidos acórdãos continham 58 determinações e/ou recomendações, das quais 20 (34,5% do total) foram destinadas à Senarc, 20 (34,5%) à SNAS, 13 (22,4%) à Secretaria Executiva e 5 (8,6%) à Sesan. SAGI, SISP e SNPDH informaram não ter recebido e/ou tratado recomendações e determinações do TCU no exercício de 2018. A lista utilizada para apuração dos dados encontra-se anexa (Tabela 37).

Sobre o processamento às determinações e recomendações, verificou-se no exercício de 2018 o seguinte:

Número de determinações e recomendações do TCU recebidas e/ou em atendimento em 2018 e situação de conclusão:

Secretaria	Nº de Determinações e Recomendações recebidas e/ou em atendimento em 2018 (Total)	Nº de Determinações e Recomendações atendidas e concluídas em 2018	Percentual de determinações e recomendações atendidas e concluídas no exercício
SE	13	6	46,2%
SNAS	20	9	45,0%
SESAN	5	5	100,0%
SENARC	20	3	15,0%
Total MDS	58	23	39,7%

Fonte: Controle realizado pelas Secretarias do MDS.

Observação 1: Há dois Acórdãos (12162/2018- TCU 2ª Câmara e 2353/2018-TCU Plenário) que estão contabilizados tanto para a Senarc quanto para a SNAS, uma vez que havia recomendações que envolvem as duas áreas.

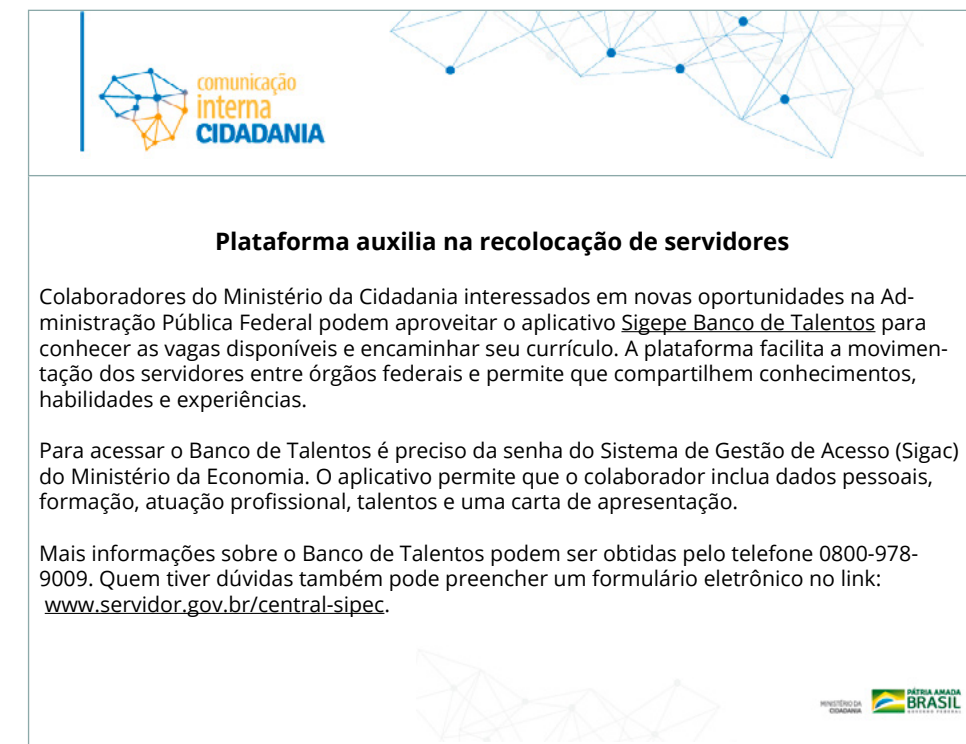
Observação 2: No ano de 2018 o TCU publicou o Acórdão 969/2018-TCU Primeira Câmara com duas determinações para a área de TI do MDS: 1.8.1.3 e 1.8.1.4. A primeira tinha uma única determinação e a segunda é composta por 11 subitens, sendo cada um contabilizado como uma determinação no âmbito da SE. Dos 11 subitens, cinco foram cumpridos na sua integralidade (45,4%), quatro foram parcialmente atendidos (36,4%) e apenas dois não foram cumpridos ainda (18,2%). As determinações não cumpridas serão iniciadas e deverão ter o status de parcialmente atendidas até dezembro de 2019.

Tabela 36

As determinações e recomendações não concluídas encontram-se em atendimento ou em implementação pelas áreas responsáveis, sendo monitoradas sobre os andamentos e providências necessários à sua conclusão. Considerando a diversidade e a complexidade de assuntos tratados, é importante destacar que em muitos casos as providências levam longo tempo para execução e operacionalização e, conseqüentemente, para finalização. Assim, o percentual de conclusão observado no exercício de 2018 (39,7%) é melhor compreendido quando se analisa cada uma das deliberações, com observação de suas particularidades. Nesse contexto, a realização do monitoramento pelas áreas se mostra processo fundamental para o acompanhamento da adoção tempestiva das providências demandadas pelo Tribunal e da aderência aos planejamentos elaborados para seu cumprimento.

Um exemplo da situação descrita é o observado em relação à determinação 1.8.1.2 do Acórdão 5501/2016. A demanda está em atendimento por duas áreas da Secretaria Executiva, envolvendo ações coordenadas com o então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com vistas à implementação de Banco de Talentos no âmbito de toda a Administração direta. A Figura 22 ilustra o andamento das providências.

Exemplo de Determinação TCU em atendimento:



Fonte: CGRH/SAA/SE/MDS. Comunicação interna aos servidores.

Figura 22

Tratamento de Recomendações da CGU

As demandas do órgão de controle interno são monitoradas pelo Sistema Monitor, por meio do qual a CGU encaminha os relatórios de recomendações ao gestor. Há, no Sistema, o registro do plano de providências elaborado, a análise das providências pela CGU e o registro do atendimento das recomendações. Em geral as recomendações ao MDS se originam de Programa de Fiscalização em Entes Federativos a partir de sorteios públicos, Relatórios de Demandas Externas, Auditorias Anuais de Contas e Relatórios de Avaliação de Execução de Programas de Governo (RAVEPG). No âmbito do Sistema é possível acompanhar e monitorar o Plano de Providências Permanente (PPP), com a identificação das propostas do Ministério para atendimento das recomendações e dos respectivos prazos.

À semelhança do ocorrido com as determinações e recomendações do TCU, as Secretarias são responsáveis por acompanhar o atendimento das recomendações, ficando a cargo, inclusive, do preenchimento do Sistema Monitor. Verifica-se, também no caso da CGU, que Senarc, SNAS e Sesan concentraram o recebimento e/ou tratamento das recomendações: 51,4%, 28,6% e 15,7% do total, respectivamente. A SE tem 4,3% das recomendações. SAGI, SISP e SNPDH informaram não ter recebido e/ou tratado recomendações da CGU no exercício de 2018. Na

tabela abaixo podem ser observadas as recomendações recebidas e/ou tratadas no exercício de 2018:

Número de recomendações da GCU recebidas e situação de conclusão:

Secretaria	Nº de Recomendações recebidas e/ou em atendimento em 2018 (Total)	Nº de Recomendações em atendimento pelo gestor ou sob análise da equipe de auditoria da CGU
SNAS	20	5
SESAN	11	11
SENARC	36	34
SE	10	6
Total MDS	77	56

Fonte: Controle realizado pelas Secretarias do MDS e Sistema Monitor da CGU

Observação: As informações referentes às recomendações da CGU para a Secretaria Executiva foram obtidas em consulta realizada no Sistema Monitor em 22/03/2019, filtrando as recomendações emitidas e/ou atendidas entre 01/01/2018 e 31/12/2018.

Tabela 37

Foram concluídas 21 recomendações (15 pela SNAS, 2 pela SENARC e 4 pela SE) no exercício de 2018. Entre as recomendações ainda não concluídas, há diversas que estão sob análise da equipe de auditoria da CGU, pendentes da análise terminativa do órgão de controle para conclusão.

Considerando a concentração do recebimento das demandas de órgãos de controle externo (TCU) e interno (CGU) nas três Secretarias citadas, foi desenvolvido, com o apoio da AECl, em cada uma delas, fluxo específico para recebimento, tratamento, respostas e monitoramento. Em comum, verifica-se que o sistema SEI constitui importante ferramenta no âmbito do Ministério para realização do controle das demandas.

Há na estrutura da SNAS unidade responsável pelo acompanhamento do atendimento das demandas dos órgãos de controle, incluindo monitoramento de prazos e aplicativo em plataforma web, de uso interno, para apoio da atividade (Sisdiligência). A Senarc, por sua vez, realiza o recebimento e o registro das demandas dos órgãos de controle no Setor de Apoio, vinculado ao Gabinete, enquanto o atendimento e acompanhamento de prazos é feito pela Assessoria do Gabinete em conjunto com os pontos focais das áreas técnicas,

que elaboram os subsídios. A Sesan atua de forma semelhante à Senarc, dispondo de servidores lotados no Gabinete da Secretaria, ligados diretamente à Secretária Nacional, além de pontos focais nos departamentos para condução das demandas. Além do uso do SEI a área ainda conta com outro sistema, chamado DILIG, uma ferramenta mais simples, mas muito útil para a gestão de prazos e extração de informações gerenciais diversas, na qual toda demanda encaminhada via SEI é cadastrada. No âmbito da Secretaria Executiva, as diversas subsecretarias que a compõem realizam o controle e o atendimento das determinações e recomendações, sob acompanhamento e apoio da Assessoria Especial de Controle Interno. Especificamente, a DTI prevê, no âmbito de suas atribuições regimentais, que as demandas de órgãos de controle sejam acompanhadas por Coordenação-Geral específica.

A AECl, por sua vez, acompanha diariamente as publicações do Tribunal no Diário Oficial da União, registrando em planilha os acórdãos publicados. Há, em diversos casos, demanda por apoio da AECl na condução das providências, conforme previsão regimental. A AECl também tem acesso ao Sistema Monitor, e visualiza, conforme demanda das áreas, as providências, além de participar da elaboração dos PPPs.

Desafios

A alteração da organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecida pela Medida Provisória nº 870, de 1º/01/2019, passou, conforme detalhamento constante no Decreto nº 9.674, de 02/01/2019, ao Ministério da Cidadania as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cultura e do Ministério do Esporte, além de outras duas Secretarias antes vinculadas ao Ministério do Trabalho e da Justiça. Assim, o exercício de 2019 será marcado pela realização de adaptações para o monitoramento e atendimento das demandas dos órgãos de controle. Tendo a Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Cidadania a competência de acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União, relacionadas ao Ministério, e atender outras demandas provenientes de outros órgãos de controle interno e externo e de órgãos de defesa do Estado (Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Federal, por exemplo), os esforços em 2019 envolverão a consolidação do monitoramento realizado até o final do exercício de 2018 no âmbito dos Ministérios do Desenvolvimento Social, Esporte e Cultura e de outras áreas cujas competências foram absorvidas com a reestruturação ministerial.

Uma das propostas para promoção da integração é o desenvolvimento de uma ferramenta informatizada que permita visualizar as demandas, prazos e outras informações gerenciais, com o objetivo de modernizar o monitoramento e permitir a obtenção de informações que possam proporcionar o aperfeiçoamento dos planos, programas e ações do Ministério.

A expectativa é que a ferramenta gere ganhos não apenas no âmbito do controle, mas que também seja importante fonte de informações para mapeamento e gerenciamento de riscos, subsídio aos gestores para tomada de decisões, além de ampliar a transparência por permitir a obtenção tempestiva e precisa de informações sobre demandas de órgãos de controle destinadas ao Órgão.

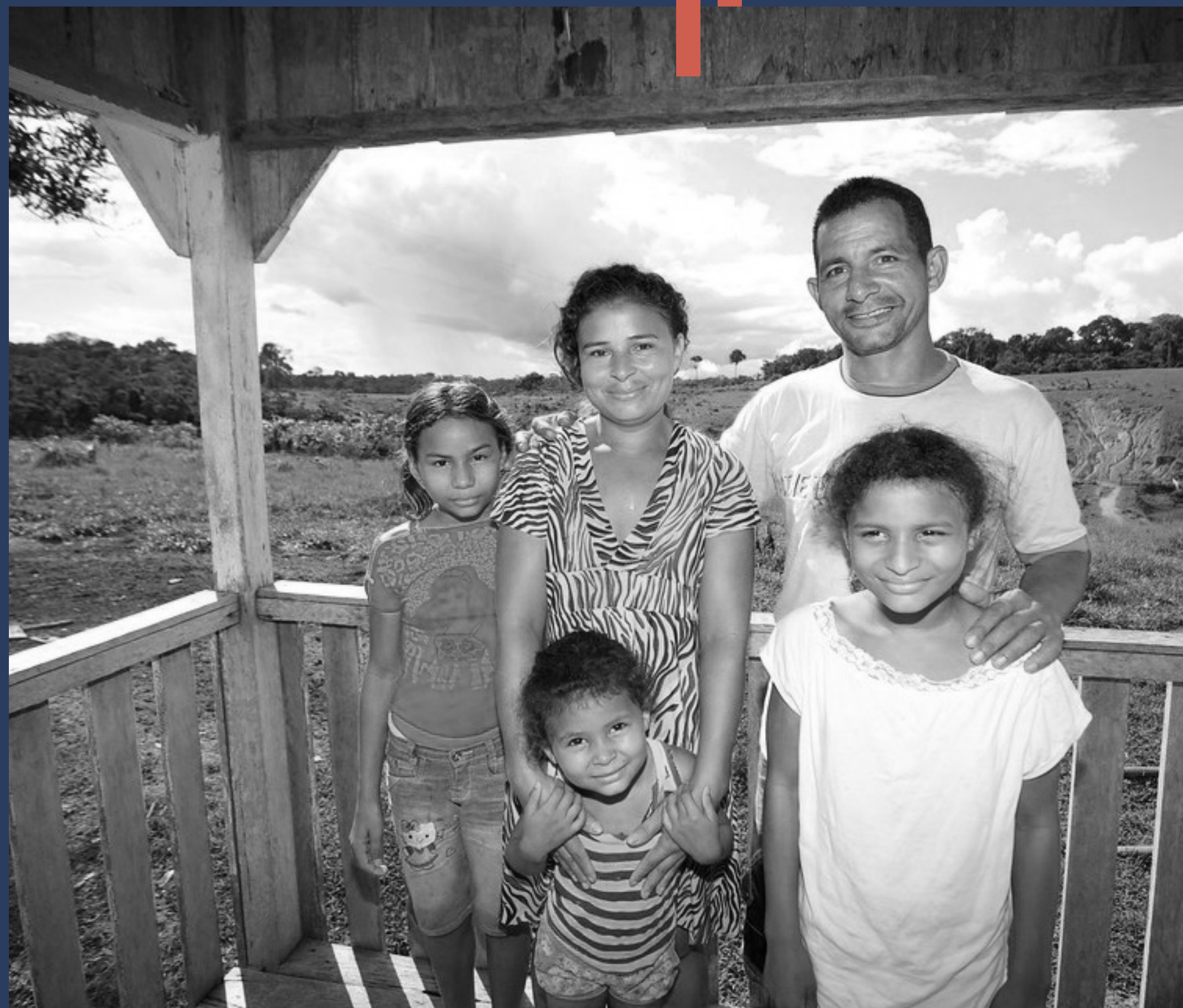
Anexo

Acórdãos recebidos e/ou tratadas no exercício de 2018 por Secretaria responsável

Secretaria	Dados dos Acórdãos
SE	5501/2016-TCU-1ª Câmara
SE	969/2018-TCU-1ª Câmara
Senarc	12162/2018-TCU-2ª Câmara
Senarc	1344/2017-TCU-Plenário
Senarc	1999/2017-TCU-1ª Câmara
Senarc	2239/2017-TCU-1ª Câmara
Senarc	2353/2018-TCU-Plenário
Senarc	2416/2017-TCU-Plenário
Senarc	2482/2017-TCU-2ª Câmara
Senarc	2608/2018-TCU-Plenário
Senarc	2612/2017-TCU-Plenário
Senarc	2775/2017-TCU-Plenário
Sesan	1309/2018-TCU-Plenário
Sesan	13711/2018-TCU-1ª Câmara
Sesan	8832/2015-TCU-2ª Câmara
Sesan	7571/2016-TCU-1ª Câmara
SNAS	10011/2017-TCU-1ª Câmara
SNAS	12162/2018-TCU-2ª Câmara
SNAS	2353/2018-TCU-Plenário
SNAS	2404/2017-TCU-Plenário
SNAS	3076/2017-TCU-2ª Câmara
SNAS	310/2015-TCU-Plenário
SNAS	428/2018-TCU-2ª Câmara
SNAS	737/2018-TCU-Plenário
SNAS	823/2018-TCU-Plenário

Tabela 38

10



Declaração de Integridade do Relato Integrado

ANEXO

Os integrantes do Comitê de Governança, Riscos e Controles do Ministério do Desenvolvimento Social, instituído pela Portaria Nº 174, de 11 de maio de 2017, declaram, em conformidade com o item 1.20 da Estrutura Internacional para Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC) e com a Decisão Normativa TCU 170/2018, que o Relatório de Gestão do Ministério do Desenvolvimento Social referente ao ano de 2018 foi elaborado com o fim de demonstrar, esclarecer e justificar os resultados obtidos por esta Unidade Prestadora de Contas.

Este Comitê, responsável pela promoção e monitoramento das políticas de governança deste Ministério, reconhece, ainda, sua responsabilidade em assegurar a integridade do mesmo, em cuja preparação e apresentação foi iniciada a aplicação do pensamento coletivo preconizado pela supracitada estrutura de relato integrado. Ressalva-se que a adoção integral da Estrutura de Relato Integrado é um processo cuja maturação plena deverá ainda ser aprimorada nos anos subsequentes, haja visto ser a atual prestação de contas anual, relativa ao exercício de 2018, ter sido o fruto do primeiro esforço concentrado de adequação do documento às novas prerrogativas.

Ministro Osmar Terra.

